

PAR VIA TI D C

GPP GABINETE DE PLANEAMENTO,
POLÍTICAS E ADMINISTRAÇÃO GERAL

CULTIVAR
Cadernos de Análise e Prospecção

CULTIVAR

Cadernos de Análise e Prospetiva

N.º 24 | dezembro de 2021 | A vinha e o vinho

Propriedade:

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)
Praça do Comércio, 1149-010 Lisboa
Telefone: + 351 213 234 600
e-mail: geral@gpp.pt | website: www.gpp.pt

Equipa editorial:

Coordenação: Ana Sofia Sampaio, Bruno Dimas, Eduardo Diniz
Ana Filipe Morais, Ana Rita Moura, António Cerca Miguel, Francisca Marçal Santos, João Paulo Marques, Manuel Loureiro, Pedro Castro Rego, Rui Trindade
e-mail: cultivar@gpp.pt

Colaboraram neste número:

Antero Martins, António Lopes, Bernardo Gouvêa, Carlos Brito, Cristina Crava, Elsa Gonçalves, Francisco Mateus, Francisco Toscano Rico, George Sandeman, Henrique Soares, Jaime Quendera, João Luís Barroso, João Onofre, José Pereira, Leonor Freitas, Maria João Dias, Maria João Lima, Maria Vicente, Marta Mendonça, Michael Scannell, Pedro Hipólito, Sandra Vicente, Virgílio Loureiro

Edições anteriores: <https://www.gpp.pt/index.php/publicacoes-gpp/cultivar-cadernos-de-analise-e-prospetiva>

Edição: Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Execução gráfica e acabamento: Sersilito – Empresa Gráfica, Lda.

Tiragem: 1 000 exemplares

ISSN: 2183-5624

Depósito Legal: 394697/15

CULTIVAR

Cadernos de Análise e Prospetiva

N.º 24 › dezembro de 2021

A vinha e o vinho

Índice

7/10 | EDITORIAL

SECÇÃO I – GRANDES TENDÊNCIAS

15/22 | O SETOR VITIVINÍCOLA EUROPEU E OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE
João Onofre

23/30 | AS FALHAS DE MERCADO NA FILEIRA DO VINHO
Francisco Toscano Rico

31/38 | O LEGÍTIMO LUGAR DO VINHO NA SOCIEDADE
George Sandeman

39/44 | PORTO PROTOCOL: DO PORTO PARA O MUNDO, A CATALISAR A AÇÃO CLIMÁTICA NO MUNDO DOS VINHOS
Marta Mendonça e Cristina Crava

SECÇÃO II – OBSERVATÓRIO

47/52 | O SETOR VITIVINÍCOLA NACIONAL E A ESTRATÉGIA DE APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA EUROPEUS
Bernardo Gouvêa

53/61 | PERSPETIVAS: 3 PERGUNTAS A 5 “ATORES”
Virgílio Loureiro, Leonor Freitas, Jaime Quendera, Maria Vicente e Pedro Hipólito

63/65 | VINHO DO PORTO – OPORTUNIDADES E DESAFIOS
Carlos Brito

- 67**/₇₀ | A IMPORTÂNCIA DAS DENOMINAÇÕES DE ORIGEM E INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS
Henrique Soares e Pedro Castro Rego
- 71**/₇₅ | DIVERSIDADE INTRAVARIETAL DAS CASTAS ANTIGAS DE VIDEIRA: BASE DE ESTABILIDADE AMBIENTAL E INSTRUMENTO DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA
Antero Martins e Elsa Gonçalves
- 77**/₈₆ | O TEMPO DO COOPERATIVISMO VINÍCOLA EM PORTUGAL
António Cerca Miguel
- 87**/₉₂ | OS ANOS DA ADESAO À CEE
Pedro Castro Rego

SECÇÃO III – LEITURAS

- 95**/₉₈ | A SUSTENTABILIDADE DOS VINHOS DO ALENTEJO
Análise do Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo (PSVA), pelo seu coordenador João Luís Barroso
- 99**/₁₀₄ | PREVENÇÃO DO CONSUMO NOCIVO DE ÁLCOOL: POLÍTICAS PÚBLICAS E POSSÍVEIS IMPACTOS NA INDÚSTRIA
Análise do documento da OCDE Preventing Harmful Alcohol Use, 2021, por Francisca Marçal Santos
- 105**/₁₀₉ | A VERDADE DO VINHO
Recensão do artigo do jornal Expresso, In vino veritas?, de Ricardo Dias Felner
- 111**/₁₁₂ | PLANO ESTRATÉGICO DA WINE AUSTRALIA PARA O SETOR VITIVINÍCOLA
Breve análise do Strategic Plan 2020-25, por Pedro Castro Rego
- 113**/₁₁₄ | THE WINE SHOW
Referência ao programa The Wine Show – for wine lovers, by wine lovers, de Joe Fattorini e Amelia Singer
- 115**/₁₁₆ | O PORTUGAL VINÍCOLA, LEVANTAMENTO DAS CASTAS NACIONAIS
Referência a O Portugal vinícola: estudos sobre a ampelografia e o valor enológico das principais castas de videiras de Portugal, de Bernardino Cincinnato da Costa, 1900
- 117**/₁₁₇ | CONFRARIAS BÁQUICAS
Breve apresentação, por Pedro Castro Rego

Editorial

EDUARDO DINIZ

Diretor-Geral do GPP

Esta é a primeira edição da CULTIVAR dedicada exclusivamente a um setor: o da vinha e do vinho. Apresentamos também, pela primeira vez, uma *Separata* estatística que é parte integrante deste número, com uma panorâmica das tendências do setor, a qual está dividida em três capítulos que nos apresentam informação representada graficamente para a superfície de vinha, produção, consumo, exportações e importações de vinho.

A vinha constitui uma paisagem incontornável do nosso território agrícola, e o vinho é um alicerce do património cultural português e europeu. A produção vinícola pode evocar imagens de uma vida campestre de paisagens bucólicas, e de ocasiões de encontro e comunhão de prazer gastronómico e de sofisticação, mas tal não esconde a existência de uma indústria dinâmica com uma importância significativa nas contas económicas nacionais. Este é um sector empresarial ao qual são colocados desafios complexos para os próximos tempos.

O vinho foi uma das primeiras mercadorias a ser trocada pelas primeiras civilizações envolvidas no comércio internacional. Os produtores de vinho foram dos primeiros a compreender as forças de mercado da oferta e da procura, e a apurar a qualidade dos seus produtos para satisfazer os compradores de outras origens.

O consumo do vinho tem a peculiaridade de incorporar a perceção do reconhecimento que o cultivo e o seu produto final é influenciado pelo ambiente local – *terroir* –, algo que tem um potencial de valorização dos territórios rurais. Os consumidores esperam que o vinho de uma determinada região possua qualidades únicas que o diferenciem de outros vinhos.

A Europa tem, tradicionalmente, dominado este mercado por razões históricas, de reputação e também por ser o principal bloco consumidor a nível global, mas tem vindo a perder quota de mercado. No entanto, o sector vitivinícola, a nível global, está agora num ponto de viragem e os produtores europeus não se podem dar ao luxo de confiar excessivamente no seu legado histórico. São vários os desafios que se colocam aos vitivinicultores para se afirmarem num mercado crescentemente concorrencial e com consumidores mais “independentes” e diversificados nas suas escolhas.

A globalização, embora tenha ampliado o mercado do vinho, trouxe também desafios suplementares. Por um lado, a produção vinícola vulgarizou-se em muitas origens sem tradição vinícola, mas com características naturais de elevada produtividade. Por outro lado, nos dias de hoje, o acesso à informação é rápido e acessível, o que torna o consumidor mais conhecedor e capacitado (mais “atrevido”), fazendo

com que as variáveis de definição de qualidade se tenham deslocado do produtor para o consumidor. Ou seja, o sucesso do negócio exige conhecimento das aspirações do comportamento do consumidor na escolha do produto.

Convém sublinhar que os consumidores têm grandes expectativas em relação à qualidade do produto em todas as categorias de preço. Assim, no atual contexto, o peso dos fatores intrínsecos do vinho (o sabor, o aroma e a cor) está a par de fatores adjacentes (*design* da garrafa e do rótulo, a empresa ou o enólogo), ou mesmo de fatores extrínsecos, como a expectativa de que os vinhos sejam saudáveis e produzidos de uma forma ambientalmente sustentável. Estes dois últimos fatores (saúde e ambiente) serão, no futuro, aspetos determinantes na rentabilidade do negócio.

Com efeito, existem três obstáculos visíveis no mercado vitivinícola que apelam à necessidade de adaptação e organização dos produtores: Clima, Saúde e Mercado.

Clima: necessidade de adaptação a temperaturas mais elevadas e/ou fenómenos extremos para a rentabilidade de uma cultura anual;

Saúde: valorização dos benefícios do consumo moderado – *paradoxo francês*¹ – e otimização/redução dos fitofármacos e aditivos;

Mercado: integração nas cadeias de valor com eficiência nas operações de venda; custos de distribuição/logística e promoção. A este propósito é ainda de destacar os efeitos que a Pandemia de Covid-19 teve neste mercado com a quebra das vendas no canal HoReCa e o crescimento em flecha do *e-commerce*.

Estes são de uma forma sintética os desafios que se apresentam a um setor incontornável da agricultura portuguesa. Para dar resposta a estes desafios é essencial atuar com antecipação, recorrendo à iniciativa empresarial, a políticas públicas catalisadoras da criação de valor para as regiões produtoras e, em particular, a uma aliança entre o conhecimento e a produção de qualidade.



Fotografia da esquerda: Artur Pastor – Preparação do terreno para a vinha, Douro, década de 1960, acervo do GPP

Fotografia da direita: Vinha no Douro, 2021, acervo do GPP

¹ Expressão utilizada para referir a aparente contradição entre a alimentação dos franceses (com grande consumo de gorduras saturadas) e a sua saúde robusta, nomeadamente com menos problemas cardiovasculares. Um dos fatores adiantado como possível explicação seria o consumo moderado de vinho às refeições, que ajudaria a contrabalançar essa dieta mais rica em gordura.

A União Europeia tem entre os seus Estados-Membros alguns dos maiores produtores de vinho do mundo, com o seu quadro regulamentar próprio. Na recente reforma da PAC, este setor de referência tem sido objeto de importantes disposições em matéria de regulamentação e concorrência e as atuais orientações implicam encarar mais atentamente as diversas sustentabilidades.

A valorização da fileira através de diferentes estratégias, passando estas por regimes nacionais ou regionais, sendo públicas ou privadas, mais ou menos ligadas ao turismo e à gastronomia, mas que tendem a procurar a diferenciação dos produtos, mostram bem a dinâmica que o setor atravessa, mas igualmente as diferentes opções que se lhe colocam no desenhar de futuros caminhos.

Tal como é habitual, tentámos ouvir abordagens mais conservadoras e mais inovadoras aos principais desafios existentes. Algumas opiniões poderão ser controversas, evidenciando que se trata de um setor que está a acompanhar de muito perto, com as suas diversas organizações, a evolução e as tendências dos mercados mundiais.

A abrir a secção Grandes Tendências, João Onofre, da Comissão Europeia, salienta que *“a qualidade e a reputação dos vinhos da UE tornaram-se um cartão de visita para todos os produtos agrícolas de qualidade da UE em acordos comerciais internacionais recentes”* e que, uma vez ganho o desafio da competitividade, é necessário agora responder ao da sustentabilidade e às preocupações dos consumidores. Depois de enumerar os principais aspetos ambientais e comerciais da produção vitivinícola, debruça-se sobre a questão da sustentabilidade do setor na perspetiva da reforma da PAC e esclarece os principais aspetos do Pacto Ecológico e da Estratégia do Prado ao Prato neste contexto. Conclui, afirmando que, embora a UE proporcione os instrumentos para enfrentar os desafios que se avizinham, o êxito na resposta *“dependerá principalmente da capacidade do setor (...) para compreender esses desafios, que exigem proatividade e capacidade para inovar continuamente.”*

No artigo de Francisco Toscano Rico, da CVR de Lisboa, é abordada *“a falta de equidade na distribuição de valor”* nesta fileira, resultante sobretudo de *“desequilíbrios significativos no poder negocial dos diferentes operadores”* que, apesar do sucesso do setor, não deixam de existir. O autor identifica e analisa as causas desta situação (opacidade do mercado, desigualdade na atribuição de apoios públicos, subversão do regime de taxas públicas, obstáculos à diferenciação), propondo em seguida alguns caminhos possíveis com propostas concretas para as ultrapassar, tanto na esfera pública como na esfera privada. Apresenta também certas abordagens que poderão ser seguidas em cada um dos segmentos da fileira, terminando com algumas interrogações sobre o futuro da criação de valor no setor.

George Sandeman, da Ex Ampulla, fala da importância de analisar a sustentabilidade nas suas diversas vertentes, sem descurar nenhuma delas *“sem consumo moderado, não há vendas, não há economia, não há produção, não há vinhas e não há emprego”*. Aborda depois as questões relativas à relação entre álcool e saúde, sublinhando que as medidas a tomar têm de ser baseadas em evidências científicas sólidas e que o vinho, mais do que álcool, é também cultura. Referindo os recentes estudos sobre o consumo de álcool, esclarece que a resposta do setor tem de passar por destacar o pilar social, a cultura, envolvendo o enoturismo, a Dieta Mediterrânica, onde o vinho desempenha um lugar fundamental, bem como a iniciativa Vinho com Moderação, cuja divisa é Escolha – Partilhe – Cuide. Frisa ainda a necessidade de o setor falar a uma só voz nesta resposta.

Marta Mendonça e Cristina Crava, da Porto Protocol, relembando como a vinha pode ser um excelente indicador para um clima em mudança (o canário na mina), salientam a importância das conferências recentemente organizadas no Porto com participantes de todo o mundo, com o objetivo de obter soluções concretas para esta crise climática, centrando-se também na partilha dessas soluções a nível mundial. Falam depois da missão da Fundação Porto Protocol criada no rescaldo destes eventos, para em seguida referirem a forma como as alterações climáticas impactam o setor e vice-versa. Concluem com

as soluções que preconizam, assinalando ainda as principais tendências para o setor que se estão já a desenhar em toda a fileira, sobretudo com *“a internalização das alterações climáticas na gestão de risco do negócio, alicerçada num modelo de desenvolvimento sustentável, onde é possível aliar e equilibrar os desafios financeiros, ambientais e sociais.”*

No Observatório, Bernardo Gouvêa, do IVV, analisa os instrumentos de política europeus para o setor da vinha e do vinho, passando em revista aquilo que foi feito no passado para depois se debruçar sobre o que se espera para o futuro: *“Portugal continuará ... a pugnar, com uma estratégia consistente, por um sector vitivinícola mais competitivo e reforçadamente mais sustentável.”* Começa por analisar o que é o sistema desburocratizado e baseado num controlo eficiente do programa VITIS, e os programas que o antecederam, numa altura em que a situação da vinha em Portugal era muito diferente do que é hoje. O foco foi a reestruturação e conversão de vinhas antigas e menos produtivas, sem esquecer contudo as castas autóctones, com a consequente melhoria de competitividade e do rendimento dos produtores. Analisa depois as questões ligadas à promoção e internacionalização, com a criação da VINIPORTUGAL e da marca *Wines of Portugal*, à reforma institucional do setor e da resposta ao importante desafio da sustentabilidade, com a perspetiva da criação de um Selo de Sustentabilidade.

Nesta edição, voltamos também a falar mais “diretamente” com intervenientes na fileira, desta vez



Fotografia: Adega, prensagem da uva, anos 20 do século XX, acervo do GPP

enólogos/produtores, para tomar o pulso à maneira como encaram as tendências atuais e a possível evolução do setor na sua área. Para isso, pusemos três perguntas a cinco reconhecidos especialistas: Virgílio Loureiro, Leonor Freitas e Jaime Quendera, Maria Vicente e Pedro Hipólito. A dificuldade esteve naturalmente na escolha.

Henrique Soares e Pedro Castro Rego, da CVR Península de Setúbal e do GPP, respetivamente, desenvolvem um tema sempre atual, mostrando o que são, para que servem e como foram desenvolvidas entre nós, ao longo dos séculos neste setor, as Denominações de Origem (DO) e as Indicações Geográficas (IG), tão importantes na definição do mapa das regiões portuguesas e na estruturação da produção, bem como o seu suporte organizativo. Num setor em que um produto certificado com DO, IG ou designativos de qualidade pode valer várias vezes mais do que o produto indiferenciado, estas qualificações caracterizam o sistema nacional que garante tal diferenciação e evidenciam a necessidade do seu rigor para a valorização do vinho.

Carlos Brito, do Observatório do Vinho do Porto, fala dos desafios que se colocam no seu subsetor, sobretudo relacionados com *“um enorme défice de valorização”* de um produto com grande tradição. Esse défice tem causas diversas: alteração de padrões de consumo, diferentes condições de concorrência, novas tecnologias, mudanças institucionais e alterações ambientais. A resposta a estes desafios passa, segundo o autor, por redefinir a proposta de valor, fazendo compreender que o Vinho do Porto é mais do que um simples vinho licoroso, por uma gestão eficiente da marca (notoriedade, imagem e envolvimento com o consumidor) e pela inovação, não só ao nível do próprio produto, mas também dos processos, na abordagem ao cliente e no modelo de negócio.

No artigo de Antero Martins e Elsa Gonçalves, do Instituto Superior de Agronomia, é explicado o trabalho que tem vindo a ser feito para melhor compreender a natureza da diversidade genética das castas nacionais. Este estudo sobre a diversidade intravarietal das castas (que poderá vir a ter também repercussões



Ilustração: Alfredo Roque Gameiro, in *O Portugal vinícola: estudos sobre a ampelografia e o valor enológico das principais castas de videiras de Portugal*, c. 1900

interessantes no que se refere à diversidade intervarietal e mesmo às videiras silvestres) permitirá a sua melhor utilização, revertendo em maior rendimento para o viticultor. Os autores apresentam exemplos concretos de resultados obtidos, já não apenas com os métodos empíricos do passado, mas recorrendo a tecnologias inovadoras de análise genética e também de conservação da diversidade, que têm já e terão no futuro implicações no combate às doenças da vinha e na adaptação às alterações ambientais, em particular, as climáticas.

Quando passam 70 anos sobre a publicação da “Planificação de uma Rede de Adegas Cooperativas para a área de Jurisdição da Junta Nacional do Vinho” nos

Anais da Junta Nacional do Vinho, quisemos não só assinalar esta efeméride, como também relembrar um período fundamental de planeamento e ação estratégica, que visou a organização e desenvolvimento do setor vitivinícola em Portugal e que potenciou a sua projeção para os níveis de qualidade e notoriedade com que é reconhecido atualmente a nível mundial. O artigo de António Cerca Miguel, do GPP, é também uma homenagem ao seu pai, o Eng.º Américo Miguel, um dos autores deste trabalho de grande envergadura.

A fechar esta secção, Pedro Castro Rego, do GPP, faz um historial das negociações da adesão de Portugal à então CEE, que mudou mentalidades, abrindo os vinhos de Portugal aos mercados mundiais. Para tal, foi necessário alterar as estruturas deste Ministério, dando-lhes funções compatíveis com as que a CEE aceitava como próprias do Estado, negociando programas que nos preparassem tanto nas estruturas vitícolas, como na transformação e na comercialização. A resposta organizada dos agentes do setor para o embate com os concorrentes europeus, ao lado dos produtos de Espanha, que aderiu na mesma data que Portugal, ultrapassando dificuldades que atualmente nos parecem distantes, permite hoje compreender que esses foram tempos de profunda reorganização.

A secção Leituras abre com uma análise ao Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo (PSVA) pelo seu coordenador João Luís Barroso, seguindo-se uma análise do documento da OCDE, *Preventing Harmful Alcohol Use*, uma recensão do artigo do Expresso “*In vino veritas?*”, de Ricardo Dias Felner, assim como referências ao Plano estratégico da Wine Australia para o setor vitivinícola, ao programa *The Wine Show*, e ao clássico de 1900, *O Portugal vinícola: estudos sobre a ampelografia e o valor enológico das principais castas de videiras de Portugal*, de Bernardino Cincinnato da Costa. A concluir este número, uma breve apresentação das Confrarias Báquicas.

GRANDES TENDÊNCIAS

CULTIVAR

v.t. *TRABALHAR A TERRA PARA TORNÁ-LA FÉRTIL.*

O setor vitivinícola europeu e os desafios da sustentabilidade*

JOÃO ONOFRE

Chefe da Unidade dos Vinhos, Bebidas Espirituosas e Hortícolas, Comissão Europeia

O setor vitivinícola europeu é uma história de sucesso! A União Europeia (UE) é o principal produtor mundial de vinho, representando 45% das zonas vitícolas mundiais, 65% da produção, 57% do consumo mundial e 70% das exportações mundiais. O setor vitivinícola é responsável por 3 milhões de postos de trabalho diretos na UE. Além disso, o vinho europeu é um setor icónico que simboliza qualidade, saber, cultura e tradição. Atualmente, mais de 70% do vinho europeu beneficia de um selo de qualidade certificado, com uma variedade praticamente infindável de tipos regionais, dos quais 1 172 Denominações de Origem Protegidas (DOP) e 437 Indicações Geográficas Protegidas (IGP).

Apesar da sua enorme variabilidade, todas as regiões vitivinícolas da UE são regidas por um vasto e único conjunto de regras que garantem o respeito pelo mercado único e a concorrência leal na União. Estas regras estão compiladas no Regulamento (UE)

... o vinho europeu é um setor icónico que simboliza qualidade, saber, cultura e tradição. Atualmente, mais de 70% do vinho europeu beneficia de um selo de qualidade certificado.

n.º 1308/2013 relativo à organização comum de mercado (OCM) e contém, nomeadamente: definições; requisitos aplicáveis aos operadores, registos e controlos; regras relativas às autorizações de plantação (o vinho é o único setor com limitações de produção no âmbito da política agrícola comum — PAC); práticas enológicas, rotulagem, menções DOP/IGP e menções tradicionais e um sistema de apoio ao setor que visa a competitividade do mercado a longo prazo.

Na sequência do êxito das reformas de 1999 e 2008, o setor vitivinícola da UE abraçou plenamente o desafio da competitividade. A reforma de 2008 reforçou a adaptação ao mercado através de programas de apoio nacionais específicos, adaptados aos Estados-Membros e respetivas regiões produtoras de vinho. Entre os principais elementos destes programas contam-se a reestruturação e reconversão de vinhas, os investimentos em caves e a promoção em países terceiros. Esta situação resultou numa rápida mutação

* As informações e opiniões apresentadas no presente artigo são da responsabilidade do autor e não refletem necessariamente a opinião oficial da Comissão Europeia

dos excedentes de vinho do passado para uma maior qualidade (70% dos vinhos da UE são comercializados com rótulos de qualidade), com um aumento constante do valor unitário médio desde 2008. O valor global das exportações da UE atingiu 11,9 mil milhões EUR em 2019, em comparação com 5,6 mil milhões em 2008. Mais importante ainda, a qualidade e a reputação dos vinhos da UE tornaram-se um cartão de visita para todos os produtos agrícolas de qualidade da UE em acordos comerciais internacionais recentes (Japão, Canadá, México).

Uma vez ganho o desafio da competitividade, a sustentabilidade e a resposta às preocupações dos cidadãos em matéria de ambiente, alimentos e saúde constituem os

Uma vez ganho o desafio da competitividade, a sustentabilidade e a resposta às preocupações dos cidadãos em matéria de ambiente, alimentos e saúde constituem os principais desafios para o setor vitivinícola europeu nos próximos vinte anos.

principais desafios para o setor vitivinícola europeu nos próximos vinte anos.

Aspetos ambientais da produção vitivinícola

Desde o último trimestre do século XIX, o cobre tem sido o principal fungicida. Há mais de 150 anos que as vinhas europeias estão poluídas pela utilização ilimitada de produtos de cobre, em alguns anos até níveis de 70-80 kg/ha. O cobre é um metal altamente tóxico, que pode ter impactos na poluição das águas subterrâneas, na biodiversidade e na saúde humana. Na sequência de um relatório de 2018 da Autoridade Europeia de Segurança Alimentar (EFSA), foram impostas, desde 1 de janeiro de 2019, fortes limitações à utilização do cobre na agricultura, igualmente aplicáveis à agricultura biológica (aplicação total de um máximo de 28 kg de cobre por hectare num período de 7 anos).

A figura 1 apresenta um mapa elaborado pelo Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia (JRC), que mostra a concentração de cobre nos solos europeus. Verifica-se uma correlação notável entre as principais zonas vitícolas em França, Itália, Espanha e Portugal e essa concentração de cobre nos solos.

Atualmente, o cobre continua a ser um dos instrumentos essenciais para controlar doenças importantes na viticultura biológica, mas deixou de ser um dos principais princípios ativos na viticultura convencional, uma vez que a indústria agroquímica desenvolveu outros princípios ativos mais eficazes.

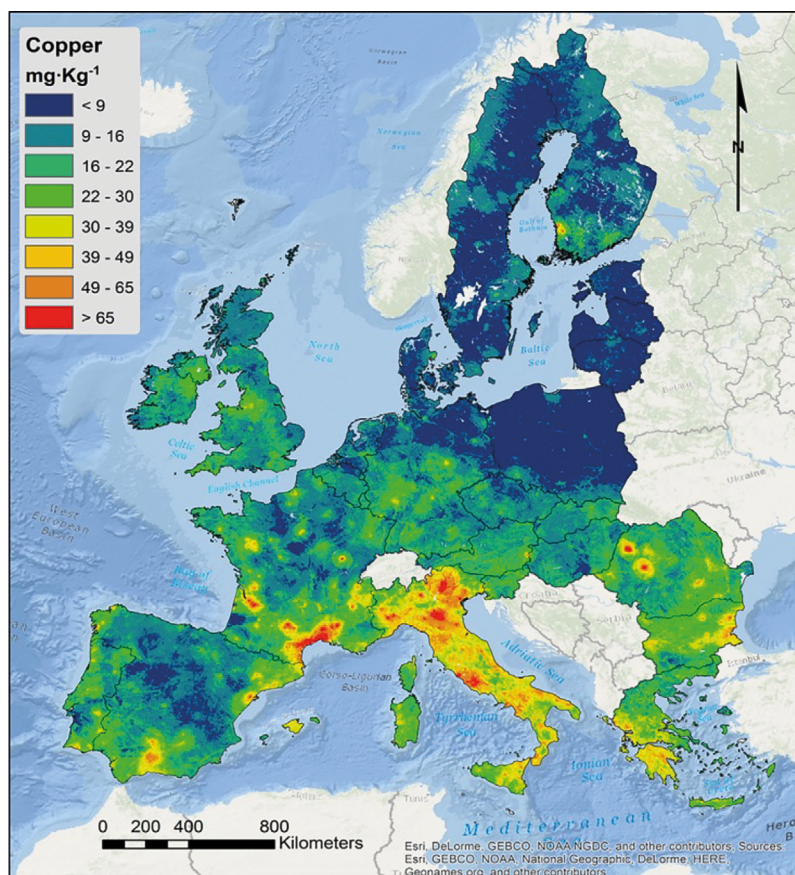


Figura 1 – Concentração de cobre nos solos europeus

A este respeito, as vinhas europeias utilizam 1,8% da superfície agrícola utilizada total, mas representam 20% do consumo total de produtos fitofarmacêuticos na UE. Embora muito variável consoante as diferentes regiões e as condições meteorológicas durante a época de crescimento, as vinhas europeias aplicam, em média, 12 tratamentos fungicidas, mas mais de 20 em algumas situações, sem contar a utilização de inseticidas, acaricidas e herbicidas. Tal representa um enorme custo para os viticultores da UE (estimado em mais de mil milhões de euros por ano), nem sempre compensado pelas receitas do mercado.

... as vinhas europeias utilizam 1,8% da superfície agrícola utilizada total, mas representam 20% do consumo total de produtos fitofarmacêuticos na UE... Tal representa um enorme custo para os viticultores da UE...

Para além do impacto ambiental direto, os atuais níveis de utilização de pesticidas na viticultura também prejudicam a reputação do setor. Com efeito, há relatos regulares e constantes na imprensa sobre os resíduos no vinho e os efeitos para a saúde da aplicação abundante de pesticidas nas regiões vitícolas.

A proximidade entre as vinhas e as zonas residenciais em muitas regiões vitícolas faz com que as vinhas sejam fortemente afetadas por tais medidas restritivas. Os viticultores terão de se adaptar a estas novas condições e enfrentar o desafio de dar resposta às exigências da sociedade no sentido de uma maior sustentabilidade. Além disso, estão a ser promovidos novos rótulos privados «sustentáveis» para os vinhos da UE, a fim de obter uma certificação oficial.

As castas resistentes permitem a produção de vinhos com praticamente zero tratamentos. Os híbridos podem reduzir em 86% a necessidade de pesticidas na viticultura, mas é ainda necessária mais investigação para melhorar a qualidade dessas castas.

A legislação vitivinícola da UE centra-se principalmente na *Vitis vinifera*. Nos termos do Regulamento (UE) n.º 1308/2013, os híbridos interespecíficos não são permitidos nas DOP e algumas variedades híbridas específicas são proibidas em toda a UE (*Noah*, *Othello*, *Isabelle*, *Jacquez*, *Clinton* e *Herbemont*). Na década de 30 do século XX, muitos países europeus

começaram a restringir a utilização de vinhas de produtores diretos americanos altamente produtivos e seus híbridos, num contexto de crise económica, de sobreprodução e de subconsumo. Alguns dos argumentos apresentados nessa altura para esta proibição incluíam a má qualidade e sabor, bem como o elevado teor de metanol dessas variedades, o que não foi cientificamente confirmado. Esta proibição foi con-

sagrada na legislação europeia em 1970 e mantida desde então. No entanto, ainda que as variedades híbridas atuais sejam totalmente diferentes das que foram proibidas no passado, os principais argumentos para a oposição às variedades híbridas residem nas preocupações de qualidade e nos riscos de sobreprodução. Os híbridos são altamente resistentes às doenças e exigem menos pesticidas. Tal beneficiaria tanto os viticultores, que estariam menos expostos a produtos químicos, como os consumidores que solicitam mais vinhos «naturais», como o demonstra a expansão do mercado dos vinhos biológicos ou desses assim chamados «vinhos naturais».

Além disso, as castas resistentes são um instrumento crucial para os viticultores, especialmente quando os biocidas importantes/úteis são retirados do mercado ou a sua utilização é significativamente restringida. A utilização de quantidades menores de fungicidas é menos dispendiosa para os agricultores e conduz a uma menor pressão sobre os fungos visados e, por conseguinte, a um menor risco de se desenvolver uma resistência aos mesmos.

As castas resistentes permitem a produção de vinhos com praticamente zero tratamentos. Os híbridos podem reduzir em 86% a necessidade de pesticidas na viticultura, mas é ainda necessária mais investigação para melhorar a qualidade dessas castas.

As castas resistentes permitem a produção de vinhos com praticamente zero tratamentos. Os híbridos podem reduzir em 86% a necessidade de pesticidas na viticultura, mas é ainda necessária mais investigação para melhorar a qualidade dessas castas.

Produção de vinho e alterações climáticas

A produção de vinho na Europa baseia-se no conceito de *terroir*, um termo francês que pretende abranger a variedade de influências agrícolas e ambientais que determinam as características específicas do vinho. A Europa construiu a sua reputação para vinhos de alta qualidade na imensa variabilidade e riqueza dos seus *terroirs*. No entanto, esta situação pode também revelar-se uma grande vulnerabilidade em tempos de aceleração das alterações climáticas. O setor vitivinícola da UE é, possivelmente, um dos mais expostos aos desafios impostos pelas alterações climáticas. Contrariamente a outros produtos, este setor não pode simplesmente transpor os seus *terroirs* e reproduzir vinhos com as mesmas características noutras regiões da UE. Além disso, em algumas zonas, nomeadamente com declives acentuados, baixa fertilidade do solo ou terrenos muito rochosos, o vinho é a única produção agrícola possível e economicamente viável.

Há múltiplos indícios de alterações climáticas que afetam as vinhas da UE, nomeadamente a crescente volatilidade do mercado. De facto, nos últimos cinco anos, a produção da UE atingiu um nível recorde de colheitas elevadas e reduzidas. No sul da Europa, onde se situa a maior parte das zonas vitícolas mais importantes da

Europa, o ciclo cultural do vinho encurtou significativamente: a colheita tem início dois meses mais cedo do que há 30 anos. Torna-se difícil manter níveis máximos de álcool de 15% vol. A seca e as temperaturas elevadas estão a afetar negativamente o rendimento e a qualidade das uvas. Os aromas do vinho desenvolvem-se na parte final do ciclo e, com ciclos de vida mais curtos, as regiões vitícolas enfrentam dificuldades em respeitar os padrões típicos das suas principais variedades e produtos finais. Por outro

A seca e as temperaturas elevadas estão a afetar negativamente o rendimento e a qualidade das uvas. Os aromas do vinho desenvolvem-se na parte final do ciclo e, com ciclos de vida mais curtos, as regiões vitícolas enfrentam dificuldades ...

lado, as condições meteorológicas mais quentes favorecem a expansão da viticultura para a Europa Setentrional, Central e Oriental e reduzem a necessidade de chaptalização¹ nestas zonas. Assistimos à expansão da vinha em áreas até agora consideradas inadequadas para esta cultura, como a Bélgica, os Países Baixos, a Dinamarca, a Suécia, a Polónia e os Estados Bálticos.

Mercados e expectativas dos consumidores

O consumo de vinho na UE tem vindo a diminuir significativamente nas últimas décadas. Embora se registem aumentos (moderados) do consumo em países não produtores ou com baixa produção, a tendência global é marcada por quedas acentuadas no consumo de vinho nos principais países produtores (França, Itália e Espanha).

Além disso, a política de qualidade da UE para o setor vitivinícola conseguiu aumentar a percentagem de vinhos comercializados com uma indicação geográfica, obtendo assim um efeito positivo de «menos, mas melhor» consumo de vinho. Por outro lado, o consumo em países terceiros está a aumentar fortemente, em especial nos EUA, na China, na Rússia, em países da América Latina, na Austrália e no Canadá. Com níveis de consumo *per capita* ainda muito baixos, é evidente que estes países têm um potencial de crescimento significativo para as exportações da UE.

O setor vitivinícola da União tem enfrentado estes desafios de consumo, incentivando a qualidade e o aumento do valor acrescentado, bem como investindo nos esforços de promoção em países terceiros, com o apoio do orçamento comunitário. Note-se que a promoção do vinho em países terceiros visa

¹ Processo utilizado sobretudo em climas mais frios que consiste na correção do grau alcoólico do vinho por adição de sacarose ao mosto. O processo foi concebido e desenvolvido pelo químico e político francês Jean-Antoine Chaptal (1756-1832), ministro do interior de Napoleão de 1801 a 1804, a partir das leis de Lavoisier. A prática não é permitida em Portugal.

especificamente os concorrentes (nomeadamente, os vinhos do Novo Mundo) e não estimular o próprio consumo de vinho.

Várias razões podem explicar o declínio constante do consumo de vinho na UE, principalmente relacionado com a urbanização da sociedade e uma maior sensibilização para os perigos do consumo excessivo de álcool. Esta evolução acompanhou a evolução da sociedade nos países produtores de vinho, onde este passou de um «género alimentício de base» para uma bebida de convivialidade. Esta redução do consumo foi parcialmente compensada por um aumento da qualidade média, conduzindo a um aumento significativo dos preços unitários.

Os consumidores do futuro serão muito sensíveis às tendências e à moda: rosés, vinhos espumantes, vinhos desalcoholizados, ‘vinhos naturais’ estão a expandir-se. Por outro lado, o apoio da UE ao setor está a ser posto em causa e o vinho está mesmo a ser comparado com o tabaco, devido às consequências do consumo irresponsável de álcool.

Quadro político da UE para uma maior sustentabilidade do setor vitivinícola

Reforma da PAC

O acordo político sobre a reforma da PAC de junho de 2021, obtido no âmbito da Presidência Portuguesa da UE no primeiro semestre de 2021, inclui um «pacote vitivinícola» com os seguintes elementos:

- *Autorizações de plantação de vinha*
O atual princípio de base de que a expansão máxima da superfície vitícola se limita a 1% da superfície vitícola existente mantém-se, mas

... a política de qualidade da UE para o setor vitivinícola conseguiu aumentar a percentagem de vinhos comercializados com uma indicação geográfica, obtendo assim um efeito positivo de «menos, mas melhor» consumo de vinho.

Os consumidores do futuro serão muito sensíveis às tendências e à moda: rosés, vinhos espumantes, vinhos desalcoholizados, ‘vinhos naturais’ estão a expandir-se.

torna possível usar outros métodos de cálculo para corrigir efeitos do declínio «natural» da superfície vitivinícola na maioria dos Estados-Membros.

- *Variedades híbridas*

Abre a possibilidade de os Estados-Membros e o setor vitivinícola utilizarem variedades

pertencentes à espécie *Vitis labrusca* e variedades híbridas interespecíficas de *V. vinifera* com outras espécies de *Vitis* em DOP — como já acontece com as IGP.

No entanto, não é obrigatório que os Estados-Membros e as indicações geográficas autorizem essas variedades. Se os Estados-Membros considerarem que essas variedades não devem ser cultivadas no seu território, não podem simplesmente incluí-las na sua lista de castas autoriza-

das. Do mesmo modo, se os viticultores não virem quaisquer vantagens em tais castas, podem optar por não as cultivar. Esta disposição visa efetivamente eliminar exclusões existentes em relação aos híbridos, abrindo assim caminho a novas variedades

híbridas com uma maior resistência às pragas e doenças e mais bem adaptadas às alterações climáticas. Enquanto as variedades antigas têm consumidores fiéis, mas um potencial de expansão limitado, as novas variedades híbridas têm um enorme potencial para reduzir a utilização de pesticidas. Por último, permite desbloquear a I&D nas castas híbridas de vinho, permitindo, no futuro, o desenvolvimento de híbridos para fazer face aos efeitos das alterações climáticas (ou seja, resistência à seca).

- *Alargamento da definição de vinho aos produtos com baixo teor alcoólico*

As regras em vigor excluem os produtos vitivinícolas não abrangidos por rótulos de qualidade com um teor alcoólico inferior a 8,5% vol. de poderem ser comercializados como «vinho».

O acordo abre esta definição de vinho para abranger os vinhos com baixo teor alcoólico na definição de «vinho». O objetivo é integrar novas tendências vínicas no âmbito da «família do vinho» e responder às expectativas da sociedade. Visa igualmente colocar os produtores da UE em pé de igualdade com alguns concorrentes externos que, por lei, estão autorizados a produzir e a exportar os seus vinhos para o mercado mundial.

- *Obrigações de prestar informações aos consumidores sobre nutrição/ingredientes*

De acordo com as disposições do Regulamento (UE) n.º 1169/2011 (relativo à informação dos consumidores sobre os géneros alimentícios — Regulamento ICGA), as bebidas alcoólicas com mais de 1,2% de álcool em volume estão isentas da obrigação imposta a todos os outros produtos alimentares de fornecer aos consumidores informações sobre valores nutricionais e ingredientes. O acordo prevê que essa informação se torne obrigatória para todos os vinhos. Esta alteração é crucial para dar resposta às preocupações sociais relacionadas com o teor nutricional do vinho.

Após mais de 40 anos de regras em matéria de informação dos consumidores a nível da UE, a isenção do setor vitivinícola tornou-se simplesmente inaceitável. A integração do setor vitivinícola na obrigação regulamentar de informação dos consumidores protege efetivamente este setor da proliferação de legislações nacionais suscetíveis de fragmentar o mercado interno.

Pacto Ecológico/Estratégia do Prado ao Prato

Em 20 de maio de 2020, a Comissão Europeia adotou a Estratégia do Prado ao Prato (F2F, na sigla inglesa de Farm to Fork) para um sistema alimentar justo, saudável e respeitador do ambiente. A Estratégia do Prado ao Prato está no cerne do Pacto Ecológico Europeu (European Green Deal) e é uma estratégia

de crescimento inovadora, sustentável e inclusiva para impulsionar a economia, melhorar a saúde dos cidadãos e proteger o ambiente.

A F2F representa um salto quântico para o sistema alimentar da UE. Há mais de 20 anos que a União criou com êxito um quadro de política alimentar baseado na segurança alimentar. Esta Estratégia implica uma passagem para o nível seguinte: sustentabilidade. Trata-se de uma mudança fundamental

de paradigma, alargando o enfoque da «segurança dos produtos» para o processo económico, social e ambiental. Tal foi largamente previsto nas propostas de reforma da PAC de junho de 2018 para o vinho, que se centravam quase exclusivamente na sustentabilidade ambiental e societal. Além disso, a F2F apresenta um importante conjunto de oportunidades e desafios para o setor vitivinícola que terão de ser cuidadosamente considerados. Em particular:

- *Objetivos em matéria de pesticidas químicos* — A Comissão tomará medidas para reduzir a utilização e o risco globais dos pesticidas químicos em 50% e a utilização de pesticidas mais perigosos em 50% até 2030. Este objetivo será alcançado através da revisão da Diretiva Utilização Sustentável dos Pesticidas, do reforço das disposições em matéria de proteção integrada das pragas e da promoção de uma maior utilização de formas alternativas seguras para proteger as colheitas de pragas e doenças.

Embora os híbridos de videira tenham um potencial significativo para reduzir a aplicação de pesticidas, o setor vitivinícola terá de ir mais longe para combater os efeitos nocivos dos pesticidas. Assume-se que o processo de reestruturação das vinhas para os híbridos só terá início daqui a alguns anos, sendo um processo lento, que produz resultados apenas a médio prazo. Mais importante ainda, o setor vitivinícola é relativamente «conservador» em relação à inovação, preferindo, em geral, confiar na combinação varietal típica das DOP existentes. No entanto, as alterações climáticas e a redução da disponibilidade de

moléculas químicas irão forçar necessariamente a introdução de novas castas e de novas práticas enológicas.

- *Objetivos e plano de ação em matéria de produção biológica* — a F2F e a Estratégia de Biodiversidade visam apoiar a consecução do objetivo de ter, pelo menos, 25% das terras agrícolas da UE sob agricultura biológica em 2030. Desde o alargamento do âmbito do rótulo biológico da UE ao setor vitivinícola em 2012, o mercado do vinho biológico evoluiu significativamente.

No entanto, a atual parte estimada da produção de vinho de uvas biológicas na produção de vinho da UE corresponde apenas a 12% do total das superfícies vitícolas e enfrenta duas grandes limitações no sentido de uma maior expansão:

- *Comercialização* — No caso dos vinhos mais prestigiados, o modo de produção biológico não é um argumento de marketing importante. Há alegações de que algumas regiões vitivinícolas produzem efetivamente em condições biológicas, mas não estão certificadas como tal. Embora não existam provas factuais desta situação, é evidente que prevalecem outros elementos de comercialização para além do rótulo biológico.
- *Produção* — Os vinhos biológicos dependem mais da utilização de cobre do que os vinhos tradicionais, simplesmente porque não existem outras alternativas disponíveis no modo biológico. Até que tal alternativa possa ser encontrada, qualquer expansão dos vinhos biológicos corre o risco de aumentar a utilização de cobre na viticultura.

- *A promoção de um consumo alimentar sustentável e a transição para regimes alimentares saudáveis* visa principalmente inverter o aumento das taxas de excesso de peso e de obesidade em 2030. O álcool não figura entre os géneros alimentícios cuja promoção e consumo devem ser

regulamentados tendo em vista uma alimentação saudável e sustentável (ao contrário da carne vermelha/transformada e de outros alimentos com elevado teor de gorduras, açúcares e sal). No entanto, existe sempre uma sensibilidade geral a nível da UE no que diz respeito ao consumo de álcool. O setor vitivinícola tem interesse em antecipar esta tendência e combater o consumo excessivo de álcool desde o início, bem como em participar em iniciativas em curso/futuras sobre a informação dos consumidores sobre os géneros alimentícios e a sustentabilidade.

- *Iniciativa para a sustentabilidade das indicações geográficas* — Uma vez que os vinhos DOP/IGP são a espinha dorsal do sistema de IG da União, é evidente que o setor vitivinícola terá de ser um dos principais atores a impulsionar os critérios de sustentabilidade no sistema de proteção das IG.
- *Disposições reforçadas em matéria de importação* — A F2F estipula que os alimentos importados devem cumprir os regulamentos e normas pertinentes da UE. Embora esta disposição, enquanto tal, não seja problemática para o vinho, o setor está altamente dependente do mercado de exportação. Há, pois, um forte interesse em apoiar e defender a «diplomacia verde» da Comissão que continua a ser a iniciativa emblemática das exportações agrícolas da UE.

Observações finais

O setor vitivinícola da UE tornou-se, nos últimos dez anos, um dos setores mais bem-sucedidos da economia agrícola da União. Embora mantendo a sua competitividade, o aumento da sustentabilidade e a resposta às preocupações do público em matéria de alimentação e saúde constituirão os principais desafios para o setor vitivinícola europeu nos próximos vinte anos. No futuro, a Comissão Europeia continuará a apoiar o desenvolvimento do setor vitivinícola da UE, proporcionando um quadro regula-

... o êxito constante na resposta aos futuros desafios dependerá principalmente da capacidade do setor vitivinícola da UE para compreender esses desafios, que exigem proatividade e capacidade para inovar continuamente.

mentar atualizado, políticas de apoio interno flexíveis e adaptadas e o acesso ao mercado em países terceiros através de acordos internacionais. No entanto, o êxito constante na resposta aos futuros desafios dependerá principalmente da capacidade do setor vitivinícola da UE para compreender esses desafios, que exigem proatividade e capacidade para inovar continuamente. A redução da utilização de pestici-

das, a adaptação às alterações climáticas e a atenuação dos seus efeitos, a promoção da transferência de conhecimentos e a resposta às preocupações dos consumidores são questões importantes que devem ser abordadas desde já pela indústria vitivinícola da UE, a fim de manter a sua vantagem de ponta, a sua competitividade e reputação a médio e longo prazo à escala mundial.

As falhas de mercado na fileira do vinho

FRANCISCO TOSCANO RICO

Comissão Vitivinícola da Região de Lisboa

A falta de equidade na distribuição de valor na cadeia de abastecimento alimentar está bem evidenciada nas muitas publicações que têm sido produzidas a este respeito, por exemplo, no âmbito da PARCA (Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Alimentar)¹, tendo inclusive sido objeto de amplo debate ao nível europeu, do qual resultaram diversas iniciativas legislativas que agora estão a ser transpostas para o direito interno dos Estados-Membros.

Esta falta de equidade existe tanto na relação entre agricultor e industrial como na relação de ambos com os retalhistas, decorre, em especial, dos desequilíbrios significativos no poder negocial dos diferentes operadores situados ao longo da fileira e está presente na maioria dos setores agroalimentares. Contudo, no setor do vinho existem falhas de mercado que merecem igualmente a nossa atenção por serem também contrárias à criação de valor e/ou à equidade na sua distribuição.

A falta de equidade na distribuição de valor ... decorre, em especial, dos desequilíbrios significativos no poder negocial dos diferentes operadores ... no setor do vinho existem falhas de mercado que merecem igualmente a nossa atenção por serem também contrárias à criação de valor e/ou à equidade na sua distribuição.

No setor vitivinícola, os principais indicadores da atividade económica apontam para um desempenho muito positivo nos últimos anos o que, numa análise simplista, poderá levar a crer que estamos perante um setor “à parte”, saudável e equilibrado no que à criação e repartição de valor diz respeito. Este dinamismo está presente na intensidade de investimento em novas vinhas, na taxa de criação de novas empresas, na criação de emprego e no crescimento do Valor Acrescentado Bruto

(VAB) em linha com o crescimento do Volume de Negócios (3% ao ano). Porém, este desempenho à escala nacional esconde outras realidades menos animadoras ao nível da vitivinicultura, mas de difícil caracterização por manifesta falta de dados disponíveis.

Este artigo de opinião tem como propósito sinalizar um conjunto de fatores que contribuem para a distorção do mercado com impactos na criação e na repartição de valor no setor do vinho português e,

¹ <https://www.gpp.pt/index.php/parca/parca>

concomitantemente, apontar alguns caminhos possíveis para a sua minimização.

São fatores de distorção do mercado:

1. A opacidade do mercado (falta de transparência e assimetria no acesso à informação)

Ao contrário dos demais setores agroalimentares, a informação de mercado disponibilizada por fontes oficiais (facilmente acessível) assenta quase exclusivamente no fim de linha, ou seja, no volume e valor das exportações de vinho e nas vendas ao consumidor final: *on trade* (HoReCa) e *off trade* (grande distribuição), com pouca ou nenhuma informação sobre as margens da atividade ao longo da cadeia, custos de produção a montante e preços praticado na produção (uvas, vinho a granel e vinho embalado à saída da adega). O facto de algumas Comissões Vitivinícolas Regionais terem avançado para a elaboração de estudos sobre os custos de produção na vinha mostra bem a atualidade e a importância que agora se começa a dar a esta temática.

Esta opacidade joga sempre a favor do comprador que detém, na maioria dos casos, mais informação sobre o mercado e um maior poder negocial.

2. A falta de abrangência nos apoios públicos ao setor

Os montantes totais dos apoios públicos canalizados para o setor são significativos, e generosos em algumas das medidas, criando situações de desigualdade entre as empresas que os recebem e as restantes, sem que haja por detrás um racional suficientemente válido que justifique a concessão de tal vantagem (situação que está presente em muitos dos

apoios FEADER e FEAGA). Desta forma, os principais beneficiários das medidas de apoio terão sempre uma vantagem concorrencial importante em relação aos demais (exemplo: custos de produção de uma vinha financiada pelo Vitis ou pelo PDR 2020 em relação a uma vinha plantada sem apoio).

Neste caso, temos uma Política Agrícola pouco Comum ou pouco abrangente (deixa muitos de fora) e também pouco eficiente na utilização do envelope comunitário (é possível fazer mais com os mesmos euros).

3. A subversão do regime de taxas públicas

Falamos de um regime setorial que ganhou maturidade ao longo dos anos, mas onde a experiência acumulada aponta para a necessidade urgente de uma reforma na sua gestão operacional e política. Ou seja, o que ajudou inicialmente o setor a crescer está agora a travá-lo, gerando uma contestação crescente, em especial por parte dos maiores contribuintes do setor.

Por ano, 10 M€ das poupanças do setor (sem contar com as taxas incidentes sobre o Vinho do Porto e o IABA²) são canalizadas para o Estado sob a forma de taxas públicas. Estas taxas têm como contraprestação dos valores pagos a coordenação e controlo exercido pelo Instituto da Vinha e do Vinho (taxa de coordenação e controlo) e o financiamento, na modalidade de Auxílios de Estado, da promoção no mercado interno e em países terceiros, e ainda o financiamento de ações associadas à temática do álcool e saúde (taxa de promoção).

... temos uma Política Agrícola pouco Comum ou pouco abrangente (deixa muitos de fora) e também pouco eficiente ... (é possível fazer mais com os mesmos euros).

Este enorme encargo anual suportado pelas empresas constitui hoje um entrave ao robustecimento da autorregulação no setor, que fica amputada na sua capacidade

² Imposto sobre o álcool, as bebidas alcoólicas e as bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes

de investimento e iniciativa pelas sucessivas cativações e desvios das receitas do setor para fins não previstos na Lei. Por um lado, estamos perante um regime que impõe o pagamento de taxas públicas sem que o setor receba de volta a justa contraprestação prevista na Lei, e por outro, ao capturar esses valores, impede que o próprio setor canalize esse esforço financeiro para as suas necessidades reais, incluindo o próprio controlo associado à certificação das Denominações de Origem Protegidas / Indicações Geográficas Protegidas (DOP/IGP). O que sucedeu agora com a discussão em torno da construção e financiamento do modelo nacional de sustentabilidade é o reflexo bem visível da dificuldade que o regime atual coloca ao setor quando se torna necessário abraçar coletivamente os novos desafios.

Aqui, a falta de equidade é entre o Estado e o próprio setor.

4. Os obstáculos à diferenciação/ “premiunização”

O valor percecionado pelos consumidores incorpora motivações que extravasam a mera “qualidade técnica” do produto, o que torna a formação dos preços uma ciência pouco exata.

Nos últimos anos, assiste-se a uma proliferação de produtores (engarrafadores) e de marcas presentes no mercado sem paralelo com nenhum outro setor, o que reflete a dinâmica empresarial, mas torna mais difícil ao consumidor fazer as suas opções de compra. Com a agravante de o consumidor nacional ser muito pouco informado e conhecedor.

O mercado está longe de mostrar ser capaz de regular tudo e encontrar, por si só, os seus equilíbrios. Assim, e tendo presente a importância social, ambiental e económica da vitivinicultura, a legislação comunitária

Este enorme encargo anual suportado pelas empresas constitui hoje um entrave ao robustecimento da autorregulação no setor ...

O mercado está longe de mostrar ser capaz de regular tudo e encontrar, por si só, os seus equilíbrios.

Apesar de todo este quadro regulatório, na fileira do vinho português não faltam exemplos de estratégias e de práticas comerciais que contribuem para obstaculizar a criação e/ou a repartição de valor, com impactos mais significativos nos operadores com menor escala

ria setorial, provavelmente a mais extensa e complexa de entre todos os setores económicos regulados, procura garantir um rendimento justo

aos vicultores e produtores de vinho, ao mesmo tempo que procura que a oferta responda cabalmente, em preço e qualidade, às expectativas dos consumidores. Estes objetivos são prosseguidos através de medidas restritivas da oferta (limitações à plantação de vinhas) e potenciando a qualidade e valorização dos produtos através da indicação da origem (Denominações de Origem Protegidas) e, associados a esta certificação, a inclusão na rotulagem de determinados atributos do produto associados à sua proveniência, métodos de produção e qualidade reconhecida (menções e designativos de qualidade regulamentada, como por exemplo os reserva, *premium*, colheita selecionada, etc...).

Apesar de todo este quadro regulatório, na fileira do vinho português não faltam exemplos de estratégias e de práticas comerciais que contribuem para obstaculizar a criação e/ou a repartição de valor, com impactos mais significativos nos operadores com menor escala:

Na indústria: Por estratégia comercial dos próprios ou por imposição dos clientes, assistimos a uma banalização do uso das menções tradicionais (reservas/*premium*) com a consequente desvalorização das mesmas e a uma proliferação da utilização de outros designativos não regulados,

procurando transmitir ao consumidor uma perceção de exclusividade do produto ou de uma qualidade destacada que muitas vezes está por demonstrar (seleção do enólogo ou dos enófilos, *private* ou *special selection* ou *collection*, etc.).

Na restauração: No canal HoReCa vemos surgir, cada vez mais, bons projetos, onde o vinho é trabalhado

de forma profissional, como um produto distintivo e valorizador da experiência gastronómica. Porém, em Portugal, a mediana ainda está demasiado centrada na mediocridade, com dois terços das vendas neste segmento de “vinho não certificado”, sendo, em muitos casos, omitida do consumidor a sua verdadeira origem (país). Não raras vezes, as cartas de vinho não incluem sequer a Região DOP/IGP (nos vinhos certificados) ou esta surge indicada de forma errónea.

Na grande distribuição: Sendo certo que assistimos nos últimos anos a uma melhoria evidente na comunicação ao consumidor, no espaço de prateleira, no portfólio de produtos em linear, no aumento das vendas e do preço médio ao consumidor e, muito importante, na partilha de informação de mercado, também é verdade que a crescente competição entre *cadeias* e o modelo de negócio assente na denominada “criação de valor para o consumidor” (baixo preço), conduzem a que este canal se afigure como interessante apenas para um grupo restrito de operadores (produtores e armazenistas) capazes de lidar e beneficiar com estas abordagens:

- Em volume, o peso das vendas do vinho não certificado continua próximo dos 50%;
- Peso crescente das vendas em promoção, aproximando-se da barreira dos 60%, posicionando o vinho cada vez mais como um dos produtos “isco” da grande distribuição (potencia as vendas em alguns casos, e noutros assume-se como mero fator de erosão de valor);
- Proliferação de marcas dos distribuidores e de marcas exclusivas dos distribuidores (marcas dos fabricantes de venda exclusiva nas insígnias de determinado retalhista), aumentando a dependência dos produtores em relação aos seus clientes;
- Vinhos ostentando menções distintivas de qualidade com P.V.P. abaixo dos 3€, embora pareça começar a surgir, finalmente, algum pudor nesta abordagem.

... urge trazer para o setor mais transparência, ... através da própria PARCA ou do IVV, com estudos dirigidos, ou com a criação de um observatório dos mercados, à semelhança do que já sucede noutros países.

Como responder a estas falhas de mercado que prejudicam a criação de valor e/ou a equidade na sua distribuição

De forma muito direta e resumida, indicam-se de seguida alguns caminhos possíveis para contrariar estas falhas de mercado:

1. Mais transparência e melhor informação de mercado

- A viticultura, sem apoios públicos, é economicamente sustentável?
- Aos preços atuais das uvas, do vinho a granel e do vinho engarrafado, a vitivinicultura tem margens que permitam acomodar os aumentos que atualmente se fazem sentir no custo dos fatores?
- Conseguirão os produtores repercutir no preço de venda este aumento no custo dos fatores?
- Quando os preços sobem no retalho, esses aumentos repercutem-se na produção, o mesmo sucedendo entre o produtor de vinho e o viticultor?

Para responder a estas e a muitas outras questões, urge trazer para o setor mais transparência, com mais e melhor informação sobre a fileira, o que poderá ser conseguido através da própria PARCA ou do IVV, com estudos dirigidos, ou com a criação de um observatório dos mercados, à semelhança do que já sucede noutros países. Se a opção recair por um observatório setorial, fará sentido que este funcione na esfera da autorregulação, ou seja, como parte integrante da ViniPortugal. O financiamento poderia ser facilmente assegurado com o produto das taxas públicas, uma vez que o valor arrecadado supera o montante necessário para a finalidade para a qual foram criadas.

Contudo, a transparência do mercado, sendo um passo da maior importância para termos mais equidade no setor, só por si nada resolve, como podemos constatar no setor agroalimentar espanhol, onde

funciona um dos melhores observatórios de preços, mas onde proliferam as práticas especulativas e/ou abusos de posição dominante em setores como o leite, o vinho, os frutos secos e o azeite.

2. Mais abrangência e previsibilidade nos apoios públicos ao setor

Os apoios públicos não têm de ser generosos nem de chegar a todos, havendo margem para fazer mais com os mesmos euros. É importante caminharmos para uma Política Agrícola mais abrangente, que apoie mais empresas e mais projetos, o que poderá ser facilmente conseguido através de uma maior modulação dos apoios, por exemplo, com uma degressividade crescente em função da dimensão. Desta forma, com o mesmo envelope, conseguiremos apoiar, por exemplo na medida de apoio à reestruturação das vinhas – VITIS, mais agricultores e mais hectares de vinha, sem colocar em causa o nível de adesão e a utilização do envelope comunitário.

Na prática, ao invés de um mero processo clássico de seleção dos melhores projetos, sendo que a bondade dos critérios de seleção é sempre muito discutível, preconiza-se antes a adoção de critérios de prioridade sobretudo direcionados para o cálculo da intensidade dos apoios a conceder a cada empresa/projeto (esta abordagem já existe em algumas medidas do PDR 2020, propondo-se agora o seu aprofundamento). Desta forma, poderemos caminhar para uma PAC verdadeiramente Comum, mais justa por ser mais abrangente, e também mais previsível para as empresas e mais eficiente na utilização do dinheiro dos contribuintes.

Aproveitando o novo quadro de apoio comunitário, este é também o momento certo para começar a

eliminar as incongruências nas principais políticas públicas de apoio ao setor:

- Nas opções nacionais em matéria de gestão do potencial vitícola: por que motivo temos regras tão distintas nas prioridades no acesso ao Vitis e na atribuição das novas autorizações de plantação? É possível fazer uma transição progressiva, sem ruturas e onde o objetivo da sustentabilidade também não fique esquecido;

Na prática, ao invés de um mero processo clássico de seleção dos melhores projetos ... preconiza-se antes a adoção de critérios de prioridade sobretudo direcionados para o cálculo da intensidade dos apoios a conceder a cada empresa/projeto

- Nas exigências definidas pela Comissão Europeia (COM): por que motivo temos um nível de burocracia europeia muito superior na medida de apoio à promoção externa do vinho ao abrigo da Organização Comum de Mercado (OCM) (FEAGA), quando comparado com os progra-

mas de apoio à internacionalização ao abrigo do Portugal 2020 (FEDER)? Não surpreende por isso a crescente adesão a este último instrumento de apoio em detrimento do apoio setorial.

3. Legitimar o regime de taxas públicas

Provavelmente, esta é a principal falha de mercado, mas também a mais fácil de resolver, haja visão e vontade política para tal, sendo premente resolver de uma vez por todas este problema ao longo dos próximos quatro anos da nova legislatura. A receita das taxas deve cobrir o estritamente necessário para assegurar o exercício cabal das funções públicas, devendo a “fatia de leão” ser destinada ao exercício da autorregulação do setor.

É urgente (re)legitimar o regime, o que poderá ser alcançado através das seguintes medidas:

- garantir que 100% dos montantes cobrados ao setor são efetivamente canalizados para os

fins previstos na lei, caso contrário estaremos perante impostos encapotados;

- salvaguardar em primeiro lugar a existência de um IVV forte e interventivo nas áreas que necessitam de regulação pública (controlo e regulamentação), libertando-o das cativações e de outros tetos à despesa;
- assegurar os meios necessários para o exercício do controlo, fiscalização e certificação das DOP/IGP, canalizando para as entidades certificadores uma parte do produto da taxa de coordenação e controlo (é necessário garantir a defesa e credibilidade das DOP e IGP e isso implica mais e melhor controlo no setor);
- aumentar significativamente o valor unitário da taxa de promoção, reduzindo em igual valor a taxa de coordenação e controlo (mantendo inalterado o encargo das empresas);
- desburocratizar (para a administração pública e para os privados) a forma de canalizar os apoios à promoção provenientes da taxa de promoção, acelerando as transferências e permitindo mais flexibilidade aos recetores/beneficiários na utilização dessas verbas, sem perda de rigor/prestação de contas (eliminar para as entidades gestoras das DOP/IGP e ViniPortugal, o modelo atual de concessão dos Auxílios de Estado ancorado na majoração dos apoios da OCM para programas de promoção em países terceiros e no programa Eixo 1 – projetos de promoção no mercado interno);
- alargar o objeto do financiamento associado à atual taxa de promoção, abarcando outras temáticas ancoradas na autorregulação (exemplo: informação de mercado, sustentabilidade e investigação).

Foi sobretudo para resolver as tensões entre os produtores e a grande distribuição que ao nível europeu se concluiu pela necessidade de intervir por via regulatória, tendo Portugal sido pioneiro nesta abordagem;

Em alternativa, tendo presente que a receita da taxa de coordenação e controlo supera as necessidades públicas e privadas do setor, a solução poderá tam-

bém passar por devolver esse excesso às empresas, iniciando uma redução progressiva do valor unitário da taxa e permitindo assim ao setor deixar de ser um “pensionista” do Estado.

4. Ultrapassar os obstáculos à diferenciação/“premiunização”

Neste âmbito, importa separar as iniciativas que devem ficar na esfera privada e o que poderá ainda ser trabalhado ao nível regulatório.

Apesar das dificuldades e obstáculos que todos reconhecemos, é possível encontrar iniciativas públicas e privadas bem-sucedidas em todos os segmentos da fileira/mercado:

Produção/indústria:

- O Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo é um excelente exemplo de como uma região conseguiu, coletivamente, abraçar os novos desafios e ao mesmo tempo diferenciar-se no mercado com o selo de certificação, liderando a fileira nacional nesta temática. Outro caso de estudo é a estratégia de marketing da Região dos Vinhos Verdes sendo, para já, a única região que, assumidamente, está a apostar e a investir de forma consistente na valorização e “premiunização” dos seus vinhos.

Restauração/HoReCa:

- Está em curso um amplo plano de formação dos profissionais da restauração, ancorado nas escolas de hotelaria do Turismo de Portugal e nos Institutos Politécnicos, com resultados bem visíveis na qualidade do serviço que é hoje oferecido em muitos estabelecimentos do canal HoReCa. É um ótimo exemplo de articulação entre o público e o privado.

Grande distribuição:

- Foi sobretudo para resolver as tensões entre os produtores e a grande distribuição que ao nível europeu se concluiu pela necessidade de

intervir por via regulatória, tendo Portugal sido pioneiro nesta abordagem;

- Foi construído um quadro legal robusto para o setor agroalimentar, materializado com a publicação da legislação sobre as práticas restritivas do comércio, a regulação das promoções e os prazos de pagamento. Importa sinalizar que este quadro legal deixou de estar na esfera da “política de concorrência” (centrada na defesa dos interesses dos consumidores), passando a estar centrada na equidade na distribuição de valor na cadeia agroalimentar, ou seja, centrada nos produtores;
- Em paralelo, ao nível privado, na esfera da autorregulação, está já em prática o Código de Boas Práticas Comerciais para a Cadeia de Abastecimento Agroalimentar.

Analizando agora as falhas de mercado apontadas, apresentam-se de seguida algumas abordagens que poderão ser seguidas em cada segmento da fileira/mercado

Na Indústria:

- A credibilidade das menções tradicionais de qualidade (reservas, *premium*, etc.) terá de passar por uma maior uniformização de regras nas diferentes Regiões Vitivinícolas quanto ao nível de exigência associado a cada uma dessas menções. Esta linha de trabalho poderá ficar na esfera privada, liderada pela Andovi (associação que congrega todas as entidades gestoras das DOP/IGP) e/ou pelo IVV, podendo ou não ser concretizada por via regulatória/legislativa. Em paralelo, é importante investir mais na comunicação e educação dos consumidores sobre o regime das DOP/IGP. Consumidores mais informados são, em regra, mais exigentes e mais propensos a valorizar a qualidade.

A criação de valor na fileira tem de chegar a todos, sendo fulcral que se repercute também no preço das uvas pago aos viticultores e, em consequência, na melhoria da rentabilidade da sua atividade ...

Na Restauração:

- A melhoria da informação ao consumidor poderá ser alcançada replicando a recente iniciativa legislativa francesa, que impôs como obrigatório que as cartas de vinho, no descritivo de cada produto, passem a indicar o país de origem (vinhos não certificados) ou o nome da DOP/IGP (vinhos certificados). Inovar, em muitos casos, passa por começar por copiar os melhores e este é um excelente exemplo de *benchmarking* que podemos seguir no setor vitivinícola nacional, adotando a mesma abordagem do país mais *premium* do mundo que, também ele, não ficou indiferente a esta falha de mercado que prejudica produtores e consumidores.

Na Grande Distribuição:

- Neste contexto específico, o mais importante está feito, faltando agora trazer mais transparência e informação de mercado e, ao mesmo tempo, garantir que os instrumentos de regulação (públicos e privados) estão a funcionar e a gerar resultados visíveis, evitando interferir excessivamente/artificialmente na liberdade negocial das partes e promovendo uma cultura de diálogo e de trabalho conjunto.

Comentário final

A criação de valor na fileira tem de chegar a todos, sendo fulcral que se repercute também no preço das uvas pago aos viticultores e, em consequência, na melhoria da rentabilidade da sua atividade (este é o objetivo central dos apoios da Política Agrícola Comum e do regime das DOP/IGP), pois só desta forma poderemos caminhar para um setor verdadeiramente sustentável, incluindo na vertente económica do negócio.

No mercado nacional, o preço médio dos vinhos no retalho aumentou nos últimos anos ao ritmo de

cerca de 3% ao ano, sendo que na exportação a valorização média anual cai para metade deste valor, o que justifica em parte o atraso de dois anos no atingir da meta dos mil milhões de euros de exportação previstos inicialmente para o ano 2020.

Sabendo que Portugal já exporta cerca de metade do que produz e que as importações igualam as expor-

tações em volume, conseguirá o setor nacional continuar a crescer em valor? E esse crescimento será feito, em especial, por que via(s):

- Da valorização do vinho e das uvas?
- Do aumento das importações de vinho barato?
- Dos ganhos de eficiência no processo produtivo e economias de escala das empresas?

O legítimo lugar do vinho na sociedade*

GEORGE SANDEMAN

Fundador da Ex Ampulla

Introdução

A palavra-chave do dia é “sustentabilidade”. No mundo do vinho, o principal foco da sustentabilidade tem estado relacionado com o Ambiente, sob pressão de grupos políticos ou dos consumidores, colocando-se frequentemente os pilares Económico e Social em segundo lugar.

No entanto, o equilíbrio entre estes três pilares é crucial para a sustentabilidade a longo prazo do setor vitivinícola: sem consumo moderado, não há vendas, não há economia, não há produção, não há vinhas e não há emprego.

Uma parte importante do pilar Social é a “cultura do vinho”, consubstanciada no consumo moderado de vinho na dieta e gastronomia mediterrânicas, e em atividades como o enoturismo, a formação em enologia e a degustação de vinho.

Existe, porém, uma pressão implacável sobre uma das componentes do vinho – o álcool, pressão essa

que, nos últimos anos, tem vindo a estabelecer uma ligação crescente entre o vinho e os danos relacionados com o álcool, ao ponto de publicações reputadas como a revista científica de medicina *The Lancet* terem publicado artigos que, de forma calculada, distorcem a ciência subjacente à investigação.

... o equilíbrio entre estes três pilares é crucial para a sustentabilidade a longo prazo do setor vitivinícola: sem consumo moderado, não há vendas, não há economia, não há produção, não há vinhas e não há emprego.

Embora a principal responsabilidade pela saúde dos cidadãos caiba aos Estados-Membros, a União Europeia (UE) desempenha um papel

importante na melhoria das políticas de saúde pública e na atenuação das fontes de risco para a saúde humana. A disposição sobre Saúde em Todas as Políticas (HIAP, na sigla inglesa), estabelecida no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (Tratado de Lisboa, 2007), visa integrar políticas relevantes em várias áreas de modo a permitir que as questões da saúde sejam abordadas no seu contexto mais vasto.

Numa manifestação prática desta disposição, a Estratégia do Prado ao Prato incentiva a produção de alimentos não só sustentáveis, mas também mais

* Este artigo é uma versão reduzida de um artigo de maior dimensão a publicar pelo autor. (Nota da equipa editorial)

saudáveis, e os novos programas de promoção centram-se em produtos que não causem danos aos consumidores, o que poderá vir a representar um risco para a promoção do vinho.

Sejamos claros: o vinho não é álcool. No entanto, o álcool é uma componente minoritária do vinho, necessária pelas características que transmite, em termos de sensação e conservação, e, se consumido em excesso, sabemos que pode ser nocivo a curto e a longo prazo.

Saúde – educação versus legislação

A abordagem unívoca da Organização Mundial de Saúde (OMS) é a de eliminar uma doença, e a classificação do consumo de álcool como Doença Não Transmissível (DND) permite a proposta de medidas globais (referidas como ‘Best Buys’) que visam erradicar o problema.

A OMS prefere uma legislação restritiva a uma educação abrangente, evita falar de moderação ou de cultura, e promove a ciência numa base seletiva para justificar os seus objetivos de política.

Na imprensa, temos assistido ao crescimento de um movimento de interesses ideológicos, que ganha força todos os dias e que promove uma política de ação frequentemente baseada na ciência da opinião pública ou mesmo na ausência de qualquer ciência.

Esta pressão constante leva os decisores políticos e reguladores a tomarem medidas sem ter em consideração todo o seu impacto na sustentabilidade do setor vitivinícola no seu conjunto.

Está a formar-se uma tempestade perfeita com a conclusão da Estratégia global para o álcool da OMS, do relatório da OCDE Prevenção do consumo nocivo de álcool¹ e do Plano europeu de luta contra o cancro da UE. Estes três “furacões” estão a aproximar-se, podendo criar essa tempestade perfeita, e só os mais ingénuos acreditarão que o vinho pode escapar incólume.

Os ‘Best Buys’ (apresentados no pacote técnico da iniciativa SAFER da OMS) são a pedra angular da estratégia contra as bebidas alcoólicas. Medidas como o aumento de impostos por teor alcoólico, a eliminação da publicidade, a restrição do acesso, a inclusão de advertências relativas à saúde nas embalagens aparecem consistentemente em qualquer plano de saúde relacionado com o álcool e foram mesmo incorporadas na Lei de Saúde Pública (Álcool) de 2018, na Irlanda.

... temos assistido ao crescimento de um movimento ... que promove uma política de ação frequentemente baseada na ciência da opinião pública ou mesmo na ausência de qualquer ciência.

Esta pressão constante leva os decisores políticos e reguladores a tomarem medidas sem ter em consideração todo o seu impacto na sustentabilidade do setor vitivinícola no seu conjunto.

Para apoiar esta abordagem, a OMS estabeleceu arbitrariamente um conceito teórico de “não há nível seguro” (*no safe level*) que não tem base científica e que poderia ser aplicado a praticamente qualquer atividade ou fator do nosso estilo de vida (como, por exemplo, respirar o ar da cidade). Este conceito foi posteriormente sustentado por um estudo de modelização que não foi bem interpretada, Consumo de álcool e carga global de doenças (*Alcohol use and Global Burden of Diseases – GBD*), publicado na revista *The Lancet* em 2018.

Alegando refutar a chamada curva J, o artigo afirmava que mesmo o consumo muito moderado de álcool é pior do que não beber de todo e

incentivava os decisores políticos a reduzirem o consumo médio de álcool para toda a população.

¹ Ver Ficha de Leitura sobre este relatório na Secção III desta edição. (Nota da equipa editorial)

Cientistas de todo o mundo criticaram esta conclusão, encontrando evidência da sua falsidade nos anexos do próprio artigo, e o *Wine Information Council* (WIC – Conselho de Informação sobre o Vinho) determinou que, ao contrário das conclusões da *The Lancet* e de recentes publicações, os resultados deste estudo não invalidavam estudos epidemiológicos anteriores, antes confirmando a validade da curva em forma de J.

No seu relatório de maio de 2021, a OCDE publicou uma análise do custo do consumo de álcool em 52 países. Utilizando a modelação por microssimulação, o objetivo era mostrar como as doenças relacionadas com o álcool reduzem a esperança de vida, aumentam as despesas com cuidados de saúde, diminuem a produtividade dos trabalhadores e reduzem o Produto Interno Bruto (PIB).

Existe uma parcialidade evidente da política conduzida pela OMS no sentido de soluções baseadas em toda a população para problemas e categorias de risco que são específicos ('Best Buys'), bem como uma extraordinária falta de coerência entre a metodologia reconhecida e a utilizada, sobretudo porque o estudo não é efetuado de acordo com as recomendações e diretrizes da OMS e da própria OCDE. Finalmente, as recomendações de política centram-se no custo dos sistemas de saúde e no impacto projetado no PIB, sem terem em consideração o impacto negativo no desenvolvimento rural, no setor vitivinícola ou nas suas comunidades, na perda de exportações, no turismo, ou no custo da conversão e requalificação ou do abandono do território, etc.

No entanto, uma das maiores ameaças vem do relatório da Comissão Especial do Parlamento Europeu sobre a Luta contra o Cancro (BECA) relativo ao Plano europeu de luta contra o cancro, apresentado pela Comissão Europeia em Fevereiro de 2021. O relatório da BECA estabelece uma ligação não fundamentada entre o álcool e o cancro, retomando a premissa de

“não há nível seguro” definida no estudo de modelização publicado pela *The Lancet* – que, como acima referido, tem sido severamente criticado pela comunidade científica devido às suas falhas analíticas.

O plano de ação da BECA volta a recorrer às ‘Best Buys’ da OMS, recomendando advertências de saúde, limites à publicidade, proibição de patrocínios desportivos, aumentos de impostos, adoção de um rótulo nutricional obrigatório da UE na frente da embalagem e revisão da política de promoção agrícola comunitária.

A resposta do vinho

A partilha de alimentos e vinho faz parte da cultura mediterrânica desde os tempos mais remotos, e uma tentativa política de excluir o vinho da dieta mediterrânica devido à sua componente “álcool” é a negação de uma realidade que existe há milénios.

Os instrumentos de luta contra este iminente movimento no sentido da abstinência

existem já e estão disponíveis para o setor vitivinícola utilizar no âmbito do pilar da sustentabilidade social, quer sejam o Enoturismo, a iniciativa Vinho em Moderação ou a Dieta Mediterrânica.

Pilar Social: A viticultura é parte integrante da cultura e da própria existência de muitas regiões onde a valorização de um produto agrícola cultivado em terras que não poderiam suportar outras culturas dá vida a comunidades rurais que de outra forma abandonariam a atividade agrícola, assegurando assim a ocupação do território e o desenvolvimento rural.

Na componente comercial da cadeia de valor, tem vindo a ser realizado um importante trabalho nas áreas-chave de informação ao consumidor, vinho e dieta e responsabilidade social.

Dieta Mediterrânica: O vinho é uma componente vital e inseparável desta dieta alimentar, contri-



buindo significativamente para os seus efeitos benéficos globais.

O WIC publicou dados (*Mediterranean diet – with or without wine?*, Dieta Mediterrânica – com ou sem vinho?) que fundamentam a noção de que os padrões mediterrânicos de consumo de vinho (consumo total moderado, vinho bebido às refeições, evitar ocasiões de consumo excessivo) tiram o máximo partido dos benefícios e reduzem os riscos para a saúde relacionados com o álcool.

A ligação natural entre vinho e dieta mediterrânica é uma oportunidade evidente em Portugal, que beneficia de um clima geralmente ameno, permitindo fazer exercício físico durante todo o ano, da produção e disponibilidade de azeite, fruta, legumes, frutos secos e ervas aromáticas, bem como da produção de bons vinhos em quase todas as regiões do país.

Enoturismo: Tendo sido criado como um instrumento para vender vinho à porta da adega, o enoturismo é por vezes considerado apenas como turismo

com ligação ao vinho, e não tanto como uma forma de transmitir a cultura do vinho em termos da moderação e do estilo de vida mediterrânico em que é apreciado.

Um país tão diverso como Portugal tem um potencial enorme para ser um destino enológico e gastronómico. Com bons acessos, distâncias praticáveis, autenticidade regional, cultura, vinho e gastronomia, as regiões vinícolas de Portugal são um paraíso de diversidade.

Vinho com Moderação: Esta iniciativa começou em 2008 com o objetivo de assegurar um futuro sustentável para o setor vitivinícola, tendo vindo a ser construída desde então, em quinze países, uma rede de profissionais – como a ACIBEV – e outros apoiantes. O trabalho desenvolvido vai no sentido de incentivar a moderação no consumo de vinho, como parte de uma dieta e um estilo de vida saudáveis, e de alertar produtores e consumidores de vinho para os riscos do abuso no consumo.

Uma aliança única de pessoas e organizações responsáveis do setor do vinho que acreditam numa cultura sustentável deste produto, a sua atividade centra-se nas áreas-chave da autorregulação (publicidade e marketing responsável), educação (incluindo formação em serviço responsável) e WIC (análise científica e informação).





A mensagem é clara, ESCOLHA – PARTILHE – CUIDE: escolhemos o vinho que vamos experimentar, o momento e o local onde o vamos apreciar, partilhamos o nosso vinho com amigos, família, outros alimentos e um copo de água. Cuidamos dos que nos rodeiam, incentivando-os a serem responsáveis, e de nós próprios, garantindo que desfrutamos esta bebida com moderação.

A iniciativa Vinho com Moderação pretende salvar-guardar o legítimo lugar do vinho numa sociedade de consumo moderado, num ambiente de partilha dos alimentos com a família, como parte de uma cultura ligada a um estilo de vida mediterrânico e a uma dieta saudável.

É imperativo que o setor do vinho fale a uma só voz para assegurar o lugar legítimo do vinho na sociedade futura como parte da sua cultura, gastronomia e economia.

A ciência não pode ser conduzida pelos decisores políticos ou pelos meios de comunicação social. Deve ser conduzida por cientistas, revista por pares e publicada de forma credível.

Uma última palavra

É imperativo que o setor do vinho fale a uma só voz para assegurar o lugar legítimo do vinho na sociedade futura como parte da sua cultura, gastronomia e economia.

As medidas para reduzir os danos relacionados com o álcool devem ser baseadas na ciência, e considerar as especificidades dos problemas que visam resolver. As medidas dirigidas à população no seu conjunto não vão ao cerne do problema.

A ciência não pode ser conduzida pelos decisores políticos ou pelos meios de comunicação social. Deve ser conduzida por cientistas, revista por pares e publicada de forma credível.

Beneficiando do triângulo de instrumentos culturais que estão disponíveis para serem utilizadas por todos: Dieta Mediterrânica – Enoturismo – Vinho com Moderação, poderemos efetivamente expressar a “granularidade”² do

vinho como o produto de uma cultura milenar.

² Granularity, em inglês, entendida aqui no sentido da qualidade de incluir os muitos pormenores que constroem a complexidade do setor do vinho – desde a vinha até ao copo.

The legitimate place of wine in society*

GEORGE SANDEMAN

Founder of Ex Ampulla

Introduction

The keyword of the day is “sustainability”. In the world of wine, the principal focus of sustainability has related to Environment, under pressure from political or consumer groups, often placing the “Economic” and “Social” pillars in second place.

The balance between these three pillars is crucial for the long term sustainability of the wine sector. Without moderate consumption, there are no sales, there is no economy, there is no production, no vineyards and no employment.

An important part of the Social pillar is the “the culture of wine”, embodied in the moderate consumption of wine in the Mediterranean Diet and gastronomy, and activities such as enotourism, wine education and wine tasting.

However, there is relentless pressure on one component of wine – alcohol – which in recent years has made an increased link between wine and alcohol related harm, even to the degree of reputable journals such as The Lancet publishing articles which have calculatedly distorted the science behind the research.

The primary responsibility for health lies with the Member States, nevertheless, the EU plays an important role in improving public health policies, and mitigating sources of danger to human health. The vast scope of the Health in All Policies (HIAP) codified in the Treaty on the Functioning of the European Union (Treaty of Lisbon 2007) aims to integrate relevant policies across various areas to allow health issues to be tackled in their wider context

In a practical manifestation, the Farm to Fork Strategy will encourage the production of not only sustainable, but also healthier food, and the new promotion programs will focus on products which do not cause harm to EU consumers, posing a risk to the promotion of wine.

Let us be clear – wine is not alcohol. However, alcohol is a minority component of wine, necessary for the characteristics it imparts, sensation, and preservation – and if consumed in excess we know that it can be harmful in the short-term and in the long-term.

Health – education versus legislation

The single minded approach of the World Health Organization (WHO) is to eliminate a disease, and the classification of alcohol as a Non Communicable Disease (NCD) allows the proposal of global measures (referred to as ‘Best Buys’) which aim to eradicate the problem.

The WHO favors restrictive legislation to broad-based education, shuns moderation or culture, and promotes science on a selective basis to justify their policy objectives.

In the press we have seen the growth of a movement of ideological interests, which is gaining strength every day and which promotes a policy of political action often based on the science of public opinion or even no science at all.

The constant pressure leads policy makers and regulators to take action without considering the full impact on the sustainability of the wine sector as a whole.

A perfect storm is forming with the completion of the WHO Global Alcohol Strategy, the OECD’s report “Preventing Harmful Alcohol Use” and the EU Beating Cancer Plan. These three “hurricanes” are closing in to create the perfect storm, and only the most naïve can believe that wine will escape unscathed.

The ‘Best Buys’ (laid out in the WHO’s SAFER package) are the cornerstone of the strategy against beverage alcohol: raise taxes by alcohol content, eliminate advertising, restrict access, add health warnings to packaging. They appear consistently in any alcohol related health plan and are embodied in 2018 Public Health (Alcohol) Act in Ireland.

* Editorial team’s note: This article is a reduced version of a larger paper to be later published by the author.

To support this approach, the WHO has arbitrarily set a theoretical concept of ‘no safe level’ which is not supported by science, and could be applied to almost any activity or lifestyle factor (such as breathing city air), but which later was supported by the falsely interpreted modelling study – Alcohol use and Global Burden of Diseases (GBD) – published by The Lancet in 2018.

Claiming to refute the “J-Curve”, the paper stated that even very moderate drinking is worse than not drinking at all and encouraged policy makers to reduce the average alcohol consumption of the entire population.

Scientists from around the world criticized this conclusion, finding proof of its falsehood within the annexes of the paper itself, and the Wine Information Council (WIC) determined that contrary to the conclusions of The Lancet and new publications, the findings of this study did not invalidate previous epidemiological studies but confirmed the validity of the “J-shaped” curve.

In May 2021, the OECD report published an analyses of the cost of alcohol consumption in 52 countries Using microsimulation modelling, it aimed to show how alcohol-related diseases reduce life expectancy, increase health care costs, decrease workers’ productivity and lower GDP.

There is an evident bias towards the WHO led policy of all-inclusive population based solutions to specific problems and risk categories (‘Best Buys’), as well as an extraordinary lack of coherence between recognized methodology and the one used, most notably in that the study is not conducted in accordance with recommendations and guidelines from the WHO and the OECD itself; and finally the policy recommendations focus on the cost of health systems and projected impact on GDP without consideration of the negative impact on rural development, the wine sector or its communities, loss of exports, tourism, or cost of conversion and reskilling or abandonment of the territory etc;

However, one of the biggest threats comes from the EU Parliament Special Committee on Beating Cancer (BECA) report on the EU Beating Cancer Plan (EBCP), presented by the EU Commission in February 2021. The BECA report makes an indiscriminate link between alcohol and cancer, on the premise that “there is no safe level” and the modelling study published by The Lancet – which has been severely criticized by the scientific community because of its analytical flaws.

The BECA action plan once again raises the WHO ‘Best Buys’ recommending health warnings, limits on advertising, prohibition of sports sponsorship, tax increases, adoption of a

mandatory EU front of pack nutritional label and revision of the EU agricultural promotion policy.

Wine fights back

Sharing food and wine has been part of the Mediterranean culture since the earliest times, and a political attempt to exclude wine from the Mediterranean diet because of its “alcohol” component is a denial of a reality that has been in practice for millennia.

The tools to fight against this impending temperance movement are in place and available for the wine sector to use within the Social Sustainability Pillar, whether it be ENOTOURISM, WINE IN MODERATION or MEDITERRANEAN DIET.

The Social Pillar: Wine growing is an integral part of the culture and very existence of many regions and communities where the valorization of an agricultural product grown on land that cannot support other crops gives life to rural communities that would otherwise abandon the land, thus ensuring rural development.

On the market end of the value chain, important work has been carried out in the key areas of consumer information, wine and diet and social responsibility.

Mediterranean Diet: wine is a vital and indivisible component of this diet, which significantly contributes to its overall beneficial effects.



**MEDITERRANEAN DIET
– WITH OR WITHOUT
WINE?**

Mladen Boban, Member of the
Wine Information Council

**02 DECEMBER
2020**
15:00 – 16:00
BRUSSELS TIME (GMT+2)

**JOIN OUR THIRD
SCIENTIFIC WEBINAR!**

*THE SEMINAR WILL BE HELD ONLINE.

WINE - MODERATION
CHOOSE | SHARE | CARE

 Wine Information Council

The WIC has published information (*Mediterranean diet – with or without wine?*) supporting Mediterranean drinking patterns for wine (moderate total consumption, drink wine with meals, avoid excess drinking occasions) to take full advantage of benefits and reduce alcohol-related health risks.

The natural link between wine and a Mediterranean diet is an evident opportunity in Portugal, which benefits from a generally mild climate permitting year round physical exercise, production and availability of olive oil, fruit, vegetables, nuts and herbs – as well as the production of fine wines in almost every region of the country!

Enotourism: Originating as a tool to sell wine at the cellar door, Enotourism is thought of as tourism with a link to wine, rather than a way to communicate the culture of wine in the sphere of moderation and the Mediterranean way it is enjoyed.

A country as diverse as Portugal has tremendous potential to be a wine and gastronomy destination. With good accesses, manageable distances, regional authenticity, culture, wine and gastronomy, Portugal's wine regions are a paradise of diversity.

Wine in Moderation: started in 2008 with the objective of ensuring a sustainable future for the wine sector. Since then a network of professionals – like ACIBEV – and supporters has been built in 15 countries. They work to encourage the moderation in wine drinking as part of a healthy diet and lifestyle, and educate wine producers and consumers about the risk of abuse.



A unique coalition of responsible wine people and organizations who believe in the sustainable culture of wine, the activity is focused on the key areas of Self-regulation (advertising and responsible marketing), Education (including responsible service training) and WIC (scientific analysis and information).

The message is clear, CHOOSE – SHARE – CARE: we choose the wine we will experience, the moment and place where we will enjoy it, we share our wine with friends, family, food and a glass of water. We take care of those around us by encouraging them to be responsible, and of ourselves by ensuring we enjoy in moderation.



Wine in Moderation is about safeguarding the legitimate place of wine in a society of moderate consumption, in an environment of food and family as part of a culture linked to a Mediterranean lifestyle and healthy diet.

A final word

It is imperative the wine sector speaks out loudly with one voice to ensure the legitimate place of wine in future society as part of its culture, gastronomy and economy.

The measures to reduce alcohol-related harm should be science based, and consider the specifics of the problems they aim to resolve. Population based measures do not go to the heart of the problem.

The science cannot be led policy makers or media. It must be led by scientists – peer reviewed and credibly published.

Benefiting from the triangle of cultural tools which are available for all to use: MEDITERRANEAN DIET – WINE TOURISM – WINE IN MODERATION, we can effectively express the granularity¹ of wine as the product of a millennial culture.

¹ Granularity here means the quality of including the many details that build the complexity of the wine sector – from the vineyard to the glass.

Porto Protocol: do Porto para o mundo, a catalisar a ação climática no mundo dos vinhos

MARTA MENDONÇA E CRISTINA CRAVA

The Porto Protocol

“O canário na mina de carvão” (*the canary in the coal mine*) tem sido uma expressão cada vez mais usada quando falamos de vinhas e da crise climática. Através dela facilmente compreendemos o nível de sensibilidade das uvas face a um clima em mudança e cada vez mais imprevisível. Estas foram as palavras usadas numa recente entrevista de Greg Jones, climatologista de renome e membro do Comité Consultivo da Fundação Porto Protocol, ao programa da CBS, *60 minutes*, enfatizando como através do vinho facilmente contamos a história das alterações climáticas.

Corroborando este argumento, cientistas e historiadores estabeleceram um registo das colheitas desde 1354 e constataram que a temperatura do ar aqueceu de tal forma – sobretudo nos últimos 30 anos – que as uvas são colhidas quase com duas semanas de antecedência relativamente à sua norma histórica¹.

... as Climate Change Leadership – Solutions For the Wine Industry... constituíram uma mudança de paradigma na fileira, por trazerem o foco para as soluções e não para a crise climática, e por promoverem o espírito de ação e partilha para a construção de uma indústria do vinho mais alinhada com o futuro.

“Os registos das vindimas são os registos fenológicos mais longos da Europa”, diz Elizabeth Wolkovich, bióloga na Universidade da Colúmbia Britânica que estuda as relações entre o vinho e o clima. “Temos centenas de anos de dados sobre as temperaturas que se faziam sentir no verão e podemos usar esta informação como um termómetro.”

Contribuindo para a história do vinho e das alterações climáticas, há pouco mais de três anos, vários grandes nomes, Barack Obama, Al Gore e Mohan Munasinghe, trouxeram a atenção do mundo para

duas grandes conferências na cidade do Porto, as *Climate Change Leadership – Solutions For the Wine Industry*². As conferências, muito participadas, decorreram em 2018 e 2019.³

A par destas personalidades, inúmeras outras figuras do mundo do vinho juntaram-se na Cidade Invicta para par-

¹ <https://www.natgeo.pt/meio-ambiente/2019/10/alteracoes-climaticas-estao-alterar-o-paladar-do-vinho>

² <https://climatechange-porto.com/>

³ <https://www.natgeo.pt/meio-ambiente/2018/07/conheca-principais-conclusoes-do-climate-change-leadership-porto>

tilhar as experiências, soluções e melhores práticas que lhes permitem adaptar-se e/ou mitigar as alterações climáticas no seio da sua operação vitivinícola.

Estes dois eventos constituíram *per si* uma mudança de paradigma na fileira, por trazerem o foco para as soluções e não para a crise climática, e por promoverem o espírito de ação e partilha para a construção de uma indústria do vinho mais alinhada com o futuro.

O potencial da indústria do vinho para liderar a construção de uma resposta a esta crise é também evidente:

- O seu carácter distintivo depende do *terroir*, uma combinação única da planta, solo, clima e geografia;
- A importância socioeconómica do setor em grande parte das regiões vitivinícolas;
- A vulnerabilidade das uvas face ao clima, por um lado, mas a resiliência da vinha, por outro, que tantas vezes encontramos em locais inóspitos (como é o caso do Douro);
- Milhares de negócios de produção de uva e vinho em todo o mundo estão na mesma família há décadas e até há centenas de anos, sendo-lhes por isso natural o pensamento de longo prazo e a vontade de querer preservar aquela parcela de terra para as gerações que se seguem;
- Nenhum outro produto agrícola fala diretamente com o consumidor como o vinho ou gera o mesmo tipo de ligação emocional com o mesmo.



the porto protocol

E é neste contexto que nasce o Porto Protocol (PP)⁴. O propósito da criação deste movimento foi desde logo muito claro

para Adrian Bridge, mentor, CEO da organização e do Grupo The Fladgate Partnership (Taylor's Port, Fonseca, Croft, The Yeatman Hotel, World of Wine): a crise climática é uma realidade com causas profundamente conhecidas e discutidas e tal como somos todos parte do problema, todos podemos escolher fazer parte da solução. Estas soluções, respostas, já existem e estão a ser implementadas ao longo de toda a cadeia de valor do vinho, sem necessidade de reinventar a roda.

De um compromisso saído de dois eventos, o Porto Protocol tornou-se uma Fundação, mas acima de tudo um movimento global. Conta hoje mais de 250 membros e parceiros espalhados por toda a cadeia de valor do vinho, de todas as dimensões e de todos os perfis e níveis de ação climática. Esta Inclusividade, a Partilha Colaborativa e a Ação Coletiva são os pilares fundamentais da organização, que acre-

ditada que só em conjunto será possível resolver e garantir a sustentabilidade do setor (e da espécie).

É hoje missão do Porto Protocol acelerar a ação climática a nível mundial na cadeia de valor do vinho, construindo para isso e com base na partilha colaborativa, uma plataforma de soluções e uma rede

de agentes de mudança que permitam poupar recursos e tempo para responder ao desafio em causa. Na realização desta missão, conta com o apoio de vários representantes locais em geografias estratégicas, e com um Comité Consultivo de excelência que atua como uma garantia da qualidade dos conteúdos e soluções partilhadas pelos membros.

De todo o trabalho que tem vindo a ser realizado, há uma preocupação com a sistematização da informação partilhada:

1. Como estão os vários membros a sentir o IMPACTO das alterações climáticas

⁴ <https://www.portoprotocol.com/>

2. Como é que o setor IMPACTA as alterações climáticas
3. O que estão os vários agentes a fazer para se adaptarem e mitigarem os seus efeitos (SOLUÇÕES).
4. Quais as principais TENDÊNCIAS

Estes são os dados e práticas que chegam à equipa, que refletem o mundo real e as vozes de um setor preocupado, aliados a um trabalho próximo com universidades e outras instituições. Este conjunto de elementos tem permitido a construção de uma “visão de água” sobre os principais impactos, desafios, oportunidades e tendências que marcaram os últimos anos e que alavancam as ações futuras.

1. Impacto das alterações climáticas

No que diz respeito aos impactos, a equipa tem ouvido testemunhos de membros que viveram situações raras ou mesmo inéditas, tais como: o período de escassez de água extrema que limitou os consumos de água para a agricultura em prol do consumo humano, na região do Cabo Ocidental, na África do Sul; a colheita de Ice Wine⁵ que falhou pela primeira vez em 2019 devido a um inverno quente; uma Austrália em chamas, com uma perda sem precedentes e irreparável para os seus ecossistemas, vidas e negócios; relatos em tempo real ao longo das semanas durante as quais a Califórnia foi assolada por incêndios florestais (Glass Fires), que fizeram com que muitos viticultores perdessem a colheita, resultante da contaminação da mesma pelo fumo; e, mais recentemente, em França, chegaram relatos de viticultores que acenderem fogueiras junto das suas vinhas para evitar que a geada destruísse a colheita.

A par destes eventos mais extremos, a crise climática tem-se manifestado de diversas outras formas, nomeadamente:

- Alterações de crescimento e produtividade;
- Alteração no período de maturação das uvas;
- Stress hídrico e térmico;
- Aumento da amplitude térmica e das temperaturas médias;
- Disponibilidade de água;
- Antecipação da data da colheita;
- Consequências ao nível do planeamento, da adaptação e alteração das castas plantadas;
- Aparecimento de novas regiões vitivinícolas e alteração das existentes;
- Alteração das características das uvas e, consequentemente, do vinho;
- No médio-longo prazo, a potencial inviabilização de certas regiões vitivinícolas virem a produzir vinho tal como o conhecemos hoje;
- Alteração na frequência e na gravidade das pragas e doenças.

2. Como é que o setor impacta as alterações climáticas

É de igual importância conhecer o impacto que a produção do vinho tem em matéria de alterações climáticas. Para este efeito, a Figura 1 permite avaliar as

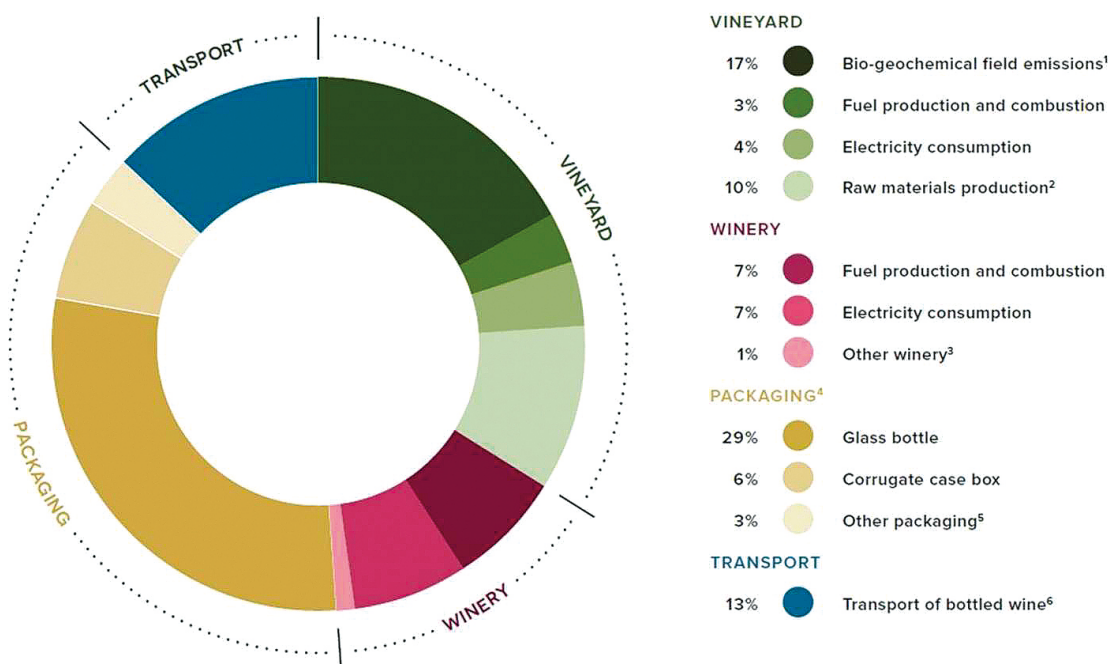
áreas que mais contribuem para a pegada carbónica do setor.

É de igual importância conhecer o impacto que a produção do vinho tem em matéria de alterações climáticas.

É facilmente perceptível que o elemento com maior influência é a embalagem de vidro, já que a sua produção é altamente intensiva do ponto de vista energético.

É facilmente perceptível que o elemento com maior influência é a embalagem de vidro, já que a sua produção é altamente intensiva do ponto de vista energético. Este fator ganha maior peso por (ainda)

⁵ De origem alemã (Eiswein – vinho de gelo), este vinho é produzido a partir de uvas congeladas ainda na videira, resultando numa maior concentração de açúcares.

Figura 1 – Impactos relativos em termos de pegada de carbono do vinho embalado desde a produção à venda a retalho

Fonte: California Sustainable Winegrowing Alliance (CSWA)

haver na indústria uma perceção de que o consumidor associa o peso da garrafa à qualidade do vinho. E quanto mais pesada a garrafa, maior a pegada de carbono.

Mas há outros aspetos da produção de vinho que contribuem para aumentar o CO₂ na atmosfera e para o impacto negativo que este ciclo pode ter a nível ambiental: os combustíveis fósseis utilizados nas várias fases de produção, desde o transporte aos tratores; as emissões de carbono durante o período de fermentação (em estado puro); a natureza e quantidade de pesticidas utilizados na viticultura; as monoculturas; a água consumida.

3. As soluções

Conhecer os impactos na e da produção do vinho é o ponto de partida para compreender a dimensão

do desafio, identificar as áreas críticas de atuação e procurar soluções passíveis de serem replicadas ou novas soluções que possam ser desenvolvidas de forma colaborativa. Este caminho deve promover uma abordagem sistémica que englobe toda a cadeia de valor e que garanta o envolvimento ativo de todos os seus agentes.

São inúmeras as soluções existentes que têm vindo a ser partilhadas pela comunidade vitivinícola mundial, variando em complexidade, investimento e tipologia.

São inúmeras as soluções⁶ existentes que têm vindo a ser partilhadas pela comunidade vitivinícola mundial, variando em complexidade, investimento e tipologia. Aqui ficam algumas delas:

- A redução do peso da garrafa ou escolha de embalagens de materiais com menor pegada de carbono;
- A utilização de cobertos vegetais e outras soluções de base natural que promovem a (bio)diversidade no solo, na vinha e todo o ecossistema;

⁶ <https://www.portoprotocol.com/solutions/>

- A resolução de ineficiências nos consumos de recursos hídricos e energéticos, através da instalação de contadores, sensores, painéis solares, etc.;
- A utilização de rega de precisão ou ausência de rega;
- Uma gestão de resíduos que procure reduzir os materiais usados como um todo (por exemplo, eliminação de plásticos de uso único sempre que possível, otimização das embalagens primárias, secundárias e terciárias, uniformização da garrafa);
- Uma abordagem circular que aposte no encaminhamento de certos resíduos para outras indústrias, dando assim origem a produtos alternativos;
- A educação e envolvimento de todas as áreas e pessoas da organização e fornecedores, contribuindo para compromissos conjuntos, para uma alteração de comportamentos e da cultura da própria empresa;
- A educação do consumidor quanto ao impacto da cadeia de valor do vinho;
- O recurso a ferramentas de medição da pegada de carbono para facilitar a medição, diagnóstico e implementação de metas (também disponibilizadas de forma gratuita pelo Porto Protocol).

Importa salientar que muitas destas soluções oferecem oportunidades de negócio às empresas que visam melhorar a sua gestão de recursos, contribuindo para o aumento da eficiência energética, impulsionando a inovação e inspirando novos produtos e serviços menos intensivos em carbono.

Importa salientar que muitas destas soluções oferecem oportunidades de negócio às empresas que visam melhorar a sua gestão de recursos, contribuindo para o aumento da eficiência energética, impulsionando a inovação e inspirando novos produtos e serviços menos intensivos em carbono.

Em última análise, potenciam a resiliência das cadeias de abastecimento e a redução da dependência dos combustíveis fósseis através de uma maior eficiência na gestão dos recursos e uma transição para energias renováveis. Conjuntamente, estas ações podem fomentar a competitividade e desbloquear novas oportunidades de mercado. Acima de

tudo, serão inevitáveis e certamente menos dispendiosas se enfrentadas agora do que se forem adiadas.

4. As tendências

Para efeitos deste artigo, o entendimento do conceito de tendência traduz-se na identificação de novos caminhos que estão a ser explorados, com grande potencial de crescimento.

Destaca-se como macrotendência a internalização das alterações climáticas na gestão de risco do negócio, alicerçada num modelo de desenvolvimento sustentável, onde é possível aliar e equilibrar os desa-

fios financeiros, ambientais e sociais do setor. Mais ainda, a noção de que as alterações climáticas e uma maior justiça social são parte integrante da mesma causa, crescente e transversal ao setor.

As tendências surgem sob diversas perspetivas, desde o produtor de uva ao consumidor final do vinho e as mais evidentes na comunidade mundial ficam aqui destacadas:

Destaca-se como macrotendência a internalização das alterações climáticas na gestão de risco do negócio, alicerçada num modelo de desenvolvimento sustentável, onde é possível aliar e equilibrar os desafios financeiros, ambientais e sociais do setor. Mais ainda, a noção de que as alterações climáticas e uma maior justiça social são parte integrante da mesma causa, crescente e transversal ao setor.

- Certificações de sustentabilidade, como forma de mostrar ao mercado e a um grupo crescente de consumidores que o caminho e o compromisso para com o desenvolvimento sustentável está já a ser traçado dentro do negócio;

- Neutralidade carbónica do setor – A indústria vitivinícola de diversos países, como a Austrália ou a Nova Zelândia, apresentou o seu compromisso de neutralidade já a partir de 2030;
- Garrafas de vidro mais leves – mercados como o Canadá impõem já limites de peso às garrafas, outros assumiram o compromisso de baixar a sua pegada carbónica, como é o caso dos mercados nórdicos, compromisso esse que se refletirá em imposições e mudanças ao nível da embalagem;
- Esquemas de garrafas reutilizáveis;
- Novos formatos de embalagens – são muitas as alternativas já disponíveis no mercado e com uma pegada de carbono inferior, nomeadamente garrafas espalmadas e de plástico reciclado, latas de alumínio, papel, Tetra Pak, etc;
- Captura de carbono na fermentação, carbono este em estado puro;
- Práticas de viticultura regenerativa;
- Exploração de novas castas e porta-enxertos, inclusive híbridas, com maior resistência a doenças;
- Tratores elétricos;
- Energias alternativas, de solar a geotermal;
- Produção e utilização de “Biochar”;
- Redução ou mesmo eliminação do uso de pesticidas e herbicidas;
- Aumento das exigências dos mercados ao nível de práticas sustentáveis;
- Consumidores mais sensíveis e aumento da procura por produtos sustentáveis, biológicos, naturais...;
- Comércio de carbono – mercado de créditos de carbono poderá revelar-se uma possibilidade e oportunidade para o agronegócio;
- Desenvolvimento de tecnologias para recolha e tratamento de macrodados para tomada de decisão – uso de dados de satélite, por exemplo;
- Viticultura de precisão;
- Consumo responsável.

As tendências são diversas e convergem para a sustentabilidade do setor, mas acima de tudo, importa agir, importa a ação, com pequenos e/ou grandes passos e medidas, bem mais do que a perfeição.

As tendências são diversas e convergem para a sustentabilidade do setor, mas acima de tudo, importa agir, importa a ação, com pequenos e/ou grandes passos e medidas, bem mais do que a perfeição.

E na ideia de ação colaborativa, outra grande macro-tendência em crescimento, está implícito o seu efeito multiplicador, crucial à resposta coletiva de que necessitamos.

As alterações climáticas não olham a fronteiras da vinha e o desafio é de tal forma gigante que só assim, em conjunto, estaremos à altura deste repto pelo qual somos responsáveis.

OBSERVATÓRIO

CULTIVAR

Fig. *FORMAR PELA INSTRUÇÃO, DESENVOLVER.*

O setor vitivinícola nacional e a estratégia de aplicação dos instrumentos de política europeus

BERNARDO GOUVÊA

Presidente do Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.

Nos últimos treze anos, entre 2009 e 2021, o setor vitivinícola nacional beneficiou, no âmbito do Programa Nacional de Apoio para o Setor Vitivinícola (PNASV), de um apoio comunitário ao investimento na ordem dos 793 milhões de euros, de forma a dar resposta aos seus grandes desafios estratégicos. Com efeito, já no quinquénio de 2009 a 2013, a política comunitária de apoio ao setor do vinho elencava, nos seus pilares estratégicos: o aumento da competitividade dos produtores de vinho da União Europeia; o reforço da reputação dos seus vinhos de qualidade; a conquista de novos mercados e o estabelecimento dum regime vitivinícola com regras claras, simples e eficazes.

Em Portugal, como resposta a este desígnio, o Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) implementou, em articulação com o setor e no âmbito do PNASV, um conjunto estratégico de medidas: da Promoção de Vinhos em Mercados de Países Terceiros à Destilação de Subprodutos, passando pelo apoio ao Sistema Vitícola de Seguros e (não de somenos importância...) pela medida de Reestruturação e Reconversão das Vinhas.

O atual período de programação 2019-2023 assume o mesmo paradigma, tendo-se implementado, além destas, novas medidas comunitárias de destilação e

armazenamento de crise, no ano de 2020, e de destilação de crise, no ano de 2021, por forma a atenuar o impacto negativo da pandemia COVID-19.

Em junho deste ano, após três anos de negociações, foi fechado durante a presidência portuguesa do Conselho Europeu um novo acordo para a reforma da Política Agrícola Comum (PAC): uma PAC modernizada, que coloca à disposição dos Estados-Membros os instrumentos que permitirão ao setor agrícola corresponder aos objetivos estratégicos da União Europeia (UE). Objetivos que visam uma Europa mais resiliente, mais verde, mais digital, mais social e mais aberta ao mundo.

A nova PAC dispõe de um novo modelo de financiamento – o Plano Estratégico da PAC (PEPAC) –, em que cada Estado-Membro definirá as suas linhas de atuação e as medidas de apoio para se alcançarem os objetivos da UE até 2027, combinando os instrumentos de apoio financiados pelo FEAGA – pagamentos diretos e intervenções setoriais – e pelo FEADER – intervenções do desenvolvimento rural.

O setor vitivinícola nacional, reconhecendo os bons resultados do PNASV, adequou assim no seu contributo para o PEPAC este conjunto de medidas, mas

agora com a nova designação de “intervensões”. O vetor fundamental para o futuro continuará a suportar-se na aposta contínua e centrada na Reestruturação e Conversão das Vinhas; nas Campanhas de Promoção e Comunicação de Vinhos em Países Terceiros; no sistema de Seguros de Colheita e na Destilação de Subprodutos. As medidas de Destilação de Subprodutos e uma nova intervenção de Reestruturação e Conversão das Vinhas para o modo biológico enquadram desta forma a nova arquitetura ecológica dos objetivos estratégicos da nova PAC, com um pacote anual de financiamento comunitário de cerca de 62 670 milhões de euros. Portugal continuará pois a pugnar, com uma estratégia consistente, por um sector vitivinícola mais competitivo e reforçadamente mais sustentável.

20 anos de VITIS – o sucesso da consistência das políticas públicas

A medida mais estruturante para a competitividade do setor – mais conhecida como o Programa VITIS – é na verdade um dos mais notáveis casos de eficiência de política pública nacional ao serviço do desenvolvimento económico e social do setor vitivinícola. Isso acontece devido ao seu modelo reconhecidamente desburocratizado e simultaneamente baseado em eficientes mecanismos de controlo, que possibilitam a adoção de tabelas de custos forfetários, permitindo identificar claramente qual a ajuda paga por hectare de vinha reestruturado.

Na realidade, no momento de entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia (CEE), o país deparava-se com um acentuado envelhecimento das suas vinhas, maioritariamente de pequena e média dimensão e, em simultâneo, com uma elevada média de idades dos seus viticultores, vinhas com sistemas de condução desadequados e castas inadaptadas aos mercados, para além de pouco produtivas. Um cenário que se traduzia em significativas desvantagens competitivas face aos restantes Estados-Membros produtores de vinho.

Neste enquadramento, a estratégia nacional de apoio ao setor vitivinícola teve desde o início um dos seus mais importantes pilares no conjunto de pro-

gramas de apoio às estruturas vitícolas, através do incentivo ao arranque e reconversão de vinha. Após a adesão de Portugal à então CEE, foram de facto implementados quatro programas de reestruturação da vinha: no período entre 1990 e 1993, o Programa Operacional (Regulamento (CEE) n.º 2239/86); de 1994 a 1999, o Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PAMAF); entre 2000 e 2007, o Plano Nacional de Reestruturação e Reconversão da Vinha (PNRRV), comumente designado por Programa VITIS, e desde 2008 até ao presente o Regime de Apoio à Reconversão e Reestruturação da Vinha, cujo designativo (como Programa VITIS) se manteve.

Até ao ano de 1999, a reestruturação atingiu uma área de cerca de 20 mil hectares, tendo ficado aquém da área prevista que fora estipulada em 30 mil hectares. Ao longo dos 5 anos de vigência do PNRRV, o qual incluía uma compensação financeira por perda de rendimento, foi concretizada a reestruturação de 20 mil hectares de vinha, correspondente em média a 4 mil hectares anuais, representando este valor um acréscimo de cerca de 50%, relativamente ao anterior quadro comunitário de apoio (2 524 hectares anuais).

A vigência do programa foi alargada até 2007, por não ter ocorrido entretanto nenhuma alteração à Organização Comum de Mercado (OCM) então vigente. Os dados relativos à execução do programa, no período de 2001 a 2008 (exercícios financeiros), foram mais expressivos face aos objetivos fixados, quanto à adesão dos viticultores à reestruturação da vinha através do VITIS. Neste período, com efeito, foram executadas e pagas cerca de 10 500 candidaturas, que permitiram a reestruturação de aproximadamente 32 mil hectares de vinha.

Posteriormente, os apoios à reestruturação e reconversão da vinha, estabelecidos na OCM foram aplicados em Portugal pelos três programas de apoio nacional, nos períodos 2009-2013, 2014-2018 e 2019-2023.

O programa executado nos exercícios financeiros de 2014 a 2018 foi elaborado em moldes semelhantes ao anterior. Os objetivos fixados para a medida Reestruturação da Vinha neste período foram os seguintes: intervenções em 17 500 hectares de vinha;

apoio a 10 000 projetos de reestruturação; evolução na segmentação dos vinhos portugueses para 73% da produção nacional com aptidão Denominação de Origem / Indicação Geográfica (DO/IG).

Estes objetivos contribuíram para um significativo aumento da qualidade das produções e, consequentemente, para a melhoria do rendimento dos viticultores e da competitividade a nível global. Saliente-se

da segmentação na produção de vinhos portugueses para 75% da produção nacional com aptidão para DO/IG.

O programa VITIS manteve assim consistentemente, no decorrer das campanhas 2000/2001 a 2020/2021 a forte adesão dos viticultores, conforme demonstram os dados do seguinte quadro:

Programa VITIS – Campanhas 2000/2001 a 2020/2021

REGIÃO VITIVINÍCOLA	EXERCÍCIOS FINANCEIROS 2001 a 2021					Área de vinha (ha)	
	Nº	Área (ha)	%	Montante (€)	%	em 31/07/2020	% Reestruturada
Minho	10 677	12 562	14,2	126 927 283	15,0	24 240	52%
Trás-os-Montes*	1 133	1 354	1,5	13 023 579	1,5	11 613	12%
Douro	16 532	26 476	29,8	341 478 659	40,5	44 162	60%
Beiras	4 715	7 394	8,3	62 686 354	7,4	42 821	17%
Lisboa	4 183	11 127	12,5	84 709 843	10,0	19 639	57%
Tejo	1 877	5 473	6,2	41 565 810	4,9	12 751	43%
Península de Setúbal	872	4 327	4,9	27 891 313	3,3	7 986	54%
Alentejo	3 485	19 538	22,0	141 611 569	16,8	25 057	78%
Algarve	147	499	0,6	3 493 142	0,4	1 400	36%
TOTAL CONTINENTE	43 621	88 750	100	843 387 553	100	189 668	47%

* No período 2000 a 2008, TM está incluída na Região do Douro

** Terras de Cister/Beira Atlântico/Terras da Beira/Terras do Dão

Madeira	81	16,42		2 712 201		1025,4	2%
Açores	710	983,40		22 792 311		1707,9	50%
TOTAL ILHAS	791	1 000		25 504 512		2 733	

TOTAL GERAL	44 412	89 750		868 892 065		192 401	47%
--------------------	---------------	---------------	--	--------------------	--	----------------	------------

que a estratégia subjacente ao delineamento da medida assenta ainda no relevo conferido à proteção das castas autóctones geradoras de produtos de qualidade e fortemente diferenciadoras.

Tendo em conta o sucesso alcançado com o VITIS, no programa de apoio em curso (2019-2023), os objetivos da medida Reestruturação da Vinha foram ainda mais ambiciosos, fixando-se em 18 500 hectares as intervenções em área de vinha e preconizando-se o apoio a 11 000 projetos, com o reforço da evolução

Em síntese, o Programa VITIS permitiu que, entre 2000 e 2021, com a aprovação de 44 412 candidaturas, fosse reestruturada uma área total de 89 750 hectares – cerca de 47% da área de vinha de Portugal, tendo sido pagos 868,9 milhões de euros. De salientar as regiões em que a área reestruturada, já em 2021, se configurava ser superior a 50%, relativamente à área de vinha total: Alentejo, Douro, Lisboa, Península de Setúbal e Minho. A região do Tejo, por sua vez, já reestruturou mais de 40% da superfície vitícola total. Esta **extraordinária** melhoria de compe-

tividade continua a operar-se através da aposta em castas mais adaptadas às regiões, produzindo vinhos de melhor qualidade, reforçando-se desta forma a implantação no território nacional das mais aptas castas autóctones.

Promoção - a matriz de sucesso na internacionalização

Ao dinâmico setor exportador de vinho nacional é ainda disponibilizado, no âmbito do PNASV e a partir de 2009, um financiamento comunitário sob a forma de apoio não reembolsável para a realização de ações de promoção de vinho certificado e/ou com ano/casta nos países fora da UE. O setor vitivinícola nacional beneficia assim de uma política pública, com base nos instrumentos de política europeus, que tem viabilizado uma projeção estratégica de diferenciação, reforçando consistentemente o seu posicionamento e a notoriedade internacional, bem como a aposta contínua na conquista ou reconquista de mercados de exportação. Com efeito, o setor exportador beneficiou, no âmbito da medida Promoção de Vinhos em Mercados de Países Terceiros, de um apoio financeiro de cerca de 80,4 milhões de euros, o que permitiu alavancar um investimento total de cerca de 161 milhões de euros em ações de promoção dos Vinhos de Portugal além-fronteiras da UE.

Para o bom desempenho das exportações nacionais desde 2009 (com a exceção do ano de 2016 em que se verificou um decréscimo devido à crise financeira do mercado da República de Angola) contribuiu sobremaneira a atuação cooperativa da VINIPORTUGAL – a organização interprofissional de âmbito nacional, responsável pela promoção dos vinhos portugueses, que este ano comemora 25 anos. Sob a égide da marca coletiva criada em 2010 – a *Wines of Portugal* – os Vinhos de Portugal posicionaram-se em todo o mundo com um nível de diferenciação singular e num patamar de elevada qualidade.

Incrementar a notoriedade da marca *Wines of Portugal* e desenvolver o seu posicionamento distintivo, com base na mestria de criação de vinhos de lote, na diversidade de castas autóctones, na multiplicidade dos *terroirs* e regiões, tem constituído (consistentemente)

a estratégia de afirmação de Portugal como um *hot spot* internacional. Com um objetivo definido de atingir os mil milhões de euros a serem gerados pelas exportações em 2023, a estratégia da marca *Wines of Portugal* passa por posicionar, nos vários segmentos de mercado, os atributos que valorizam os Vinhos de Portugal, de forma a promover a opção dos consumidores por um preço *premium* fundamentado na diferenciação e na qualidade. Através de uma comunicação mais direcionada e próxima, com uma oferta de produto que não obstante continua a caracterizar-se por preços significativamente competitivos (mas em *price points* crescentemente superiores), têm sido privilegiados os canais de distribuição onde a diferenciação é valorizada, assumindo a marca *Wines of Portugal* um papel agregador e identificador da excelência dos Vinhos de Portugal, no âmbito duma estratégia de marketing e de comunicação colaborativa.

Não foi por acaso que o ano de 2020, apesar do contexto e impacto da pandemia COVID-19, terminou com o recorde histórico de 858 milhões de euros de exportações. Por outro lado, os dados mais recentes (janeiro a setembro de 2021) confirmam esta tendência crescente e sustentada de afirmação internacional dos vinhos portugueses, com um aumento face ao período homólogo de 2020, de cerca de 12% (669 milhões de euros) e um crescimento expressivo de cerca de 5% no preço médio por litro.

A reforma institucional do setor

Com a publicação do Decreto-Lei nº 61/2020 de 18 de agosto e da Portaria nº 142/2021, de 8 de julho, iniciou-se a operacionalização dum novo quadro legal relativo à organização institucional do setor vitivinícola.

Com este novo diploma, há uma atualização do regime jurídico institucional e a sua compatibilização com a Organização Comum de Mercado (OCM), na qual os regimes de qualidade, nomeadamente os produtos DO/IG, constituem uma das mais importantes políticas públicas de promoção do desenvolvimento e da competitividade dos territórios rurais. A notoriedade destes regimes junto dos consumidores é um pressuposto de base para alcançar esses objetivos.

A credibilidade dos produtos DO e IG também sai reforçada com este diploma, uma vez que há um aprofundamento do seu controlo e da responsabilização das entidades gestoras (EG) e organismos certificação (OC), sendo ainda criada a Comissão de Acompanhamento das DO e IG.

Este novo quadro legal prevê uma definição clara da natureza jurídica das entidades gestoras das DO/IG ou IG: constituem associações de direito privado que se destinam a assegurar a participação dos interesses da produção e do comércio na gestão das denominações de origem e indicações geográficas da respetiva região demarcada, confiando a representação desses interesses às respetivas associações de operadores.

Desta forma, a qualidade de associado das Comissões Vitivinícolas (CV) enquanto EG, circunscreve-se às entidades indicadas no n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 61/2020, todas elas de carácter associativo e que representarão o respetivo interesse (comércio ou produção), e às quais cabe designar, de acordo com os critérios legais, os Conselheiros que constituirão o Conselho Geral da CV, órgão deliberativo dos associados. O contributo fundamental que o Decreto-Lei n.º 61/2020 trouxe nesta matéria reside na transparência que impõe ao modo de designação dos membros do Conselho Geral, obrigando as associações a alinhar inequivocamente por um dos dois interesses em presença, pondo cobro a uma situação de ambivalência que a realidade anterior registava. Esta exigência, introduzida no sistema, apresenta uma virtude essencial: permite um reconhecimento mais amplo e seguro do interesse efetivo de cada setor, dotando as associações de uma legitimidade inequívoca quanto à defesa do interesse que representam.

Neste sentido, a Portaria n.º 142/2021, de 8 de julho veio estabelecer um conjunto de indicadores comuns, onde se destaca o conceito de atividade principal, de modo a permitir uma adequada transparência entre a produção e o comércio, permitindo concretizar a aplicação do estabelecido no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 61/2020, de 18 de agosto.

Além disso, as Comissões Vitivinícolas, enquanto associações privadas, continuam a assegurar funções delegadas pelo Estado, nelas se encontrando as funções de controlo e certificação. Nesta matéria, o Decreto-Lei n.º 61/2020 traz novidades da maior importância.

As regras comunitárias pressupõem a designação de uma entidade competente para a gestão da DO e IG e de uma outra entidade independente de controlo, responsável pela verificação do cumprimento dos requisitos previstos no respetivo caderno de especificações e consequente certificação dos produtos.

O Decreto-Lei n.º 61/2020 vem assim permitir que as entidades gestoras possam optar por continuar a acumular as funções de gestão e certificação, mas só o poderão fazer mediante determinadas condições de imparcialidade que impõem uma estrita segregação interna de funções. Em contrapartida, podem as EG optar por não acumular tais funções e, nesse caso, poderão externalizar a certificação, constituindo para o efeito um consórcio de certificação com outras DO e IG, ou contratualizar esta função com outro organismo certificador do setor.

As novas regras fomentam uma maior capacidade de fiscalização e de intervenção por parte das entidades certificadoras e elimina o ónus que a legislação anterior impunha às DO e IG de menor dimensão em termos financeiros e administrativos.

De forma a garantir a igualdade de concorrência entre as diferentes DO e IG, os planos de controlo de certificação passam a estar sujeitos a aprovação prévia e a níveis mínimos de exigência iguais para todas as DO e IG e devem obedecer a uma estrutura comum, fundamentados numa avaliação dos riscos associados a cada operador e a cada requisito legal.

O presente diploma institui ainda as regras setoriais de aplicação do regime das organizações interprofissionais (OI) ao setor vitivinícola, onde se prevê uma simplificação administrativa associada ao reconhecimento das entidades gestoras das DO e IG, quando estas já integrem uma OI de âmbito nacional.

Em paralelo, são definidas as condições em que uma OI pode adotar regras tendentes a regular a oferta ou aprovar acordos de extensão de normas a aplicar a todos os operadores e produtos da DO e IG.

Com este novo quadro legal evita-se ainda a utilização abusiva das referências geográficas, uma vez que estamos perante um aprofundamento do nível de proteção jurídica das DO e IG, com alargamento do seu âmbito de aplicação aos bens e serviços associados ao nome das DO e IG, incluindo os domínios da Internet. O novo quadro prevê também disposições que se prendem com as regras de inclusão de menções de rotulagem associadas direta ou indiretamente aos nomes protegidos, quando sejam suscetíveis de confundir o consumidor.

O desafio da sustentabilidade

É cada vez mais evidente o crescente interesse dos consumidores em produtos que ostentam certificações de sustentabilidade, sendo este um fator com um peso tendencialmente crescente nas decisões de compra em todos os produtos. Consequentemente, a comunicação de uma certificação de sustentabilidade é cada vez mais vista pelas empresas como uma forma de diferenciação e uma oportunidade de valorização dos seus produtos nos mercados onde atuam.

O conceito de sustentabilidade definido pelo setor baseia-se em três pilares fundamentais: a proteção ambiental, a equidade social e a viabilidade económica, sendo a meta da sustentabilidade a área resultante da interseção destas três áreas fundamentais – proteger o meio ambiente, melhorar as questões sociais e colher benefícios económicos. Por sua vez, a reforma da PAC acentua a pressão positiva junto dos operadores para a adoção de práticas empresariais ao nível da sustentabilidade.

Em Portugal, no setor vitivinícola, existem já numerosos operadores e entidades regionais a desenvolver trabalho relevante no âmbito da sustentabilidade.

O setor vitivinícola, no seu conjunto, vê como imperativo acrescentar à realidade nacional a componente de sustentabilidade, numa certificação de âmbito

nacional. A sua implementação traduzir-se-á assim na atribuição de um “Selo de Sustentabilidade”, o qual deverá consubstanciar a perspetiva de criação de valor para todo o setor, a nível interno e externo, assente na credibilidade da acreditação, junto dos consumidores e de todos os grupos de interesse.

Em 2021, o IVV, em estreita colaboração com o setor, tem vindo a liderar o projeto para a criação de um normativo para a certificação de âmbito nacional da sustentabilidade no setor vitivinícola, designado por Referencial Nacional de Sustentabilidade do Setor Vitivinícola (RNSV).

Este projeto tem como objetivo a definição de um conjunto de orientações que possam ser usadas como ferramenta de trabalho pelas organizações do setor, de forma a contribuir objetivamente para a certificação da sustentabilidade.

Enquadrado nos três pilares fundamentais já enunciados, o RNSV pretende identificar os requisitos mínimos de implementação aplicáveis a todas as organizações do setor vitivinícola que se proponham obter a respetiva certificação, bem como os indicadores, métricas e objetivos para cada um dos requisitos. O RNSV assume como enquadramento de base as resoluções da Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV) no âmbito da sustentabilidade para o setor vitivinícola: Resolução OIV-CST 518-2016 e OIV-VITI 641-2020.

Na sua conceção, o RNSV segue quatro linhas orientadoras, que se descrevem sumariamente: a abrangência nacional (um referencial de âmbito nacional, que tome em consideração as especificidades regionais); a inclusividade (um referencial inclusivo, universal e equitativo, prevendo a sua aplicação e acessibilidade a organizações de pequena, média e grande dimensão, bem como a organizações com atividade multi-regional); a simplicidade (viabilizando-se a acessibilidade a vários tipos de organizações, quer sejam pequenas, médias e grandes empresas, através duma formulação simplificada e transparente) e, por último mas não menos importante, a credibilidade (assegurada através de um modelo criado à luz dos sistemas existentes e dos modelos internacionais em vigor).

Perspetivas: 3 perguntas a 5 “atores”

VIRGÍLIO LOUREIRO, LEONOR FREITAS, JAIME QUENDERA, MARIA VICENTE E PEDRO HIPÓLITO

À semelhança do que já fizemos no passado, e dada a complexidade e abrangência dos temas a tratar nesta edição da CULTIVAR, resolvemos recorrer de novo ao dispositivo de “entrevistar” especialistas da área, enólogos e/ou produtores. Elaborámos as perguntas cuja resposta nos interessava e escolhemos as pessoas, numa seleção muito difícil dado o grande número de excelentes profissionais que existem no nosso país nesta área: Virgílio Loureiro, um erudito da enologia, Leonor Freitas, uma das mais conceituadas empresárias do setor, que respondeu com um texto próprio e também por intermédio do enólogo Jaime Quendera, Maria Vicente, enóloga de uma geração mais jovem, e Pedro Hipólito, igualmente com uma vasta experiência neste domínio.

Mais uma vez também, deixámos ao critério de cada um dos selecionados a opção por um depoimento escrito ou por entrevista presencial/remota.

As perguntas

1. Como conciliar o rigor da tradição enológica “clássica” com as novas tendências de consumo (jovens, vinho biológico, vinho desalcooolizado, vinho ‘natural’, ...) e as preocupações em termos de sustentabilidade ambiental e social, saúde, etc.?
2. Até que ponto os diferentes territórios vitivinícolas, *terroirs*, existentes vão permitir continuar

a criar valor para garantir a sua sustentação no tempo?

3. Desde o início da sua experiência de base até agora, entre o estudo e a prática enológica, o que retira como mais relevante no seu percurso?

As respostas

Virgílio Loureiro

[depoimento recebido por escrito]



BI: Enólogo, professor e investigador aposentado do ISA, Virgílio Loureiro é reconhecido como um dos maiores especialistas portugueses em vinhos e um defensor de causas difíceis, capaz de ultra-

passar a perspetiva meramente técnica da produção vinícola para incluir a história, a cultura e a paisagem.

Entre muitas outras atividades, colaborou na escrita de livros (*O Vinho Sentido – sem descrever aromas ou atribuir pontuações*; *Enciclopédia dos Vinhos de Portugal – Os Vinhos do Dão*; *Guia Repsol de Vinhos*) e na produção de documentários sobre vinhos portugueses (*Mother Vine: a Mátria do Vinho*; *Açores da Lava ao Vinho*; *Cyperus*), e criou empresas (Sociedade Agrí-

cola Faldas da Serra, Lda.; Vinositas – Soluções em Enologia, Lda.; Consumo em Verde, Biotecnologia das Plantas, Lda.).

1. Duvido que houvesse “rigor da tradição enológica clássica” e reconheço que as tendências de consumo são hoje muito variadas. No entanto, quando surgiram o Casal Garcia e o Mateus Rosé – ambos desenhados por Eugène Hellis – há mais de oitenta anos, tiveram um impacto, na época, tão grande ou maior do que o vinho “azul” ou o “natural” têm hoje. Por outro lado, se compararmos as tendências atuais de consumo com as da Antiguidade Clássica surpreender-nos-emos ainda mais, pois a diversidade de estilos de vinhos era muito maior do que a de hoje, a ponto de Ateneu referir 85 tipos diferentes e Estrabão falar em 130. A razão é simples: o Homem sempre teve uma vontade irreprimível de confeioar o vinho. Principalmente quando não havia ciência que explicasse a sua deterioração, era o principal excipiente dos boticários e podia proporcionar lucros chorudos de formas menos lícitas. Portanto, a conciliação do “clássico” com a “novidade”, normalmente efémera, é a regra no mundo do vinho.

No que respeita às preocupações com a sustentabilidade ambiental, a questão é mais complexa e preocupante, havendo que distinguir entre o vinho símbolo da civilização mediterrânea, cujas uvas eram produzidas em terras pobres e marginais, e o vinho negócio (ou industrial, ou mercadoria), cujas vinhas invadiram as “terras de pão”. Estas últimas são regadas, fertilizadas abundantemente, tratadas com os mais variados pesticidas e dispensam quase toda a mão-de-obra. Haverá, decerto, caminhos alternativos, embora sejam a exceção e não a regra. Recordo aqui um episódio que dá uma ideia da dimensão do problema da toxicidade. Há poucos anos, os produtores do vinho Outeiros Altos, na Serra de Ossa, foram surpreendidos com uma carta da “ASAE” da Bélgica a felicitá-los pela pureza do seu vinho, pois pela primeira vez na história da instituição tinham encontrado um vinho sem qualquer vestígio dos 140 pesticidas que detetam em rotina.

Tendo em conta o respeito pela sustentabilidade, pela biodiversidade e pelas pessoas do mundo rural, há cada vez mais gente a venerar as vinhas antigas, o vinho primordial e a perspetiva anti-quada de produzir vinho.

As preocupações sociais e de saúde também merecem reflexão, pois pouca gente, incluindo a maioria dos produtores, sabe distinguir entre vinho e álcool. O primeiro é um símbolo civilizacional, globalizado recentemente, fruto em grande parte dos benefícios para a saúde, enquanto o segundo é a droga mais destruidora, barata e acessível que existe.

2. Tendo em conta o percurso de muitas das regiões vitícolas com Denominação de Origem Controlada (DOC), o futuro é incerto, não só pela perda de parte da sua identidade – subjugada às preferências dos “mercados” e a ditames dos gurus –, mas principalmente por a diferenciação de preço dos vinhos DOC dificilmente compensar as exigências a que estão sujeitos. Enquanto os preços forem controlados por quem compra e não por quem produz, dificilmente o futuro será risonho. Claro está que com produções de 20 t/ha a situação muda de figura, mas a atividade será sustentável? É certo que há casos de sucesso, mas será que existiriam se não comprassem grande parte das uvas ou vinho – a baixo custo – às cooperativas e a pequenos viticultores? Os desafios que os produtores enfrentam são hercúleos, mas continuo a ter esperança, pois com as nossas castas e o nosso clima é possível fazer vinhos que emocionam qualquer enófilo.
3. Tive o privilégio de assistir à mais profunda transformação do setor desde a época romana, graças a uma notável ação da Junta Nacional do Vinho e do estatuto que o vinho assumiu a nível global, no final da década de 1980, que coincidiu com a chegada dos fundos de Bruxelas. A ciência vitícola e enológica, bem como a tecnologia, tiveram um percurso vertiginoso, mas também percebi que para fazer grandes vinhos só são precisas duas condições que existem há quase oito mil anos: boas uvas e sentido estético.

Leonor Freitas – Casa Ermelinda Freitas*[depoimento recebido por escrito]*

BI: A adega foi estabelecida cerca de 1920 por Leonilde Freitas, continuada por Germana Freitas e, mais tarde, por Manuel João de Freitas Júnior, em parceria com a mulher, Ermelinda Freitas,

que deu o nome à Casa. Prosseguindo esta linhagem feminina, após a morte prematura do marido, Ermelinda Freitas continuou à frente da empresa acompanhada pela filha, Leonor Freitas, que embora tendo formação e trabalhando noutra área, assumiu essa tarefa com coragem e grande dinamismo, adquirindo mais terras e apostando no mercado de exportação e na criação de marcas. Desde então, tem ganho sucessivos prémios e, em 2009, recebeu do Presidente da República a comenda da Ordem do Mérito Empresarial – Classe do Mérito Agrícola.

A Casa Ermelinda Freitas dedica-se assim à produção de vinho desde 1920. Os seus 550 hectares de vinhas estão situados em Fernando Pó, na região de Palmela, com 60% de Castelão, 20% de variedades tintas e 20% de uvas brancas, num total de 30 castas diferentes. Estas são exploradas anualmente em solos compostos por areias muito semelhantes às areias de praia e muito ricos em água, que desempenham um papel importante na maturação das uvas.

É impossível não falar em sustentabilidade na Casa Ermelinda Freitas! Qualquer empresa nos dias de hoje que é responsável tem de ter como um dos seus principais objetivos e preocupações a sustentabilidade, pois será com o equilíbrio do planeta que nós conseguiremos continuar a trabalhar e seremos dignificados pela sociedade.

A nossa primeira preocupação começa logo desde a plantação da vinha e com todos os tratamentos que fazemos, aplicando produtos amigos do ambiente que respeitam a fauna da nossa região (Península de Setúbal); continua depois na bordadura das parcelas de vinhas, onde mantemos os refúgios existentes

para conservar a biodiversidade. Tudo isto, além de proteger o ambiente, ajudando a preservar fauna e flora, também nos permite ter uma uva mais estável e, por consequência, um produto final mais natural.

Utilizamos produtos amigos do ambiente, para que possamos ver joaninhas a passear nas vinhas.

Quando compramos uma máquina, existe sempre a questão da sustentabilidade, tendo logo como preocupação os gastos de energia, de água, bem como a utilização nas mesmas de produtos o menos agressivos possível para o ambiente. Por exemplo, a desinfeção das máquinas é feita com água quente e não quimicamente.

A nossa preocupação não é de agora, mas de sempre: desde o início, temos uma ETAR para tratar as águas residuais, de modo a que estas tenham as condições necessárias para serem lançadas na rede.

Na Casa Ermelinda Freitas, 50% da energia elétrica utilizada é proveniente de painéis solares fotovoltaicos, que se encontram no telhado do nosso centro de vinificação e que nos ajudam também a sermos mais sustentáveis e a pouparmos, fazendo assim menor uso de energias fósseis.

Temos também uma grande preocupação com todos os materiais utilizados (como cartão, vidro, plástico, rolhas, paletes, etc.), promovendo a reciclagem dos mesmos.

Todas as nossas rolhas de cortiça são provenientes de uma produção sustentável; temos sempre a preocupação de aproveitar tudo o que é nacional, utilizando rolhas de cortiça naturais onde foi utilizada a estrutura celular inigualável da cortiça com tecnologia sofisticada, respeitando simultaneamente o trabalho notável da natureza e a integridade plena deste material. Ao fazermos isto, mantemos a sustentabilidade dos sobreiros, que para continuarem a crescer necessitam que se vá retirando a cortiça, permitindo a continuação dos mesmos.

Todos os restantes materiais são reciclados e temos um protocolo com a Sociedade Ponto Verde, através

do qual contribuímos com uma taxa para que seja feita essa reciclagem, permitindo assim uma reutilização de todos estes elementos.

Em todos os nossos contrarrótulos e caixas, existem comunicações presentes através dos logotipos de ecoponto e reciclagem, de modo a incentivar todos os consumidores a fazerem também eles essa reciclagem.

A atividade à qual nos dedicamos, sendo agrícola, tem naturalmente uma ligação maior a práticas sustentáveis de médio e longo prazo. A nossa preocupação é, sempre que possível e onde possível, usar métodos / processos sustentáveis.

Falar de sustentabilidade é uma responsabilidade: ela foi o passado, é o presente e será um grande futuro. Só poderemos ter um planeta saudável, se todos tivermos noção e respeitarmos as medidas ambientais. Muito se tem feito, na minha opinião, mas ainda muito existe para fazer. Acredito que iremos melhorar cada vez mais, e a escola tem tido um papel importante nesta evolução, sendo cada vez mais os mais jovens a alertarem e a terem preocupações com o ambiente.

Jaime Quendera

[depoimento recebido por escrito]



BI: Jaime Quendera, enólogo na Casa Ermelinda Freitas e filho e neto de produtores vinícolas, é engenheiro agrícola pela Universidade de Évora, com uma pós-graduação em Marketing de Vinhos,

tendo iniciado a sua atividade profissional em 1994. A partir de abril de 2005, foi perito em Enologia de Portugal na União Europeia, em representação da CONFAGRI. Foi ainda júri do Concurso Mundial de Bruxelas, em 2006 e 2007. Em 2015, foi condecorado com a comenda da Ordem do Mérito Empresarial – Classe do Mérito Agrícola.

1. É fácil, basta fazer o que sempre fizemos, produzir vinhos de uvas de qualidade o mais natural possível, utilizando sempre o máximo de fatores naturais, estrume natural em vez de adubos químicos, ou variedades autóctones em vez de variedades importadas.

Uma das grandes preocupações que sempre tivemos foi a de ter uma produção sustentável, tanto economicamente como socialmente como ecologicamente, ou seja, que as uvas e o produto que aqui produzimos seja todo ele sempre próximo do que antigamente era produzido, para que daqui a muitos anos o continue a ser.

Quanto a novas tendências, vinhos mais ecológicos ou desalcooolizados, também os produzimos, mas gostava de lembrar que, apesar de existir vinho biológico e não biológico, as diferenças entre ambos são pequenas.

2. O *terroir* vitivinícola é a grande arma de diferenciação do vitivinicultor ou do produtor, pois todos sabemos que as uvas são mais de 70% da qualidade do vinho e a qualidade das uvas depende integralmente do *terroir* (solo e clima onde são produzidas). Uvas produzidas numa zona quente com muito sol são uvas mais macias e com mais álcool, numa zona fria e com menos sol mais ácidas e mais frescas. Assim, o *terroir* é a grande alma da diferenciação e a grande arma das regiões que perdurará para sempre.

3. A enologia é uma das ciências que mais evoluiu nos últimos 40 anos. Fazer vinho hoje não tem nada a ver com fazer vinho há 40 anos, pois esta evolução veio, como devem vir todas as evoluções, da ciência e do estudo. A aplicação da microbiologia, e outros conhecimentos de vanguarda, na enologia, levou à produção de vinhos com mais qualidade e com uma qualidade mais controlada e constante. No entanto, como referi anteriormente, apenas 30% da qualidade do vinho vem da enologia e outras práticas, e 70% da qualidade provém das uvas. Sendo assim, o que as novas práticas enológicas trouxeram foi, quanto a mim, um aumento da qualidade média dos vinhos, pois hoje praticamente todos os vinhos são bons vinhos.

Maria Vicente*[depoimento recebido por escrito]*

BI: Após a conclusão da licenciatura em Engenharia Alimentar na Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Santarém, Maria Vicente iniciou de imediato a atividade profissional, provando

em simultâneo em diversos concursos nacionais e internacionais na qualidade de membro de júri. Integra a Câmara de Provadores da Região Tejo, onde prova quase todas as semanas, e a Confraria Enófila de Nossa Senhora do Tejo, onde é membro da direção.

Fez uma pós-graduação em Enologia pela Escola de Biotecnologia da Universidade Católica e fruto das muitas viagens em promoção dos vinhos ou em provas em concursos internacionais, a curiosidade aumentou e resolveu aprender mais sobre os vinhos do mundo, obtendo o Nível 3 em Vinho pela Wine & Spirit Education Trust (WSET). Sempre com o objetivo de aumentar os conhecimentos e apresentar o que de melhor se produz em Portugal, obteve a certificação como “Madeira Wine Educator” e mais recentemente como “Certified Port Educator”.

1. Mantendo a coerência e o rigor da tradição enológica, com um menor impacto ambiental, menor consumo de energia e materiais, menor consumo de água, menores emissões para o ambiente, menor produção de resíduos, e mais respeito pelo planeta e pelas pessoas, atentos às novas tendências de consumo, com confiança num futuro que deve ser cada vez mais sustentável. A sustentabilidade não se refere apenas à questão ambiental, mas também económica e social, e diz respeito a todas as fases do processo, desde a produção do vinho (viticultura, enologia), até ao seu engarrafamento, comercialização, marketing, recursos humanos e toda a relação da empresa com a economia e a sociedade.

A utilização eficiente de energia e a redução da emissão de gases, o controlo biológico de pragas, a redução da utilização de água e a sua reutilização, o recurso a energias renováveis, a redução, reciclagem e reutilização dos resíduos são práticas fundamentais para a sustentabilidade.

Os vinhos portugueses têm feito um percurso notável, cujo mérito é sobretudo dos produtores. As novas tendências de consumo, em favor da diferença e da autenticidade, privilegiam os vinhos mais digestivos, com menos álcool, menos madeira e mais naturais.

As provas de vinho virtuais vieram para ficar, e continuam a ser protagonistas em plataformas online. *E-commerce*, vinhos em lata com embalagens 100% recicláveis e espumantes orgânicos estão entre os destaques das novas tendências e são a demonstração da capacidade de adaptação e reinvenção do sector vitivinícola.

2. Vinho e Territórios estão intimamente ligados, com toda a sua admirável diversidade e riqueza, e com um dos patrimónios vitícolas mais diversos do mundo (com mais de 250 castas autóctones), Portugal é um dos países mais ricos no que ao vinho diz respeito.

Os diferentes territórios vitivinícolas têm como missão preservar a qualidade dos vinhos, das vinhas, do *terroir*, da identidade cultural e alavancar outras atividades económicas associadas, como o enoturismo, a gastronomia e a cultura.

Portugal distingue-se pela multiplicidade de *terroirs*, e é esta riqueza onde todos são diferentes, mas simultaneamente tão próximos e ligados, que faz com que cada uma das regiões seja também um destino de enoturismo.

Portugal tem hoje uma oferta muito vasta de enoturismo, ainda com enorme potencial de crescimento, apresentando-se como uma ferramenta valiosíssima para o desenvolvimento sustentável das nossas regiões.

O enoturismo permite aliar um conjunto de atividades ligadas ao mundo do vinho, que provocam nas pessoas experiências e sensações únicas e que são complementadas, e complementam a oferta turística de uma região.

Destaco as visitas às vinhas, caves e adegas, provas de vinhos, compra de vinhos, gastronomia, turismo de natureza, património arquitetónico e património paisagístico.

Estas atividades trazem um conjunto de benefícios para as comunidades locais, atraindo novos investimentos, desenvolvendo e aperfeiçoando infraestruturas e recursos, criando postos de trabalho e oportunidades de negócio.

Pela sua essência, o enoturismo assume-se, mais do que como um produto, como uma estratégia fulcral no desenvolvimento dos territórios.

Por outro lado, vinhos e territórios partilham uma cultura gastronómica singular.

A Dieta Mediterrânica, reconhecida pela UNESCO como Património Cultural Imaterial da Humanidade, é encarada como contributo indispensável para a promoção de um estilo de vida saudável.

A Estratégia Nacional para a Promoção e Salvaguarda da Dieta Mediterrânica (DM) conta já com a colaboração de várias entidades, nomeadamente as Direções Regionais de Agricultura e Pescas, que iniciaram o trabalho de constituição de Conselhos Regionais para a dinamização da DM na respetiva região.

Como parte integrante da cultura e da Dieta Mediterrânica, o vinho tem vindo a evoluir de uma importante fonte de nutrição para um complemento cultural da gastronomia. A dieta tradicional mediterrânica é caracterizada por um consumo moderado e diário de vinho, geralmente tinto, às refeições.

Outras iniciativas, como a Rede de Museus Portugueses do Vinho, criadas com o objetivo principal de valorizar e preservar o vinho em território nacional, enquanto património único e de riqueza imaterial, através daquilo que são espaços museológicos, ou estruturas de âmbito semelhante, são também importantes na valorização dos diferentes territórios vitivinícolas.

Julgo que os nossos territórios vitivinícolas vão certamente rumo a um futuro mais sustentável, em que o vinho vai continuar a distinguir-se pela sua qualidade e carácter únicos.

3. A minha primeira experiência de vindima foi realizada na Madeira Wine Company há mais de 20

anos, no meu primeiro estágio como estudante de Engenharia Alimentar, e desde então o gosto e fascínio pelo vinho só tem vindo a aumentar!

Além dos domínios de estudo, trabalho e formação, o enoturismo e a partilha de conhecimento são também áreas que me apaixonam. Graças ao estudo, tenho desenvolvido projetos nestas áreas, diversos cursos de vinhos, *masterclasses* sobre as regiões portuguesas e também sobre os vinhos do mundo na qualidade de Wine Educator pela WSET.

O estudo e a formação contínuos, aliados à experiência adquirida, contribuíram grandemente para a melhoria da prática enológica e permitiram-me crescer pessoal e profissionalmente.

Embora tradicional, o setor dos vinhos é muito inovador e dinâmico. No decurso da minha atividade profissional, tenho tido o privilégio e a oportunidade de elaborar diferentes perfis e estilos de vinhos. Na prática enológica, todos os anos temos o desafio de extrair da natureza o seu melhor, aplicar as técnicas de vinificação adequadas, aliando o respeito pela natureza ao conhecimento técnico e científico, e expressar a identidade do seu *terroir* numa garrafa de vinho! O estudo permite ainda dispor de mais ferramentas para responder aos desafios do dia-a-dia: é preciso estudar muito, provar muito, experimentar muito, inovar sempre e arriscar!

Das experiências mais recentes, destaco o meu primeiro vinho de Talha, um projeto totalmente artesanal em parceria com a Escola Superior Agrária de Santarém e com uvas provenientes da mesma, de uma vinha experimental com uma coleção ampelográfica, vindima manual com seleção criteriosa de cachos; na adega, as uvas foram desengaçadas através de mesa de ripagem, pisa pés e fermentação e estágio em talhas tradicionais, priorizando sempre a qualidade e respeitando o *terroir*. Uma aposta ganha na inovação e valorização!

O mais importante é ter a consciência de que só através de uma exploração sustentável é possível continuar a fazer vinho, e da importância da preservação ambiental para o planeta e para as próximas gerações.

Pedro Hipólito

[depoimento recebido por escrito e também recolhido remotamente, em itálico no texto]



BI: Pedro Hipólito nasceu no Porto em 1970 e licenciou-se em engenharia agrónoma no ISA, em Lisboa, mas vive há muitos anos no Alentejo. Foi desde o início o enólogo da Herdade da Mingorra, responsável também por toda a parte agrícola, embora centrando-se sobretudo na viticultura.

A Herdade da Mingorra, fundada por Henrique Uva, situa-se nas terras quentes do Baixo Alentejo, perto de Beja. Trata-se de uma exploração com 1 400 ha (correspondentes a três propriedades: Herdade da Mingorra, Sociedade Agrícola do Barrinho e Herdade dos Pelados): 135 ha de vinha, 210 ha de olival com rega, 200 ha de amendoal em regime intensivo, e os restantes de cultura tradicional e floresta. Faz igualmente exploração cinegética, nomeadamente caça de salto às perdizes, estando também a ser estudada a construção de uma unidade de turismo rural. A adega está devidamente enquadrada na paisagem da exploração.

1. A pergunta é muito interessante, mas para mim não é totalmente linear que haja uma tendência crescente de consumo de vinhos biológicos, vinhos ditos naturais ou vinhos desalcooolizados. Se olharmos para o momento atual, no caso dos dois primeiros isso parece ser evidente, mas nas últimas décadas tem havido oscilações muito significativas.

“Tive a sorte de, nos trinta anos que tenho de ligação aos vinhos, ter passado por muitas coisas diferentes e por uma grande evolução do mercado. Atualmente, tudo muda mais depressa.”

Visitando, por exemplo, várias feiras de vinhos internacionais ao longo destes anos, assistimos por vezes a áreas dedicadas à apresentação deste tipo de vinhos que atingem, em determinadas

alturas, uma dimensão interessante, mas que, noutras fases perdem essa dimensão.

É certo que hoje a sustentabilidade é, e tem que ser, uma preocupação, em todas as suas vertentes: económica, ambiental e social. São 3 pilares da nossa atividade em que nenhum pode falhar. *“O agricultor, que trabalha com outros agricultores, é, por definição, aquela pessoa que de certeza tem como obrigação a defesa do meio ambiente, do solo, das plantas, das culturas, etc. Isso é que é um agricultor.”* No entanto, muitas vezes não há “sustentabilidade técnica”, ou seja, conhecimento, para o conseguir. *“Às vezes, há intenções, muitas vezes genuinamente boas, outras vezes induzidas por pressões comerciais, que depois não têm essa sustentabilidade técnica, o conhecimento necessário para permitir manter um projeto até ao fim.”* Talvez por isso, haja as referidas oscilações. Fazer o bem, bem feito, exige muito trabalho e dedicação.

Na vinha, obriga a estarmos muito atentos às plantas, às suas necessidades, ao ambiente em que se inserem, potenciando as suas defesas e encontrando um equilíbrio natural. *“O meu trabalho tem sido estar cada vez mais próximo da vinha, das plantas, entendê-las, perceber o que à volta delas pode mudar ou pode estar a intervir de forma positiva ou negativa, potencializando o positivo e tentando ultrapassar o negativo.”*

Na adega, exige que conheçamos e acompanhe-mos profundamente os processos de forma a atingirmos, com o mínimo de intervenção possível, as metas desejadas, qualquer que seja o tipo e o estilo de vinho que pretendemos produzir. Esta tem sido uma das nossas preocupações fundamentais: conseguir os mesmos resultados, ou de preferência ainda melhores resultados, utilizando menos e melhores recursos.

Para tal, tem sido também fundamental a introdução de práticas integradas de agricultura de precisão, cruzando informação diversa, nomeadamente a partir, por exemplo, da instalação de sondas de humidade do solo e estações meteorológicas, de mapas de CEa – Condutividade Elétrica Aparente do solo, que permitem saber a variabilidade das características dos solos, ou de mapas de NDVI – *Normalized Difference Vegeta-*

tion Index, que permitem monitorizar e perceber a variabilidade do vigor vegetativo, possibilitando uma atuação diferenciada e conduzindo a um aumento significativo na eficiência da produção, quer pelo aumento do uso eficiente da água e outros fatores de produção, quer pelo aumento das produções. Muitos outros exemplos podem ser dados: ensaios de cobertura das linhas de vinha com estilha de pinheiro proveniente da limpeza dos pinhais, a par da utilização de intercepas, contribuíram para uma redução da utilização de herbicidas; a instalação de prados nas entrelinhas e a execução racional e bem monitorizada de qualquer tratamento permitiram aumentar mais de quatro vezes o número de espécies de insetos.

“Na herdade da Mingorra, há projetos em curso de aumento da biodiversidade ligados à universidade que passam pela diversificação das espécies endémicas de plantas nos enrelvamentos. Reproduzimos essas plantas e fizemos prados com as nossas próprias plantas, conseguindo-se um muito maior equilíbrio com os predadores naturais. (...) Grande parte das nossas vinhas estão agora sem fungicidas nem inseticidas (excetuando o caso da cicadela, que é bem mais complexo).”

Da mesma forma, na adega foram tomadas medidas muito rigorosas em relação à utilização de água e eletricidade, criando indicadores facilmente mensuráveis e sensibilizando todas as pessoas para boas práticas que permitam melhorar a eficiência destes recursos.

Saliento ainda que, num estudo que fizemos na Herdade da Mingorra, percebemos que, considerando a emissão de gases com efeitos de estufa, as atividades desenvolvidas na vinha e na adega apenas contribuem com cerca de 30 %, sendo que os restantes 70 % se dividem entre a embalagem utilizada, a garrafa, e o transporte do vinho até ao consumidor. Isto quer dizer que, quando pensamos em toda a fileira de produção e comercialização de um vinho, há ainda muito mais com que nos preocuparmos...

2. Esta pergunta pode ter várias leituras. A parte mágica de um vinho é que ele pode ser a expressão de uma cultura, de uma história, de uma

família, de uma região, de uma vinha, enfim, de tantas outras coisas que o enriquecem enquanto bebida e alimento. Pelo lado de quem o bebe, saber apreciar essas diferenças também é fundamental para lhe poder dar valor. Cabe aos produtores e aos organismos que tutelam as diferentes regiões, saberem exprimir e garantir de forma genuína essas diferenças. Cabe-nos a nós, como técnicos e como consumidores, saber valorizá-las.

“Acho essencial que existam Denominações de Origem/Indicações Geográficas (DO/IG). Cabe à nossa Comissão Vitivinícola garantir a autenticidade e sobretudo a genuinidade dos vinhos, mas também deve permitir evolução e inovação. E muitas vezes é aqui que surge algum choque, nos ritmos que o produtor tem e que os organismos institucionais possam ter. (...). Julgo que a região do Alentejo, em particular, tem sido quase uma região líder: vai um pouco à frente, nomeadamente com o Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo que está a nascer no seio da própria CVR. Encontrar este equilíbrio pode por vezes ser um pouco mais complicado. Mas essa garantia tem de ser dada por uma instituição como a CVR. (...) Igualmente importante é afirmar a região como ‘uma marca’, que leve em termos promocionais os seus vinhos com as suas características intrínsecas a mais gente, coisa que o produtor individual tem maior dificuldade em fazer, sendo a existência da CVR fundamental para a promoção das características distintivas de uma região.”

“No Alentejo, a questão do vinho regional e do vinho DOC acaba por ser muito interessante e até polémica. Se formos ao mercado, os vinhos regionais podem ser mais caros do que os vinhos com DO. (...) Deve ser o tal equilíbrio entre o crescimento da própria região e a legislação que deve levar a que isto não aconteça. A legislação quando foi criada partia do princípio de que isto era dinâmico e evolutivo, ou seja, haveria um estágio de inovação, de nova tecnologia, de novas castas que, uma vez provando ser úteis, poderiam ser incorporadas naquela que era a legislação geral para a região. E é isto que me parece que nem sempre é feito de forma adequada. Há que fazer uma reflexão no sentido de encontrar os ritmos

que permitem a inovação e simultaneamente a garantia da genuinidade, autenticidade e das características de um produto de uma determinada região. Não é fácil, pode ser até muito difícil, mas é um desafio que deve estar sempre em cima da mesa tanto de quem está à frente de uma organização como uma CVR, como dos produtores.”

“Para nascer, é preciso nascer de alguma forma e o ótimo é inimigo do bom. Temos de fazer e vai-se aprendendo e evoluindo. (...) É preciso aprender com os que fazem melhor do que nós (e.g. França), é preciso um conhecimento muito sólido daquilo que se está a fazer e esse conhecimento tem de ser comunicado e partilhado por todos. Por exemplo, em Portugal, e em particular no Alentejo, não há um estudo sobre as variedades, os solos em que estas melhor se desenvolvem, como devem ser conduzidas, etc. Essa informação, a existir, está na mão de cada um dos técnicos ou produtores que a obtêm e não é partilhada por todos, pelo que é mais difícil haver uma evolução. E depois cada um vai encontrando as suas soluções, desvirtuando um pouco e não explorando a fundo o potencial existente. A informação acaba por vir ‘de fora para dentro’ do produtor individual para um grupo, para a CVR, e deveria ser quase ao contrário, ‘de dentro para fora’. Assim, os produtores ficam de certo modo entregues a si próprios e, por vezes, experimentam um pouco ao acaso: no caso da vinha, uma cultura permanente, isso não é muito produtor. (...) O Alentejo é provavelmente a região de maior renovação de vinha do país. (...) E isso resulta em falta de conhecimento de base, podendo ser importante pensar-se num fórum de partilha de informação sobre experimentação e investigação.”

3. Nestas décadas da minha relação com os vinhos e a sua produção, há algo que não me canso de dizer e que acaba por ser muito motivador: não há dois anos iguais. Este facto faz com que, todos os anos, evidentemente alguns mais do que outros,

sejam anos de descoberta, de desafio e de aprendizagem. É uma atividade muito exigente, que constantemente nos põe à prova mas, também pelos mesmos motivos, é muito compensadora. É esta a riqueza do vinho.

“A minha atividade é quase um renovar de votos, todos os anos. Evidentemente, vamos ganhando alguma bagagem, alguma experiência, alguma sabedoria no sentido de saber utilizar os conhecimentos que vamos adquirindo, mas todos os anos estamos a ser postos à prova, é quase como se voltássemos ao primeiro degrau do escadote. Estamos a pensar que vamos subindo, mas temos sempre de regressar à base. Isto é que é muito trabalhoso e muito desafiante, mas ao mesmo tempo muito motivador. ‘A vitória mais saborosa é a próxima’, como dizia o Enzo Ferrari. A partir do momento em que encerramos o vinho na garrafa, acabamos de fechar um ciclo e começa-se a pensar no próximo. Há sempre um desafio de evolução, de melhoria que nunca nos permite estagnar. Não queria deixar de referir uma preocupação de que não se fala muito: nestes trinta anos, as diferenças em termos de alterações ambientais são enormes e a Mingorra poderá estar na linha da frente das alterações climáticas. Aqui, a vindima costumava começar a partir de 15 de setembro. Hoje em dia, quase regularmente, temos vindimas em julho. Até agora, temos conseguido adaptar-nos. Este desafio não provém apenas das alterações climáticas: introduzimos também novas variedades muito mais precoces e há um perfil diferente de vinhos, mais frescos, vindimados mais cedo. Mas não há dúvida que, fixando a casta e fixando o estilo de vinho, estamos a vindimar muito mais cedo. A adaptação passa pelo produtor procurar castas de ciclo mais longo, por exemplo Touriga Franca, mas a minha preocupação é o que se passará daqui para a frente: se isto aconteceu em trinta anos, um grão de areia na ampulheta do tempo, o que se passará daqui para o futuro?”

Vinho do Porto – oportunidades e desafios

CARLOS BRITO

Presidente do Observatório do Vinho do Porto

O vinho do Porto é considerado um dos grandes vinhos do mundo, a par dos das regiões de Bordéus e de Champagne. Com mais de 300 anos de história – as primeiras exportações foram registadas em 1678 –, atravessou não só épocas de expansão e relativa prosperidade, mas também de forte recessão e crises, como a causada no século XIX pela praga de filoxera.

Atualmente, o setor do vinho do Porto é responsável por vendas que rondam os 350 milhões de euros, realizadas na sua maioria por empresas localizadas em Vila Nova de Gaia, e envolvendo cerca de 22 mil viticultores na Região Demarcada do Douro. Não tendo a importância relativa que já assumiu no passado em termos de contributo para a balança de pagamentos, o vinho do Porto continua, no entanto, a ser um embaixador de Portugal pelo mundo fora, para além da relevância social que advém do facto de estar na base da atividade económica de toda uma região.

Desafios

Como qualquer negócio, enfrenta oportunidades e ameaças. Atualmente, esses desafios decorrem de alterações dos padrões de consumo, de novas con-

dições de concorrência, da aplicação de métodos e tecnologias inovadoras à vitivinicultura, de rearranjos institucionais e do impacto das alterações climáticas, isto apenas para nomear alguns. Um desafio transversal a todos os que acabei de citar prende-se com a valorização do Vinho do Porto – e coloco a palavra “vinho” com letra maiúscula pois não me estou a referir apenas à bebida em si, mas a todo o negócio em torno desse produto.

O conceito de valor é, com frequência, mal compreendido, sendo muitas vezes confundido com o preço ou mesmo o custo. Vejamos, pois, em que consiste a valorização de um produto. Assim, pode-se afirmar que certo bem ou serviço tem valor quando existe alguém disposto a pagar determinado montante por ele. Se não houver ninguém disposto a pagar, por pouco que seja, esse bem ou serviço não vale nada, mesmo que os custos de produção e logísticos tenham sido significativos. É exatamente esta perspetiva de marketing que me leva a afirmar que o valor se cria no mercado, decorrendo do benefício percebido pelos potenciais clientes, sendo certo que esse benefício pode ser não apenas funcional, mas também emocional ou mesmo social como, por exemplo, acontece com muitas marcas de luxo.

No caso do Vinho do Porto assiste-se a um enorme défice de valorização: a começar pela insuficiente valorização do produto (isto é, do vinho) e a acabar na ainda exígua valorização da região onde ele é produzido e que tem características únicas em termos paisagísticos, patrimoniais, sociais e culturais. Por outras palavras, com os recursos que existem, o desafio de todos aqueles que trabalham em prol do Vinho do Porto passa pela criação de mais riqueza com base naquilo que Portugal possui: um vinho que é considerado um dos grandes do mundo e uma região absolutamente única e que foi elevada a Património Mundial pela UNESCO faz agora 20 anos.

A pergunta que se coloca a todos os que estamos envolvidos no negócio do Vinho do Porto (independentemente de estarmos ligados à lavoura, ao comércio ou ao quadro institucional e associativo) é: o que fazer para melhorar o seu potencial de geração de valor?

Não tenho espaço nestas breves linhas que me são concedidas nem tão-pouco sabedoria para aqui deixar um plano integrado de valorização do Vinho do Porto. Não é esse o propósito deste artigo. Mas posso partilhar algumas medidas por que vale a pena lutar e que fazem parte da agenda do Observatório do Vinho do Porto ao qual tenho a honra e a responsabilidade de presidir.

Redefinição da proposta de valor

Em primeiro lugar, há que redefinir a proposta de valor, reconhecendo que aquilo que está dentro de uma garrafa de Porto é muito mais do que um vinho licoroso, produzido com determinadas castas e com um teor alcoólico compreendido entre os 19 e os 22%. É, de facto, muito mais do que isso – é toda uma história (incluindo as pequenas estórias que também a fazem), uma cultura, um património, uma sociedade, em suma, um *terroir* único que deve ser devidamente valorizado e que possui todo um conjunto de ativos que transcendem o vinho em si mesmo.

Isto significa que mais do que vender o vinho que se diz do Porto, os operadores devem redefinir o

seu negócio passando a vender a “Experiência do Vinho do Porto” dentro da qual cabe, obviamente, o vinho, mas que a ele não se restringe. Essa experiência envolve o vinho do Porto (nos seus múltiplos papéis de bem de consumo, de *gift*, de embaixador e de ativo de investimento), mas inclui também o vinho de mesa e toda a região do Douro que deve ser “vendida” não apenas como destino turístico, mas também como local de residência ou de segunda habitação e de polo de atração de investimento.

Gestão das marcas

Isto remete-nos para o segundo eixo estratégico de atuação. Mais do que um produto com características específicas, aquilo que os *players* do mercado vendem são marcas, não no sentido jurídico do termo mas na aceção que o marketing lhes dá e que vai muito para além da noção de marca registada. Nesse contexto, “Porto”, “vinho do Porto”, “Douro” e “região do Douro” são marcas. Isto, obviamente, para além das próprias marcas corporativas (como *Real Companhia Velha*), institucionais (como *Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto*) e comerciais (como *Ferreira*).

É por isso que valorizar uma marca é um desafio muito mais amplo do que valorizar um produto – porque são as marcas que têm produtos e não o inverso. E para se dar força às marcas em torno do negócio do Vinho do Porto há que trabalhar três vetores: a notoriedade, a imagem e o envolvimento junto dos consumidores na sua tripla vertente funcional, emocional e social.

Inovação

O terceiro eixo estratégico prende-se com a inovação que, com frequência, se associa a novos produtos. E, de facto, só neste campo os desafios são imensos, pois envolvem a potencial criação de novas categorias (como o já sugerido *Full Body - Young Harvest*), novas versões das existentes (como o ainda relativamente recente *Pink Port*) ou até novos conceitos (como o recém-criado Porto tónico em lata). Só no domínio da embalagem o potencial de inovação é enorme, quer pela utilização de novos formatos quer

ainda pela criatividade expressa em novos *designs* da clássica garrafa.

Mas não é só no produto que se deve inovar. Também ao nível dos processos a margem de progressão pode ser significativa, mormente no contexto da vitivinicultura. A necessidade de aumentar a produtividade, de reduzir custos (designadamente com a mão de obra) e de lidar com as alterações climáticas irá exigir novas soluções neste domínio. Isto para não falar na vertente logística através de novos formatos de distribuição que vão para além da clássica dicotomia *B2C - Business-to-Consumer* versus *B2B - Business-to-Business*.

Outra vertente importante tem a ver com a inovação no âmbito da abordagem ao cliente. Sem pretender entrar em demasiados detalhes, saliento apenas os desafios criados pela digitalização. Comunicar o negócio do Vinho do Porto hoje é muito diferente da estratégia seguida ainda há poucos anos. As redes sociais, o *e-commerce*, a inteligência artificial e a utilização de *big data* permitem promover, vender e fidelizar clientes de forma mais eficiente e eficaz. É que não é apenas por uma questão de ser diferente – a questão é que os novos consumidores e os novos canais de distribuição irão operar cada vez mais nesse contexto e de acordo com essas regras.

Por último, há que inovar no modelo de negócio. Existindo já bons exemplos nesta frente, há que reconhecer que o negócio do Vinho do Porto é muito mais amplo do que vender vinho. Como articular o

ecossistema constituído pelo vinho do Porto e pelo vinho de mesa do Douro? Como tirar partido das sinergias entre vinho, gastronomia e turismo? Como trabalhar em rede com outras regiões (sendo aqui de salientar o excelente exemplo da recém-criada Rota dos Vinhos e do Enoturismo do Porto e do Norte de Portugal)? Responder a estas questões exige, tanto do lado da Lavoura como do Comércio, um novo *mindset*, assim como exige abertura para repensar (e reforço a palavra “repensar”, pois não estou a dizer “alterar” necessariamente) alguns dos pilares do negócio como a Lei do Terço, o sistema de benefício ou o próprio cadastro dos vinhedos.

Muitas outras coisas poderiam ser aqui salientadas. Mas, como alertei no início, o propósito deste artigo não é apresentar um plano de desenvolvimento. Muito mais do que dar respostas, interessa-me levantar questões porque são os atores económicos, institucionais e associativos (nos quais se inclui o Observatório do Vinho do Porto) que terão de encontrar o caminho.

Agora de uma coisa não podemos abdicar: reconhecer que o negócio do Vinho do Porto tem um potencial de geração de valor muito maior do que aquele que está a ser conseguido. Compete-nos a todos contribuir para uma maior criação de riqueza em torno deste património, porque só assim será possível aumentar a competitividade dos agentes económicos e, principalmente, desenvolver a região do Douro tirando partido dos recursos únicos que possui.

A importância das Denominações de Origem e Indicações Geográficas

HENRIQUE SOARES¹ E PEDRO CASTRO REGO²

¹ Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal

² Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

1. Introdução aos conceitos em Portugal e na União Europeia

Muita discussão tem havido no setor vitivinícola ao longo dos tempos sobre estes conceitos. Muitos historiadores escreveram teses sobre este tema, e muitos e bons juristas se dedicaram ao seu estudo, cujo interesse e impacto aumentou com a entrada na União Europeia (UE) e a adesão às regras europeias. Facto hoje aceite por todos é que Portugal esteve sempre nas primeiras decisões sobre estas matérias, tirando partido do valor acrescentado que uma Denominação de Origem pode trazer a um produto, sobretudo quando, tal como foi demonstrado em trabalhos académicos, o consumidor se encontra distante do produtor. Afinal, é precisamente esta a enorme virtude destes conceitos quando bem aplicados à prática: proporcionar aos produtos uma diferenciação que lhes permita serem remunerados pelos consumidores a um preço superior, desde que integrados numa estratégia de médio e longo prazo.

Não será por acaso que Portugal reclama com justiça ter tido a primeira região delimitada do mundo, através do Alvará de 10/09/1756, que instituiu a Compa-

nhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, com o objetivo de sustentar a reputação dos vinhos, e beneficiar o comércio crescente do Vinho do Porto, apoiando os seus preços, já que justamente alguns dos seus consumidores estavam geograficamente afastados da região de produção. Este Alvará, com regras bastante completas, era já pioneiro no apontar das três vertentes da Denominação de Origem – a sua demarcação, a fixação das regras qualitativas para a certificação e a responsabilização desta por um organismo de controlo.

Do ponto de vista económico, muitos estudos foram efetuados, tendo-se não há muito tempo concluído que o Champagne era o produto agrícola com menor elasticidade entre o preço e a procura, sendo tal fruto duma gestão da Denominação de Origem ao longo de muitos anos apertada e consequente, originando preços do produto elevados, em resultado da sua excelente reputação e notoriedade com repercussões em toda a fileira. A gestão das Denominações de Origem (DO) e Indicações Geográficas (IG) é um processo dinâmico em que sobretudo a Europa do Sul tem apostado e que é uma estratégia para, de uma forma organizada, se obterem valorizações dos

produtos certificados. Os autores deste artigo têm responsabilidades nessa gestão de mais de uma década.

O primeiro fórum internacional sobre o conceito de Denominação de Origem Controlada (DOC) e Indicação de Procedência (IP) foi a Convenção de Paris de 1883, que tinha como objetivo debater assuntos relacionados com a proteção da propriedade intelectual, e que constitui um marco histórico, tendo-se seguido o Acordo de Madrid realizado em 1891, que estabeleceu medidas de combate às falsas Indicações. Em 1924, com o acordo de Paris que funda a Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV), são dados passos decisivos na salvaguarda a nível internacional das Indicações Geográficas. Mais tarde, em 2000, a OIV ganha novo figurino, mas mantendo nos seus artigos estatutários a proteção das *“Indicações Geográficas e designadamente as áreas vitivinícolas e as Denominações de Origem designadas por nomes geográficos ou não que lhes são associados, na medida em que não ponham em causa os acordos internacionais em matéria de comércio e de propriedade intelectual”*, transposto para o direito interno português pela Resolução da Assembleia da República n.º 23/2004,

Em 1958, foi realizado o Acordo de Lisboa, que trata da proteção internacional da Denominação de Origem Controlada (DOC), sendo este conceito mais abrangente, já que abarca a transformação e a qualidade do produto. O acordo reconhece a estreita ligação entre os atributos de qualidade do produto e as especificidades da sua região de origem, definidas pelos fatores edafoclimáticos, humanos e culturais.

Importa referir que, no quadro da Adesão à então CEE, em 1986, Portugal virá a adotar os Regulamentos 822/87 e 823/87 do Conselho, este último relativo a vinhos de qualidade produzidos em regiões determinadas (VQPRD), que eram na altura os vinhos com direito ao uso de Denominação de Origem, e que inspirou boa parte da jurisprudência nacional que a seguir se referirá.

Por último, importa referir que o chamado Acordo TRIPS¹ relativo à Propriedade Intelectual, concluído no âmbito da Organização Mundial do Comércio já no começo dos anos 90, lançou toda uma série de novas perspectivas nos debates à escala mundial sobre estes conceitos, embora os blocos existentes mantivessem leituras dos artigos 22º a 24º (relativos à proteção das Indicações Geográficas) de acordo com os seus interesses específicos. Em qualquer dos casos, alguns importantes acordos comerciais se seguiram, tendo hoje a UE acordos para a proteção das suas DO e IG de vinhos e produtos vitivinícolas com alguns importantes países, que à partida recusavam em absoluto aceitar estes conceitos.

2. Quadros jurídicos existentes e sua evolução em Portugal

Após diversos desenvolvimentos, João Franco estabeleceu, em 1907, uma nova demarcação da região vinícola do Douro, com a reserva do nome Porto para os vinhos generosos e uma Comissão de Viticultura da Região do Douro com funções de fiscalização e controlo, fazendo evoluir o conceito inicial. Aliás, com este Decreto nº 1 de 10 de maio de 1907, surgiram as seguintes designações: Porto, Madeira, Carcavelos e Moscatel de Setúbal. Além do “typo regional privativo” foram reconhecido os “vinhos de pasto typo regional” para as seguintes designações: Colares, Bucellas, Dão, Bairrada, Borba, Torres, Cartaxo, Alcobaça, Douro (vinhos virgens) e Minho (vinhos verdes). Muitos anos depois, já na década de 80, viria a surgir um novo enquadramento jurídico para os chamados vinhos regionais, já dentro do normativo europeu (neste caso, vinhos já com Indicação Geográfica). Estes decretos do final da monarquia em Portugal são de uma enorme riqueza e os seus preâmbulos apontam de uma forma claríssima para uma política vitivinícola nacional, que ainda hoje, mais de um século passado, nos espanta.

Com vários períodos de reformulação, importa agora indicar o enorme esforço que Portugal fez para se adaptar à legislação e conceitos da CEE, fazendo

¹ Sigla inglesa para Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights, em português: Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio

publicar a Lei 8/85 e diplomas derivados, que estabeleceram um edifício jurídico completo e assente num diploma elevado na hierarquia jurídica, o que não é o caso hoje em dia. Esta Lei 8/85, no seu artigo 4º, estipulava que no Estatuto da Região Demarcada, conceito associado intrinsecamente ao de Denominação de Origem, “*deverão constar obrigatoriamente os seguintes elementos:*

Delimitação geográfica da área;

- a) Natureza do solo;*
- b) Encepamento (castas autorizadas e recomendadas e suas percentagens);*
- c) Práticas culturais, designadamente formas de condução;*
- d) Métodos de vinificação;*
- e) Teor alcoólico mínimo natural;*
- f) Rendimentos por hectare;*
- g) Práticas enológicas;*
- h) Características analíticas físico-químicas e organoléticas.”*

Os diplomas que completavam este edifício jurídico eram igualmente bastante completos para a época, visando aproximar-nos dos conceitos europeus desde o início da Adesão à CEE, o que foi reconhecidamente conseguido pelos sucessivos diplomas de criação de novas regiões e suas Denominações de Origem ou reforço e adaptação das já existentes, e mais tarde, já no começo dos anos 90, com a criação dos “vinhos regionais”, categoria que inclui os vinhos com Indicação Geográfica e que tão amplo sucesso viriam a obter.

3. Gestão das Denominações de Origem e Indicações Geográficas. Regras da gestão. Propriedade e valorização

A gestão das DO e IG nacionais tem hoje, fruto da reforma institucional que o Decreto-Lei (DL) 212/2004 introduziu, e da maturidade que o sistema foi adquirindo a partir do final dos anos 80, com o enquadramento que a Lei 8/1985 criou, um quadro claro de autorregulação. Este quadro materializa-se na existência de dois institutos públicos e doze enti-

dades certificadoras de produtos vitivinícolas (CVR), as quais, juntamente com aqueles institutos, são responsáveis pela defesa, gestão, controlo e certificação da origem dos vinhos nacionais, organizadas em 14 regiões vitivinícolas (12 no continente e 2 nas regiões autónomas), que por sua vez incluem as 31 DO vitivinícolas portuguesas (já foram mais; também neste caso tem havido concentração).

As regras que esta reforma de 2004 introduziu traduziram-se, essencialmente, na obrigação de assentar todo o processo de certificação em normas ISO, tanto ao nível da gestão (NP EN 17065), como ao nível dos laboratórios (NP EN 17025), relevando-se, pelo impacto que tem tido, a introdução duma nova tipologia de laboratórios no sector, os de “análise sensorial”, que vieram tomar o lugar das “antigas” Câmaras de Provadores. As entidades certificadoras continuaram a fazer tudo o que já faziam com o enquadramento da Lei 8/85, com algum maior rigor e sistematização, reconheça-se, mas com um significativo acréscimo de custos e de burocracia.

Este acréscimo veio somar-se aos custos crescentes com o registo e a defesa das DO e IG portuguesas por parte das entidades certificadoras, que, apesar de serem um “bem público”, não encontram do lado do Estado grandes contrapartidas para a sua defesa e manutenção, recaindo este ónus também quase integralmente no setor privado. Os encargos são crescentes, em função do sucesso que os vinhos portugueses e as suas DO e IG têm granjeado nos mercados externos em notoriedade e reputação. Tal sucesso é resultado de trabalho articulado das empresas e de outras entidades do sector em que avultam a ViniPortugal, o Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) e as entidades certificadoras, através dum esforço de promoção dos Vinhos de Portugal e das suas regiões, em boa parte financiado, releve-se também, pelo próprio sector, um exemplo que outros têm procurado seguir, ainda que sem a magnitude desta componente de autofinanciamento.

A valorização das DO e IG, o seu contributo para as exportações portuguesas nos últimos 10 anos e para a melhoria da imagem do país são de tal forma eloquentes, que bem mereciam uma reiterada defesa

pública do bem que constituem, por parte do Estado português, nomeadamente pela clarificação das suas responsabilidades internas e sobretudo externas na defesa contra produtos que as utilizem abusivamente, bem como na permanente valorização destes conceitos e dos produtos que a eles estão associados.

Em “vésperas” de se começar a materializar a segunda reforma do sector, tendo por pano de fundo o DL 61/2020, que deverá estar no “terreno” até ao final do primeiro semestre do próximo ano, novos desenvolvimentos acontecerão, sendo a possibilidade de as atuais entidades certificadoras evoluírem para estruturas interprofissionais reconhecidas pelo Estado português e pela União Europeia a de maior destaque. No entanto, se olharmos para a globa-

lidade da reforma plasmada neste DL, na portaria que o regulamenta e nas orientações técnico-económicas (OTE) que existem e que poderão vir a existir, verificaremos que está configurada a possibilidade de se vir a materializar um quadro de intervenção pública acrescida no dia-a-dia da gestão das DO e IG vitivinícolas, que aliás tem vindo sempre em crescendo, desde a Lei 8/85, sem repercussões evidentes na valorização das mesmas.

Numa altura em que a maioria das DO e IG vitivinícolas portuguesas atingiu um quadro de maturidade e de sucesso, seria de esperar o contrário, seguindo os modelos que existem nos Estados-Membros da UE mais avançados neste domínio (França, Itália ...). Sendo o enquadramento regulamentar da UE comum, modelos inspiradores não nos faltam.

Diversidade intravarietal das castas antigas de videira: base de estabilidade ambiental e instrumento de adaptação à mudança

ANTERO MARTINS e ELSA GONÇALVES

Instituto Superior de Agronomia

A natureza da diversidade intravarietal

Ainda que as castas (variedades) antigas sejam extensamente utilizadas na viticultura, a respetiva natureza genética é ainda frequentemente mal compreendida, o que prejudica a sua correta utilização e a exploração plena do seu valor. No entanto, o nosso grupo tem vindo a desenvolver metodologias capazes de reverterem esta situação, em particular, pela extração de valor substancial a partir da diversidade intravarietal.

Na origem, a casta era uma pequena população resultante da multiplicação vegetativa de uma planta de semente domesticada pelos primeiros cultivadores, consequentemente, um clone (novo) mais ou menos homogêneo relativamente a todas as características da planta mãe, culturais, enológicas, morfológicas e outras. E poderá ter-se mantido homogêneo por longos anos de multiplicação (já clone velho) relativamente a características iniciais determinadas por um, ou poucos genes, mas com forte expressão fenotípica (características “qualitativas” no sentido genético), como as cores do bago

e do ponto peciolar, recorte da folha e pelos longos na página inferior. O mesmo acontece com certos marcadores moleculares (identificadores genéticos), como os microssatélites, que também mostram uma grande estabilidade. Ora, estas características são alvo de muito frequentes observações atentas por parte de técnicos e viticultores para os mais diversos fins e isso poderá contribuir para associar à casta as ideias de estabilidade e homogeneidade genética das características em geral.

Porém, essas são ideias sem sustentação lógica, pois todas as divisões celulares que dão origem ao crescimento vegetativo da planta são antecedidas pela reduplicação do DNA que, por sua vez, está sujeita a erros de cópia, ou mutações. As mutações são eventos raros, mas isso não impede que já tenhamos assistido ao surgimento de mutações da cor do bago das castas Alvarinho, Arinto e Moscatel Galego Roxo no decurso dos nossos trabalhos experimentais de 40 anos e várias outras são comprovadas pela existência de variantes mutantes idênticas de várias castas. Isto é, a multiplicação vegetativa poderá ser relativamente conservadora do clone novo, mas não o bastante

para manter a homogeneidade genética das características do clone quando velho (a casta antiga).

O problema da origem da diversidade ganha novos contornos quando olhamos para as características determinadas por muitos genes de pequenos efeitos cumulativos (poligenes) e inclusivamente por desvios ambientais fortes e aleatórios. Neste caso, surgirão três consequências novas: (1) haverá mais oportunidades de mutação, logo, maior diversidade de cada característica; (2) por razões estatísticas, a soma aleatória das distribuições resultantes de cada poligene e dos desvios ambientais afetos a uma característica tenderá para uma distribuição normal e (3) os desvios ambientais aleatórios sobre a característica irão mascarar os valores genotípicos e tornarão incontornável o recurso a métodos estatísticos específicos para reduzir esses desvios e conhecer os valores genéticos. São deste tipo as características rendimento, teores de açúcar e acidez do mosto, antocianinas, resistências bióticas e abióticas e quase todas as restantes características da videira (bem como de todas as espécies).

Um exemplo concreto relativo ao rendimento de 100 clones feitos com 100 plantas extraídas aleatoriamente da casta Tinta Miúda consta do Quadro 1. Pode ver-se que os valores são mais concentrados próximo da média e mais rarefeitos nas regiões extremas, circunstância indicadora de distribuição normal, que a amplitude é razoavelmente larga, proporcionadora de bons ganhos genéticos, e que os desvios ambientais foram fortemente reduzidos (95,56% da variância é devida a causas genéticas, herdáveis), contribuindo igualmente para ganhos elevados.

Milhares de dados deste tipo têm sido obtidos relativamente às características rendimento, peso do bago, açúcar, acidez, pH, fenóis e antocianinas, no mosto de mais de 60 castas antigas, mostrando sempre distribuições normais, ainda que com amplitudes distintas consoante a natureza da característica (frequentemente da ordem de 1:10 quanto ao rendimento e 1:2 quanto a características de qualidade).

Estes resultados permitem uma visão inteiramente nova sobre a natureza genética da casta e sobre as

possibilidades da sua utilização económica: de uma aparência de um conjunto imutável de plantas iguais quanto a diversas características morfológicas/ampelográficas, e mesmo relativamente a certos marcadores moleculares, surge-nos agora a visão objetiva de uma população altamente heterogénea, passível de seleção para adaptação a diversos objetivos e obtenção de elevados ganhos genéticos.

Estes resultados autorizam também algumas conclusões sobre como utilizar a diversidade. Desde logo, a invulgar amplitude das distribuições do rendimento e de características de qualidade e o carácter normal das mesmas (marcas de característica quantitativa) torna incontornável a realização da seleção, com recurso necessário à teoria e aos métodos da genética quantitativa, para obtenção de elevados ganhos genéticos. Nota-se ainda que a natureza constrói ao longo do tempo uma variedade heterogénea, a partir de um clone novo geneticamente homogéneo. Hoje sabemos que é essa heterogeneidade que garante o

Quadro 1 – Rendimento médio de 8 anos (kg/planta) de 100 clones de Tinta Miúda num ensaio de seleção com heritabilidade em sentido lato (H^2) de 0,9556

n.º kg/planta									
1	3,79	21	3,12	41	2,64	61	2,31	81	1,74
2	3,59	22	3,11	42	2,63	62	2,31	82	1,67
3	3,58	23	3,09	43	2,60	63	2,29	83	1,65
4	3,51	24	3,08	44	2,60	64	2,28	84	1,62
5	3,51	25	3,08	45	2,58	65	2,27	85	1,60
6	3,43	26	3,04	46	2,54	66	2,25	86	1,60
7	3,42	27	3,03	47	2,53	67	2,21	87	1,53
8	3,41	28	3,00	48	2,51	68	2,20	88	1,48
9	3,40	29	2,97	49	2,50	69	2,18	89	1,47
10	3,35	30	2,92	50	2,50	70	2,17	90	1,45
11	3,32	31	2,89	51	2,48	71	2,16	91	1,35
12	3,28	32	2,89	52	2,47	72	2,15	92	1,23
13	3,26	33	2,87	53	2,46	73	2,09	93	1,23
14	3,25	34	2,87	54	2,45	74	2,05	94	1,22
15	3,24	35	2,85	55	2,45	75	2,03	95	1,13
16	3,23	36	2,83	56	2,43	76	2,01	96	1,08
17	3,21	37	2,79	57	2,42	77	1,88	97	0,96
18	3,21	38	2,79	58	2,41	78	1,84	98	0,84
19	3,19	39	2,68	59	2,34	79	1,78	99	0,77
20	3,16	40	2,67	60	2,34	80	1,74	100	0,07

comportamento estável da variedade em diferentes ambientes (baixa interação genótipo X ambiente) e que a seleção artificial deve emular a natureza selecionando igualmente conjuntos de clones (relativamente heterogêneos) e não só os clássicos clones individuais atualmente dominantes no mundo vitivinícola.

Os métodos para utilização da diversidade através da seleção e alguns resultados

A seleção tem grandes tradições na Europa que vêm desde o fim do século XIX, mas realizada por métodos empíricos que não alcançam a complexidade da diversidade intravarietal como atrás descrita, principalmente quando esses métodos são aplicados a plantas únicas, não permitindo reconhecer praticamente nenhuma diversidade genética intravarietal.

Depois de aplicados esses métodos, mas com resultados insatisfatórios, outros foram desenvolvidos internamente cumprindo três requisitos principais: (1) são aplicados a uma amostra de plantas representativa da casta, para maximizar a diversidade e autorizar ganhos genéticos elevados, (2) assentam em ensaios de campo em ambiente homogêneo e com delineamento experimental apropriado para reduzir os desvios ambientais e (3) os dados são analisados para separação da variância fenotípica nas componentes genética e ambiental e para previsão objetiva dos ganhos genéticos.

A metodologia é especialmente orientada para a seleção policlonal, um pacote de 7-20 clones, com um comportamento cultural estável (emulando a própria casta no controlo do problema da instabilidade do clone individual), com ganhos genéticos de rendimento que podem atingir 35% e ganhos de açúcar, acidez e antocianinas de até 15%, e assegurando a conservação de um certo fundo de diversidade nas vinhas, para atenuação da erosão genética.

Este tipo de material selecionado vem sendo produzido em Portugal desde meados dos anos 80 do século passado, podendo estimar-se que terá sido já plantado em mais de 30 000 ha de vinhas modernas.

Tendo em conta a produção média das vinhas e o valor das uvas e considerando que esses materiais melhorados transportam um potencial de produção 20% acima da média, o ganho resultante, à escala macroeconómica, será da ordem de 10 milhões €/ano.

Pela sua polivalência e robustez, a metodologia foi reconhecida em 2019 pela Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV) como Resolução OIV-VITI 564B-2019, para aplicação no mundo vitivinícola. Desde recentemente, o material selecionado policlonal tem também uma identidade própria dentro do sistema legal de certificação dos materiais de propagação vitícola (Portaria n.º 201/2021, de 23 de setembro, que estabelece os procedimentos para a certificação voluntária de material de propagação de videira policlonal).

Direções inovadoras de aproveitamento da diversidade

A diversidade intravarietal até agora conhecida e alvo de utilização corrente respeita a características da videira de grande interesse cultural e enológico e passíveis de avaliação expedita em ensaios de campo de muito grande dimensão (exigindo milhares de avaliações). Porém, é perfeitamente expectável que praticamente todas as características da videira mostrem alguma diversidade, desde que disponhamos dos métodos para a avaliar. Por isso, está já em curso a pesquisa e avaliação de tolerância ao calor em 4 castas, mediante a tomada de temperatura da folha em condições de temperatura exterior extrema da ordem de 45°. A seleção dos primeiros clones tolerantes ao calor está prevista para anos próximos.

Na área da resistência a stresses bióticos, estão em curso trabalhos exploratórios de diversidade quanto à sensibilidade ao oídio e ao míldio. Ainda que não seja expectável a deteção de níveis de resistência substanciais, níveis moderados de resistência poderão ser conjugados com outros métodos de proteção (físicos, biológicos, culturais) para a construção de soluções de proteção sanitária com muito reduzida carga de agroquímicos de síntese.

A eclosão da erosão genética intravarietal e a necessidade da conservação

Até há umas quatro décadas, a plantação das vinhas novas era feita com propágulos apanhados mais ou menos aleatoriamente nas vinhas velhas, isto é, as vinhas novas recebiam a diversidade pré-existente, faziam-na crescer durante algumas décadas e passavam-na a vinhas posteriores e assim sucessivamente. Este processo foi interrompido a partir dos anos 80 do século passado, devido a várias mudanças tecnológicas (seleção, enxertia na mesa e outras): as vinhas já não são enxertadas com garfos representativos da casta inteira, mas só com uma sua pequena parte (no limite, um clone), levando à fixação de certas características interessantes no presente, mas impedindo a seleção a favor de outras, para adaptação a novos objetivos no futuro.

Este bloqueio está a ser resolvido pela conservação fora da cultura, através de uma abordagem inovadora e em grande escala (face ao observado noutros países vitícolas) que consiste na conservação em vasos (depois em coleção redundante no campo) de amostras representativas de génotipos de todas as castas autóctones. O planeamento visa a conservação de 50 000 génotipos de 250 castas, estando já atualmente conservados 30 000 de 200 castas (presentemente, a maior coleção de diversidade intravarietal no mundo vitivinícola) (Figura 1).



Figura 1 – Vista parcial da conservação da diversidade intravarietal em vasos no Pólo Experimental de Conservação da Diversidade da Videira

O carácter estratégico e a projecção da conservação no longo prazo levou à criação de um Pólo dedicado para o efeito – Pólo Experimental de Conservação da Diversidade da Videira – numa herdade do Estado concedida à Associação Portuguesa para a Diversidade da Videira (PORVID). Por sua vez, esta assegura a gestão técnica da conservação e a utilização da diversidade, por via da seleção e de outros diversos métodos, e articula-se com uma “Rede de Seleção da Videira” para a realização de trabalhos experimentais de índole mais regional.

Este aparelho feito de meios físicos, conhecimento inovador e organização tem vindo a criar valor e sustentabilidade para o sector vitivinícola e tem o potencial para multiplicar largamente esses resultados no futuro próximo.

Novas perspetivas autorizadas pelos desenvolvimentos relativos à diversidade intravarietal

Até aqui, discutimos o que tem sido feito para a utilização e conservação da diversidade intravarietal criada e acumulada no passado, isto é, aquela que já existe nas plantas das vinhas velhas resultante da extensa multiplicação de uma planta original ao longo de séculos. Mas, até ao momento, não existem soluções para assegurar o crescimento da diversidade nas vinhas do presente e do futuro, pois a diversidade criada em cada ano é simplesmente eliminada no momento da poda. Enquanto isso, um número substancial de castas autóctones secundárias estão hoje representadas por um número muito reduzido de plantas (por vezes, só as presentes numa coleção ampelográfica), outras virão a ser descobertas em anos próximos (como adiante se verá), também representadas por poucas plantas, isto é, essas castas serão praticamente desprovidas de diversidade intravarietal e, por isso, ambientalmente instáveis e não adaptáveis a novos condicionalismos externos mediante seleção.

Para responder a estas questões, estão em preparação novas abordagens experimentais decalcadas dos processos naturais de criação da diversidade, mas modificadas no sentido de acelerarem o processo de

acumulação e de encurtarem o tempo para se atingir um determinado patamar de diversificação.

Outra direção experimental derivada dos avanços na área da diversidade intravarietal consiste na descoberta de castas que têm andado até aqui confundidas com outras já conhecidas. Com o advento dos métodos moleculares de identificação varietal há uns 30 anos atrás, tem-se verificado que numerosas castas antigas têm relações filiais, isto é, terão resultados do cruzamento natural de outras. Como seria de esperar do processo de reprodução sexual, a casta descendente pode ser mais ou menos distinta das duas progenitoras mas, por vezes, também muito próxima de uma delas, ao ponto de a distinção por observação morfológica ser muito problemática. Um exemplo típico desta situação, de entre outros, é o da Touriga Fêmea, resultante do cruzamento natural Touriga Nacional X Malvasia Fina, mas dificilmente distinguível da progenitora Touriga Nacional: isto é, se a parecença fosse só um pouco mais acentuada, ambas as castas poderiam andar ainda misturadas na cultura como se fossem uma só casta (Touriga Nacional).

Ora, situações como esta podem ser frequentes dentro do numeroso parque de castas autóctones (cerca de 250), mas difíceis de pôr a limpo quando se observam as plantas uma a uma nas vinhas. Porém, a abordagem da diversidade intravarietal em Portugal passa pela plantação de numerosos ensaios de campo com largos milhares de clones, nos quais as diferenças são muito mais fáceis de detetar do que sobre as plantas individuais tidas como de determinada casta. Feita essa deteção (criada a suspeita de que o clone tido como de uma casta pode ser afinal de uma casta descendente ainda não conhecida) só falta fazer o diagnóstico molecular (microssatélites, ou outro) e confirmar, ou não, essa suspeita. Um projeto para o efeito, no âmbito do Orçamento Participativo de Portugal (OPP), está atualmente em curso

e poderá vir a acrescentar dezenas de castas ao já invulgarmente grande parque de castas autóctones, contribuindo para a mais fácil adaptação da viticultura a todas as mudanças do futuro e para o reforço da imagem do vinho português fundado na natureza e na diversidade.

Como corolário da verificação de que muitas castas resultaram de cruzamentos naturais de outras surge a hipótese de a domesticação ter passado por uma fase em que as videiras se reproduziram naturalmente por semente dentro de pequenos núcleos em curso de domesticação, dando azo a esses cruzamentos. Pelo contrário, a hipótese da domesticação direta de plantas silvestres associada à propagação vegetativa teria levado à independência genética das castas e essa hipótese não é sustentada pelo quadro hoje observado de parentesco entre as mesmas.

A primeira hipótese poderá vir a ser robustecida por outros estudos moleculares, sustentando a interpretação de as castas terem resultado principalmente da domesticação de plantas silvestres autóctones, inicialmente reproduzidas por via sexual, em vez da importação de castas do oriente mediterrânico propagadas por via vegetativa.

Em síntese, uma abordagem experimental inovadora inicialmente focada na diversidade intravarietal está a produzir importantes resultados na área adjacente da diversidade intervietal, pelo reconhecimento de castas até aqui não identificadas e por daí poder resultar uma melhor compreensão do fenómeno da domesticação. E também na área das videiras silvestres, na medida em que do reconhecimento das suas relações genéticas com as castas, resultará o reforço da interpretação da domesticação na Península Ibérica e isso será matéria para intensa comunicação sobre o carácter autóctone, histórico e natural das castas e do vinho de Portugal.

O tempo do cooperativismo vinícola em Portugal

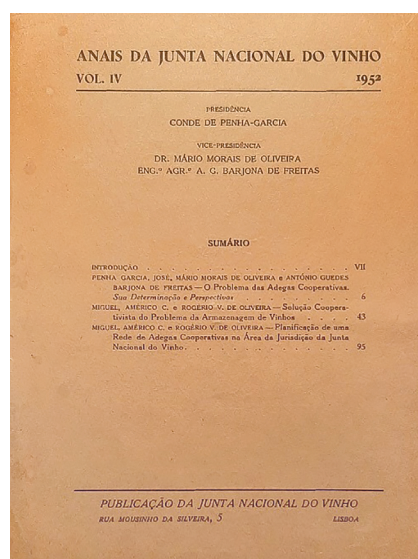
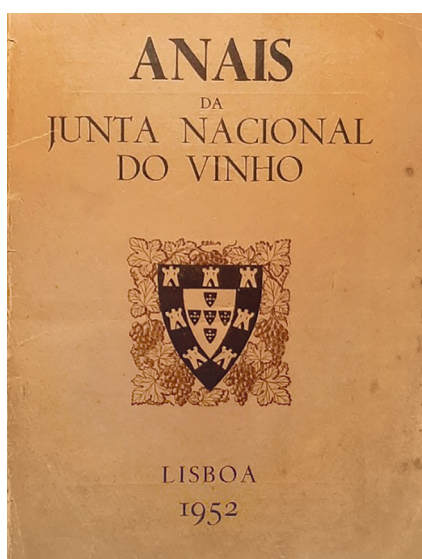
ANTÓNIO CERCA MIGUEL

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Introdução

O setor vitivinícola em Portugal atravessou uma fase de transformação estrutural profunda durante o Estado Novo (décadas 40 a 70 do século XX), associado ao período de desenvolvimento do Cooperativismo, determinante para a formação da tipicidade e qualidade do vinho português, na sua diversidade intrarregional, e afirmação como um setor fundamental no panorama agrícola e agroindustrial atual, quer a nível nacional quer internacional. Faz agora 70 anos que a “Planificação de uma Rede de Adega Cooperativas para a área de Jurisdição da Junta Nacional do Vinho” foi publicada nos Anais da JNV e dado a conhecer enquanto instrumento de planeamento.

É um período e um processo de desenvolvimento tendencialmente ignorado e subestimado, face à



evolução que conhecemos do setor na atualidade. É a evocação dessa efeméride e lembrança desse tempo que queremos recuperar.

1. Situação do setor vitivinícola em Portugal¹

Em termos económicos, em meados do século XX, com uma produção de 8,7 milhões hl, Portugal

¹ Anais da Junta Nacional do Vinho, Lisboa, VOL. IV, 1952

ocupava a 5ª posição no panorama mundial da produção de vinho e igual lugar a nível da exportação, com 1,25 milhões de hl. O setor representava, a nível nacional, mais de 19% do rendimento bruto total da agricultura, silvicultura e pecuária (só superado pela produção de cereais, que representava cerca de 23% do rendimento bruto). Por outro lado, a receita que proporcionava para o país, através da exportação, permitia atenuar em cerca de 13% o saldo negativo da balança de comércio geral. Era reconhecido que a cultura da vinha era um dos grandes esteios da economia portuguesa, ocupando 250 mil ha, 2,8% da área total do país, 4,3% da área cultivada e 7,4% da área agrícola.

No entanto, a estrutura de produção vitivinícola portuguesa caracterizava-se por uma situação em que 90% dos produtores de vinhos comuns colhiam menos de 10 pipas (50 hl) e 80% não ultrapassavam as 5 pipas (25 hl). A importância social da cultura da vinha emanava do facto de esta ocupar 200 000 trabalhadores por ano, 16% da população agrícola ativa em Portugal.

2. Evolução do setor e principais problemas

Superados os impactos das crises da filoxera e dos ataques fúngicos, que deprimiram a produção na segunda metade do século XIX, as primeiras décadas do século XX, foram de expansão da vitivinicultura portuguesa motivada pela exportação para a Europa, Brasil e as então colónias. Os anos de 1907 e 1908 foram de grande relevo, tendo sido definidas as “regiões demarcadas de vinhos típicos”, estabelecidos os condicionalismos de plantio da vinha tendo em vista a defesa da qualidade e a disciplina de preços e de mercado, intensificada a ação fiscalizadora e a reorganização dos serviços, e desenvolvido o crédito à viticultura, a realização de estudos técnicos e o fomento das exportações. A Primeira Grande Guerra veio reforçar a orientação exportadora da produção portuguesa, motivada pelo desvio da procura devido à devastação das vinhas francesas e alemãs².

Com a reconstituição das vinhas europeias no pós-guerra e a extensão da cultura da vinha ao novo mundo (Argentina, Austrália, Uruguai, EUA e Brasil) e Argélia (incentivada pela França), verifica-se nos anos trinta uma diminuição abrupta das exportações portuguesas. Numa tentativa de resolver o problema, o Estado promoveu a criação de grémios de produtores nos concelhos vitícolas, e o estabelecimento da Federação dos Viticultores do Centro e Sul de Portugal (1933), a fim de envolver os produtores na resolução dos seus problemas, nomeadamente a regulação do mercado do vinho. A esta Organização, comandada pelo Estado, caberia o papel de regularizar o mercado em anos de grande abundância ou de escassez de produção. Para isso, afigurava-se também imperioso promover uma atuação mais profunda de adaptação da produção às necessidades de consumo, através da melhoria tecnológica da produção e da melhoria da qualidade geral dos vinhos portugueses. No entanto, o obstáculo fundamental à evolução do setor residia na muito pequena dimensão da exploração vitivinícola e na falta de estruturas de armazenagem. Com efeito, o produtor via-se obrigado a vender o seu vinho, a qualquer preço, logo que se encontrava concluída a produção, por falta de capacidade comercial e de armazenagem. Por outro lado, a tecnologia ao alcance do pequeno produtor era rudimentar e originava um produto final de custo elevado e de qualidade insuficiente para o mercado.

O Conselho Administrativo da JNV descrevia o problema da seguinte forma:

“A grande massa dos viticultores nacionais não estão em condições que lhes permitam ser bons vinicultores. Capazes de dedicar ao amanho da vinha o melhor do seu esforço, eficientes cultivadores duma planta que acima de tudo requer constante presença humana e a mais direta, solícita e carinhosa assistência do fator trabalho – eles, esses duzentos milhares de pequenos vinhateiros de Portugal, não conseguem ser tão bons vinicultores quanto são bons viticultores. É que a vinificação é uma indústria: requer capitais, não dispensa apetrechamento técnico, exige cuidada especializa-

² Paulo, José António Vicente (1997), O impacto da Adesão de Portugal à União Europeia sobre as Adegas Cooperativas e os Produtores engarrafadores da região do Oeste, Mestrado em economia agrícola e sociologia rural, ISA

ção profissional, reclama capacidade de organizar, prever e dirigir, não prescinde de um mínimo de resistência financeira, etc. Tudo coisas que o modestíssimo e diligente viticultor português, com as suas poucas arrobas de uva, é incapaz de conseguir.

Por isso mesmo, nem sempre se abalança a ser também vinicultor, optando frequentemente por vender as suas uvas a profissionais da vinificação, às vezes até antes da vindima, e sempre em más condições de preço. Por isso mesmo, quando é ele a vinificar as suas uvas, fá-lo em instalações rudimentares e por métodos empíricos, de tal modo que raramente consegue um produto digno de mercados exigentes, equilibrado, uniforme, dotado de boas condições de conservação. Por isso mesmo, vinificando tão pouco como geralmente vinifica, a sua indústria, apesar de apetrechada com modéstia, apresenta exagerados custos unitários.”³

Outra questão fundamental a resolver era o problema da armazenagem do vinho. O Conselho Administrativo da JNV via assim este problema:

“Produções muito irregulares, oferta muito variável, preços muito oscilantes, consumo muito instável, – eis aqui o diagnóstico da situação da economia vitivinícola em mercado livre.

Sistema eficaz de resolver o problema, contendo as oscilações das grandezas económicas produção e consumo entre limites razoavelmente próximos, um só até hoje foi encontrado: retirar do mercado os excedentes, nos anos de sobreprodução; armazená-los convenientemente; lançá-los no consumo nos anos da infra produção. E assim nasce o problema da armazenagem, na sua função regularizadora da oferta e da procura.

Aprópria vinicultura, na sua atual estrutura individualista, nunca dispôs, nem dispõe, nem é possível que venha a dispor, das condições mínimas exigíveis a uma eficiente armazenagem em grande escala: nem capacidade suficiente, nem requisitos técnicos, nem

conhecimentos especializados, nem resistência financeira.”⁴

3. A solução cooperativa para o setor vitivinícola, o Corporativismo e a Junta Nacional do Vinho

As primeiras experiências de cooperação vinícola surgem na Alemanha em 1868, em consequência das dificuldades sentidas pelos produtores do Mosela e Wurtemberg em vender os seus vinhos a preços aceitáveis. Essa experiência estendeu-se a outras regiões da Alemanha e a Itália, tanto assim que no final do século XIX existiam já 94 Adeegas Sociais a funcionar na Alemanha e na década de trinta do século passado existiam mais de 150 Adeegas Sociais em funcionamento em Itália, processo esse fortemente incentivado pelo Estado. Em França, o processo arranca mais tarde, mas na década de 1930 havia mais de 400 Adeegas Cooperativas a funcionar. Em Espanha, o cooperativismo vinícola, inspirado no modelo francês, surge especialmente no Norte, mas numa escala muito menor.

O interesse do governo português pelo cooperativismo agrícola remonta a 1892, consubstanciado através de Decreto-Lei de 30 de setembro, que procurava incentivar a associação dos pequenos viticultores, mediante o estabelecimento das chamadas Adeegas Sociais. Ainda no final do século XIX, houve tentativas de criação de Adeegas Sociais em diversos pontos do país, como é o caso de Viana do Alentejo e Anadia (1893), Felgueiras (1898) ou Viseu (1900). Em 1901, o Governo publica legislação no sentido de fomentar o aumento do número de adegas sociais, através de incentivos de várias ordens (subsídios, isenções fiscais, disponibilização de pessoal especializado, etc.). Todas estas experiências falharam, sobretudo por falta de espírito cooperativo por parte dos produtores. Em 1936, J.M.C.T. da Silva justificava desta forma o fracasso em Torres Vedras: “Para criar adegas sociais neste concelho, como em qualquer outro do país, necessário se torna, e triste é dizê-lo, que o Governo por lei não só as estabeleça, como

³ Conselho Administrativo da Junta Nacional do Vinho, página IX da Introdução dos Anais da Junta Nacional do Vinho, Lisboa – Portugal, 1952

⁴ Idem, páginas X e XI



também obrigue os viticultores a fazerem parte dela (...).⁵ Segundo o mesmo autor: “Passaram vários anos, veio a guerra e com ela um período áureo para a viticultura portuguesa. O movimento cooperativista vinícola, porém, nada avançara. Quando em 1929 se começou a sentir a crise, pode dizer-se que em Portugal não havia uma única adega cooperativa.”⁶

Instalada a crise e face à falência da experiência portuguesa de tentativa de regularização do mercado, através da Federação dos Viticultores do Centro e Sul de Portugal, e às dificuldades sentidas em Portugal pelos produtores vitivinícolas no escoamento e armazenagem da sua produção, afigura-se aconselhável e até incontornável aos olhos do Estado português a adoção da solução cooperativa experienciada com êxito na Europa mais desenvolvida.

Em contraponto ao liberalismo vivido após a implantação da República, o Estado Novo afirmou-se, através da constituição de 1933, como um estado corporativo, arrogando-se a um intervencionismo ativo no campo social e económico através das corporações, que impunham as decisões do Governo e do Estado. Para o efeito, foi criado um aparelho corporativo baseado num conjunto de Organismos de Coordenação Económica Setoriais de que fazia parte a Junta Nacional do Vinho (JNV), criada em 1937 na esteira da extinção da Federação dos Viticultores do Centro e Sul Portugal. A área de influência que a Junta Nacional do Vinho abrangia era todo o território da metrópole à exceção das ilhas adjacentes e das regiões vitícolas demarcadas (Vinhos Verdes, Douro, Dão, Colares, Bucelas, Carcavelos e Moscatel de Setúbal). Mais tarde, a JNV estendeu também a sua ação às Regiões Demarcadas, exceto a Região do Douro e à região Vinícola da Madeira.

A JNV foi criada para resolver os dois problemas principais da vitivinicultura já acima mencionados, a saber: “a) a melhoria das condições de produção do pequeno vitivinicultor, habilitando-o a ganhar mais, a resistir melhor às crises e a produzir vinhos bons e estáveis; b) a armazenagem económica dos excedentes de produção verificados em certos anos, com o propósito de debelar as crises devidas à grande irregularidade das colheitas.”⁷ O terceiro problema que a JNV se propunha resolver, não menos importante que os anteriores, era o da melhoria geral da qualidade do vinho.

O espírito que presidia à ação da JNV na implementação do Plano das Adeegas Cooperativas, está bem expresso nas palavras do seu Conselho Administrativo: “Com a criação, instalação e apetrechamento das Adeegas Cooperativas entende a JNV levar a cabo uma obra de largo alcance económico e social, que visa, especialmente, o robustecimento das pequenas economias rurais e a emancipação social dos seus titulares.

⁵ Silva, J.M.C.T. da (1936), Concelho de Torres Vedras. A crise vinícola e a solução cooperativista. Alguns subsídios para o seu estudo. Relatório Final de Licenciado. Instituto Superior de Agronomia, Lisboa

⁶ Idem.

⁷ Conselho Administrativo da Junta Nacional do Vinho, página IX da Introdução dos Anais da Junta Nacional do Vinho, Lisboa – Portugal, 1952

Na verdade, sabido como é que a grande massa dos viticultores nacionais é constituída por pequenos e médios produtores, impunha-se, em plano corporativo, a necessidade de procurar, e encontrar, os meios de defesa e de fortalecimento adequados, não só à existência, como até ao progressivo desenvolvimento e à independência dessas pequenas economias.

Esses meios de defesa e de robustecimento substanciaram-se numa fórmula e num processo de ‘cooperação’ entre esses vinicultores, exercida por intermédio das ‘Adegas Cooperativas’, sob a égide da Junta.”⁸

O processo de cooperativismo a desenvolver seria, pois, um processo inspirado profundamente no corporativismo, em que a tutela do Estado se exerceria assumidamente de forma determinada⁹.

4. O problema da armazenagem de vinhos

A necessidade de realização de intervenções em anos de excecional produção, constituía um problema para a JNV, pois não tendo capacidade própria suficiente, tinha de recorrer ao aluguer ou cedência de capacidade privada, que muitas vezes enfrentava a resistência dos seus detentores privados (por ser contra os seus interesses) ou não tinha as características adequadas para garantir uma boa armazenagem da produção intervencionada. Desta forma, a JNV viu-se obrigada a aumentar a sua capacidade própria. Entre 1939 e 1951, a Junta quase triplicou essa capacidade própria de armazenagem, passando de um volume disponível de 166 mil hl para 472 mil hl. No entanto, a construção de capacidade de armazenagem revelava-se um processo oneroso e pouco racional, na medida em que nos anos de baixa produção os depósitos não tinham utilização. O estudo realizado em 1951 pelo Gabinete de Estudos da JNV¹⁰ ajudou a gizar uma estratégia de armazenagem em que uma

rede de adegas cooperativas constituía o elemento fundamental do sistema.

As necessidades de armazenagem calculadas com base nos dados de produção da década de 40, em que os anos de 1944 e 1945 foram anos seguidos de excecional produção, apontavam para uma necessidade de capacidade disponível de armazenagem global na ordem dos 700 mil hl, dos quais 100 mil para existências dos anos anteriores, 500 mil para constituição de reservas de vinho e 100 mil para armazenagem de aguardentes. A solução passava por conceber uma rede de adegas cooperativas que dispusesse de um excedente de armazenagem na ordem dos 20% da produção média anual, para permitir uma margem de segurança para acomodar os anos de produção excecional e assim garantir o equilíbrio do mercado. A instalação inicial de algumas das adegas cooperativas foi feita tomando por base a capacidade instalada e na posse da JNV, que seria integrada mais tarde no património da adegas. Assim, uma vez concretizada a rede de adegas cooperativas, a JNV teria somente de assegurar uma capacidade de armazenagem própria para aguardentes vnicas, para fornecimento das quantidades necessárias ao benefício e tratamento dos vinhos generosos da região durienese, que constituíam sua competência.

5. O Plano de Adegas Cooperativas

De 1935 a 1952, haviam já sido instaladas, na área de jurisdição da JNV, 17 Adegas Cooperativas, propondo-se a Junta, através do Plano, ampliar à escala nacional esta boa experiência com a instalação de um total de 141, integrando as já constituídas na lógica global.

A tarefa da “Planificação de uma Rede de Adegas Cooperativas para a área de jurisdição da JNV” (Plano) foi realizada por Américo C. Miguel e Rogério

⁸ Conselho Administrativo da Junta Nacional do Vinho, página 8 de “O problema das Adegas Cooperativas” em os Anais da Junta Nacional do Vinho, Lisboa – Portugal, 1952

⁹ Idem, página 14.

¹⁰ Miguel, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de (1951), “Solução cooperativista da armazenagem de vinhos” em Anais da Junta Nacional do Vinho, Lisboa – Portugal

V. de Oliveira, então jovens técnicos do Gabinete de Estudos da JNV.

Na elaboração deste Plano, os autores descrevem assim a metodologia seguida:

“Na planificação de uma rede completa de adegas cooperativas, a considerar o sistema cooperativo como o principal esteio da economia vitivinícola, há que contar com fatores ecológicos, económicos, sociais e enológicos, em estreita interdependência uns dos outros, e que têm de ser objeto de pormenorizado estudo.

Assim, na criação de uma rede completa de cooperativas há que, em primeiro lugar, dividir o País em regiões ou zonas de características vitivinícolas afins. Para isso contribuem fatores primordialmente ecológicos.

Delimitadas as regiões, urge fazer o estudo económico de cada uma sob o ponto de vista vitivinícola, onde a determinação do custo de produção do vinho e dos rendimentos e lucros da exploração vitivinícola devem ser elementos de particular observação e detido estudo. Apreciam-se as possibilidades comerciais e localizam-se os principais focos de produção e escoamento.

Estudam-se as influências sociais da vinha e do vinho na região. Estabelecem-se escalões de produtores quanto à sua produção média anual. Inquire-se da carência de adegas particulares e da maneira como é recebida a ideia da cooperativa. Avalia-se a consciência cooperativa e da necessidade de fomentá-la.

Estudam-se as possibilidades enológicas regionais na sua relação com a manutenção de tipos, constituição de reservas, e saídas para o estrangeiro.

Consideram-se, dentro da região, sub-regiões que obedeçam às características e aos objetivos previstos.

Relaciona-se o cooperativismo da viticultura com as possibilidades da cooperação noutros ramos agrícolas, no propósito de tornar menos onerosos os encargos, principalmente os de instalação.



Pormenorizam-se as condições de acesso e transporte, as características topográficas, a exposição, as suas relações com as principais manchas da vinha, com as vias de comunicação, etc...

Determinam-se por fim os locais onde se edificarão as adegas cooperativas.

Importa depois estudar cada adega de per si. Inquire-se o número provável de associados, da capacidade média de laboração e das possibilidades de um eventual alargamento. Estuda-se o tipo de Adega e processo de fabrico mais adequado à região e à definição do tipo de vinho a produzir e a manter.

Escolhem-se os processos de conservação. Prevê-se o material e a utensilagem compatíveis com a capacidade de laboração e o produto a fabricar. Estudam-se as suas relações com as outras adegas sob todos os aspetos possíveis.

Estabelece-se, por fim, o diagrama fabril mais compatível com as condições técnico-económicas locais e regionais.”¹¹

No desenho do Plano, imaginou-se, como hipótese de trabalho, que os produtores até 100 pipas (500 hl) deveriam ter interesse em aderir ao cooperativismo, pois foi considerado que os produtores acima desta produção teriam as suas estruturas próprias de vinificação e armazenagem. No entanto, numa previsão prudente face ao pouco espírito cooperativo revelado pelos produtores e tendo em atenção uma capacidade de financiamento e de realização considerada realista, estabeleceu-se uma evolução da concretização do Plano em 3 fases: a fase inicial de lançamento, a decorrer num período de 5 a 10 anos, deveria abranger 58 500 produtores e 211 mil pipas (1,055 milhões hl); a fase intermédia, a decorrer num prazo de 10 a 30 anos, deveria abranger 117 mil produtores e 421 mil pipas (2,1 milhões hl); a fase final, a decorrer num prazo superior a 30 anos, deveria abarcar 144 mil produtores e 778 mil pipas (3,9 milhões hl). A execução do Plano envolveria 64% dos produtores e 62% da produção da área de jurisdição da JNV, distribuídos pelas 14 regiões definidas.

A distribuição prevista das adegas pelas regiões era a seguinte:

Zonas do Plano	Região	Nº de Adegas	Capacidade final prevista 1000 hl
I e II	Trás-os-Montes e Beira Transmontana	18	323
III a IX	Zona centro	64	2 038
X e XI	Oeste e Ribatejo	50	2 615
XII	Península de Setúbal	3	65
XIII	Alentejo	4	102
XVI	Algarve	2	43
Total		141	5 186

A capacidade instalada final da estrutura de adegas, a desenvolver no período de 30 anos, foi desenhada para uma capacidade superior em 33% à produção estimada do potencial de produtores aderentes ao regime cooperativo no ano em que o Plano foi concebido. Desta forma, seriam acomodadas eventuais situações de aumento de produção regional induzida pelas melhores condições de produção e comercialização proporcionada pelo regime cooperativo, de uma maior adesão dos produtores e ainda uma margem de capacidade para acorrer aos anos de produção excessiva.

A distância média das vinhas à adega, para a entrega da uva, foi calculada em 3,9km, o que denota a preocupação de estabelecer áreas de influência compatíveis com os precários meios de transporte à disposição do viticultor na época.

Para implementação do Plano, construção e financiamento das adegas, foi criado o Fundo das Adegas Cooperativas, administrado pela JNV, que receberia a titularidade dos bens móveis e imóveis do Fundo Corporativo da Vinicultura, que anteriormente pertencera à Federação dos Viticultores do Centro e Sul de Portugal. O Fundo subsidiaria o estabelecimento das Adegas até um montante de investimento de 20% e concederia crédito às entidades cooperativas a juros módicos. O abastecimento do Fundo seria realizado através do Plano de Fomento¹².

Para garantir o enquadramento do conjunto das Adegas Cooperativa no sistema corporativo, estava prevista a presença da JNV na vida orgânica das cooperativas, como entidade coordenadora das atividades económicas no seu conjunto. Posteriormente, a JNV deveria promover a constituição de Federações em que as adegas cooperativas se deveriam filiar, o que constituía elemento integrador adicional do movimento cooperativo no sistema corporativo.

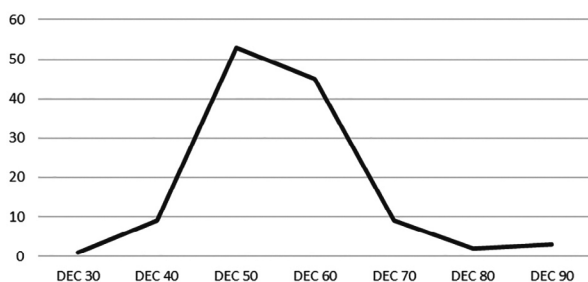
¹¹ Idem, pp. 81 e 85.

¹² “As adegas cooperativas tiveram um apoio financeiro de grande valor. Tinham além dum subsídio a fundo perdido de 20% dado pela Junta Nacional do Vinho, um subsídio reembolsável de 10% da Junta Nacional do Vinho e um empréstimo, dentro da Lei de Melhoramentos Agrícolas, de 50% do investimento, concedido pela Junta de Colonização Interna.” Veiga Sarmiento em “As Adegas Cooperativas em Portugal”, in página 33, Vida Rural n.º 99 – 2ª quinzena, novembro 1980.

6. A execução do Plano de Adegas Cooperativas

O desenvolvimento da Rede de Adegas Cooperativas decorre desde meados da década de 30 até ao início da década de 90 do século passado, sendo as décadas de 50 e 60 o período de maior realização.

Evolução da criação de Adegas Cooperativas



Fonte: FENADEGAS

A evolução entretanto operada a nível tecnológico, de meios de transporte e rede de estradas e de um forte surto migratório verificado ao nível dos pequenos produtores, que procuraram melhores rendimentos quer em Lisboa quer fora do País abandonando a sua atividade vitícola, determinou, necessariamente, uma adaptação na execução do Plano inicial de Adegas. A evolução do transporte, que à data de elaboração do Plano se fazia em grande parte à custa de tração animal, e a crescente mecanização das operações de vinificação possibilitaram a concentração da capacidade das adegas. Desta forma, do Plano originalmente desenhado para a área de jurisdição

da JNV, foram instaladas 53 adegas (38%). Por outro lado, surgiram 16 novas localizações que substituíram com vantagem conjuntos de adegas de menor dimensão inicialmente previstas, tendo resultado numa instalação total de 69 Adegas Cooperativas na zona da JNV (49%). É de notar que foi na região Centro que a taxa de execução do Plano foi mais baixa e que no Alentejo e Algarve foram instaladas mais do dobro das Adegas previstas. No caso do Alentejo, é de realçar o trabalho da Junta de Colonização Interna que, entretanto, promoveu naquela região a instalação de colonos e o desenvolvimento da viticultura, justificando essa instalação mais adegas.

O sucesso do Plano de Adegas elaborado para a área de jurisdição da JNV motivou o alargamento do movimento cooperativo vinícola para as regiões demarcadas, através da elaboração de Planos de Redes de Adegas Cooperativas para as regiões do Douro (1955), Dão (1956) e Vinhos Verdes (1956).

Segundo Veiga Sarmiento, em 1978, as adegas cooperativas eram responsáveis por mais de um terço da produção nacional de vinho. Associavam 45 787 viticultores, sobretudo pequenos produtores. Contudo, a penetração do movimento cooperativo nas diversas regiões foi muito diversa, tendo tido maior adesão nas regiões do Dão e do Oeste, onde existiam concehlos com taxas de 90% da produção. Na área da JNV, as Adegas laboravam 47% da produção da região, no Douro 43%, no Dão 64% e nos Vinhos Verdes 7,5%.

Zonas do Plano	Região	Adegas previstas no Plano da JNV	Adegas do Plano inicial da JNV instaladas	Adegas instaladas não previstas inicialmente no Plano JNV	Total de Adegas cooperativas instaladas
I e II	Trás-os-Montes e Beira Transmontana	18	12	4	16
III a IX	Zona Centro	64	15		15
X e I	Oeste e Ribatejo	50	19	4	23
XII	Península de Setúbal	3	1	1	2
XIII	Alentejo	4	4	5	9
XVI	Algarve	2	2	2	4
Total zona jurisdição da JNV		141	53	16	69
Regiões Demarcadas – Colares, Dão, Douro, Vinhos Verdes					56
Açores					3
Total geral					128

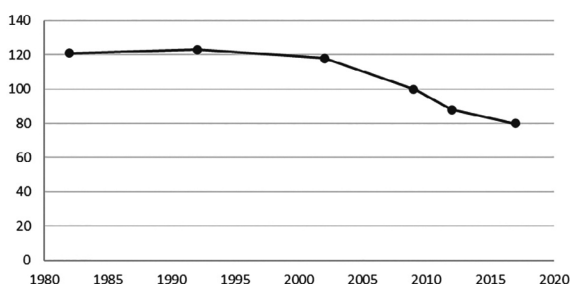
Ainda para este autor, as vantagens do funcionamento das Adeegas Cooperativas eram grandes para os aderentes: dispensava a posse de instalações próprias para vinificação e armazenagem; libertava o viticultor, que estava sempre em situação desvantajosa, da “penosa” tarefa da venda do vinho; libertava-o também para um melhor granjeio da sua vinha; criava tipos de vinho de maior representação, eliminando uma enorme proliferação de lotes e permitindo alcançar mercados potencialmente melhores; permitia ainda a venda conjunta de que resultavam condições mais favoráveis para os associados¹³.

7. O declínio do movimento cooperativo vinícola

Nas vésperas da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE), estavam em funcionamento em Portugal 123 adeegas cooperativas. A partir daí, o movimento cooperativo começa a contrair-se e atualmente encontram-se em funcionamento 80 Adeegas Cooperativas¹⁴.

Desde a sua criação, as Adeegas Cooperativas sempre se confrontaram com dificuldades de funcionamento. Por um lado, eram as campanhas de difamação que sofriam no início de laboração e obstáculos erguidos pelo setor que detinha anteriormente a comercialização de vinho na região, sobretudo armazenistas. Por outro lado, a falta de pessoal competente a nível de gestão e marketing impediu-as de terem uma estratégia e um aparelho de comercialização consistente, sobretudo para as operações de exportação.

Adeegas Cooperativas em funcionamento



Fonte: FENADEGAS

Outra limitação era de ordem financeira. A ausência de medidas de política que favorecessem condições de crédito bonificado a prazo suficiente e que permitissem às adeegas pagarem a produção entregue pelos associados e fazerem face à imobilização do produto na adega, enquanto este não tinha oportunidade de venda no ano e para os vinhos estagiados, constituíam verdadeiros estrangulamentos para o setor. Desta forma, as adeegas ficavam em grande desvantagem em relação aos armazenistas e comerciantes, que compravam estritamente os volumes de que necessitavam no curto prazo, não tendo assim de suportar os elevados custos dos *stocks*. As adeegas eram, por conseguinte, operadores pouco ágeis no universo comercial.

A integração de Portugal na União Europeia teve como consequência a diminuição do número de ativos no setor, sobretudo ao nível do pequeno produtor e o consequente aumento da dimensão da exploração agrícola, o que ditou um enfraquecimento do movimento cooperativo tal como tinha sido concebido em meados do século XX. Por outro lado, o aumento da concorrência entre a produção nacional e a da União determinou, para garantir a sobrevivência, a necessidade de melhorar a qualidade do vinho produzido. Houve a possibilidade de recurso aos fundos de financiamento comunitários, para investir na renovação dos vinhedos e na construção de adeegas, surgindo uma nova classe de produtores engarrafadores que dinamizaram a qualidade do produto final e robusteceram o setor vinícola em Portugal.

Adeegas houve que se modernizaram, adquiriram dinâmica empresarial e comercial, apostaram numa política de qualidade, conseguiram adaptar-se às condições comunitárias de mercado e sobreviveram, algumas até com bastante êxito. Outras não o conseguiram fazer, perderam a sua razão de existência e sucumbiram.

Apesar da realização incompleta do Plano, de tudo isto resta a grande certeza de que o movimento cooperativo, lançado em boa hora na primeira metade

¹³ Veiga Sarmiento em “As Adeegas Cooperativas em Portugal”, in páginas 33 e 34, Vida Rural nº99 – 2ª quinzena, novembro 1980

¹⁴ Informação da FENADEGAS

do século passado, e as suas Adegas Cooperativas, foram o elemento estruturante e determinante da qualidade atual do vinho português e do êxito crescente que o setor tem adquirido a nível mundial.

Nota particular: Américo da Conceição Miguel (1919-2005) foi um dos principais obreiros da Planificação da Rede de Adegas Cooperativas para a área de jurisdição da JNV, em 1952, e mais tarde para a Região Demarcada dos Vinhos do Dão, em 1956. Era meu pai e influenciou, com o seu exemplo e notoriedade, a escolha profissional que acabei por fazer. Com este artigo, evocativo da sua obra maior, presto-lhe esta pequena homenagem reafirmando todo o meu apreço e admiração.

Bibliografia consultada

- GRANCHINHO, Manuel António Relvas Louro, As adegas cooperativas do Alentejo. Um caso de sucesso de organização cooperativa da produção, Mestrado: Gestão/MBA, ISEG, 1997
- LOPES, David Manuel Revez, A Arquitectura Industrial em Portugal no século XX, Para o (re)conhecimento das Adegas Cooperativas da Junta Nacional do Vinho, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Universidade de Évora, Departamento de Arquitetura, 2012
- LOUREIRO, Virgílio Correia e Miguel, Américo C., Planificação de uma rede de Adegas Cooperativas para a Região Demarcada dos Vinhos do Dão, Federação dos Vinicultores do Dão, Viseu, 1956
- MARQUES, Helder e Fernandes, Mário Gonçalves, Cartografar para compreender: a viticultura portuguesa, da difusão da filoxera à estruturação da rede das adegas cooperativas pela Junta Nacional do Vinho, III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, novembro 2009, Ouro Preto, Brasil
- MIGUEL, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de, Solução cooperativa do problema da armazenagem de vinhos, Anais da Junta Nacional do Vinho, Vol. IV, Lisboa, 1952
- MIGUEL, Américo C. e Oliveira, Rogério V. de, Planificação de uma Rede de Adegas Cooperativas na área da jurisdição da Junta Nacional do Vinho, Anais da Junta Nacional do Vinho, Vol. IV, Lisboa, 1952
- PAULO, José António Vicente, Impacto da Adesão de Portugal à União Europeia sobre as Adegas Cooperativas e os Produtores Engarrafadores da Região do Oeste, Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural, ISA, Lisboa 1997
- PENHA GARCIA, José, Oliveira, Mário Morais de e Freitas, António Guedes Barjona de, O problema das Adegas Cooperativas, Anais da Junta Nacional do Vinho, Vol. IV, Lisboa, 1952
- SARMENTO, Veiga, “As Adegas Cooperativas em Portugal”, Vida Rural n.º 99 – 2ª quinzena, novembro 1980
- Vida Rural, n.º 150 – 1ª quinzena de janeiro de 1983 e n.º 168 – 1ª quinzena de outubro de 1983

Os anos da adesão à CEE

PEDRO CASTRO REGO

*Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)
Titular do Comité de Gestão do Vinho de 1986 a 1992*

1. As condicionantes da adesão à CEE

Há acontecimentos que parecem ter acontecido há séculos, mas que quando vamos verificar não são assim tão recuados no tempo. Alguns destes acontecimentos passaram-se há poucas décadas mas parecem ser de outros tempos, tal é a velocidade com que se alteram as regras e os panos de fundo existentes nos dias que correm.

Escrevo este artigo sobre a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE) e os seus impactos no setor vitivinícola ciente de que, por um lado, poucos poderão contar hoje esta história com maior rigor ou pormenor, e, por outro lado, importa reter esta experiência de adesão a um bloco de países como era a CEE, adesão formal essa que se tornou efetiva a 1 de janeiro de 1986.

O conjunto dos Estados-Membros (EM) da CEE detinha características e dinâmicas ímpares neste setor vitivinícola, uma vez que representava, na altura, uma esmagadora percentagem da produção mundial. Tentarei reproduzir da melhor forma que me for possível o ambiente reinante e as circunstâncias gerais deste processo, que considero terem sido muito marcantes para a história recente do nosso país.

Convirá nesta fase referir que a adesão de Portugal à CEE (então com dez Estados-Membros, passando a doze com a adesão simultânea da Espanha) se deu de forma não muito gradual. Portugal tinha vivido muitos anos fechado sobre si próprio, com hábitos pouco virados para os mercados, pelo que existia fundamentado receio sobre os efeitos da sua abertura, sabendo-se que seriam necessários os avultados apoios que preparariam a nossa agricultura para o forte impacto que viria a sofrer. Estes apoios criaram enormes expectativas em todo o tecido agrícola e naturalmente neste setor vitivinícola, reconhecida-mente já então dos mais dinâmicos e mais virados para o mercado externo.

Igual expectativa existia noutros setores de atividade, e a CEE e os seus apoios eram olhados como a panaceia de muitos dos males de que se sofria. Note-se ainda que a nossa adesão em simultâneo com a da Espanha, um facto que não foi suficientemente frisado na altura, nos condicionou bastante nas negociações com a CEE. Se Portugal não incomodava muito os parceiros europeus com as suas produções agrícolas, de um modo geral, não afetando os equilíbrios setoriais nem o orçamento europeu, já com a Espanha a situação era diferente, sendo evidente o cuidado com que este novo EM era tratado. Muitas vezes, as regras para Portugal tiveram de sofrer pela

similitude existente com as de Espanha, embora sempre tenha sido referido no processo de adesão a especificidade da agricultura portuguesa, argumento usado à exaustão.

Este assunto, sendo politicamente sensível não foi tão referido nas avaliações posteriores à adesão como me parece que deveria ter sido, mas a verdade é que Portugal e Espanha estavam unidos para todos os efeitos na aventura europeia. Como exemplo, poderei aqui citar a zonagem vitícola, que afeta o grau mínimo natural e os limites de enriquecimento permitidos, processo que foi conduzido inicialmente para Espanha, ficando Portugal imediatamente condicionado na sua posterior negociação.

No setor vitivinícola, a presença da Espanha ao nosso lado com todo o seu potencial, bem mais de um milhão de hectares de vinha, um gigante em área vitícola e, na altura, um potencial futuro gigante em produção de vinho, bastando para tal subir as produtividades, causava clara preocupação aos outros Estados-Membros, uns preocupados com a concorrência dos vinhos espanhóis e outros com o orçamento europeu, facto que sempre nos condicionou. Sendo o nosso vizinho um dos maiores produtores de vinho do mundo, e com a maior superfície de vinha mundial, quase cinco vezes superiores à nossa, uma parte da qual bem perto da nossa fronteira, a nossa ligação é inevitável, sendo reforçada segundo as circunstâncias.

Embora tenhamos nos dois países ibéricos produtos em geral distintos, era evidente que aos olhos das instâncias europeias e dos outros EM produtores havia de certa forma um tratamento interligado. De igual modo, alguns desafios novos eram trazidos em comum pelos dois países para a discussão no seio dos doze.

Como exemplo, refira-se que o peso dos vinhos licorosos, até então uma realidade com uma expressão algo limitada, aumentou abruptamente, obrigando desde logo a um tratamento distinto do existente, com o estabelecimento em regulamento próprio da definição de vinho licoroso, e até a definição de critérios novos nas próprias estatísticas setoriais para

acomodar estes novos produtos, bem como a alteração da data do começo da campanha vitivinícola, até então no dia 1 de setembro, passando uns anos depois para 1 de agosto.

Esta última alteração foi importante, dado que não se poderia vindimar antes da referida data de começo da campanha, o que acontecia já com frequência nos países ibéricos, tendência essa que se viria a acentuar nos dias que correm, em que até esta segunda data é antecipada nalguns casos. Estes são meros exemplos do anteriormente afirmado, podendo muitos mais ser apresentados para mostrar que os desafios da adesão se colocavam, embora de forma desigual, aos dois novos Estados-Membros, que se encontram fortemente interligados neste setor.

2. Organização interna e primeiras reuniões

No âmbito do então Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura (cujo Diretor-Geral era o Eng.º Armando Sevinate Pinto) tinham sido constituídos grupos de trabalho setoriais com dois técnicos, exceto o Grupo do Vinho para o qual foram nomeados três técnicos: eu próprio, o Eng.º Caetano Nunes e o Eng.º Marcílio Gomes dos Santos. Não posso deixar de lembrar nesta ocasião estes colegas que já desapareceram e com quem muito aprendi, começando eu por ser um simples elo de ligação às instâncias europeias até, alguns meses depois, me ter integrado nos processos de decisão europeus, numa aprendizagem no terreno de batalha por vezes bem penosa. Mas o espírito reinante entre os técnicos do Ministério era de grande solidariedade e esforço para uma aprendizagem comum no sentido de desbravar estes novos caminhos.

Não resisto a partilhar a minha participação inicial num Grupo do Conselho, enquanto primeiro representante numa reunião no âmbito da agricultura após a efetivação da adesão de Portugal. Não se sabendo então se ainda teríamos estatuto de observador ou já de Estado-Membro, fui nessa reunião surpreendido com os discursos de boas-vindas à CEE por parte da Presidência do Conselho e da Comissão Europeia. Tendo a Espanha aproveitado para agrade-

cer e manifestar algumas das suas intenções futuras, o que nos recomendava intervenção semelhante, tentei fazer o mesmo, mas fui confrontado com a inexistência de tradução de português. Naturalmente, acabei por apresentar tais declarações com algum improviso em francês, mas duvido que seja uma peça de que alguém se possa orgulhar...

Em termos sintéticos, os Atos de Adesão à CEE, depois transpostos por decreto, fixavam para o setor do vinho o regime de transição por etapas de cinco anos. Na primeira etapa, só aplicaríamos a política de estruturas e na segunda iríamos, para além desta, aplicando gradualmente a política de mercados. Na realidade, estes calendários viriam a ser encurtados, e alguns dos nossos receios com a abertura dos mercados foram ultrapassados, até num período mais curto do que o inicialmente previsto.

Convém lembrar ainda as discussões havidas sobre a melhor estrutura interna para dar cabal resposta aos desafios comunitários, tendo o próprio Gabinete de Planeamento (GP) sofrido ajustamentos numa primeira fase, que dariam depois lugar ao Secretariado Agrícola para as Relações Europeias (SARE), uma estrutura reduzida mas com grande capacidade decisória.

O GP integrou a Direção-Geral de Agricultura, numa solução transitória que continuaria a evoluir ao longo do tempo, refletindo a importância e a dificuldade em acompanhar de forma célere os processos de decisão europeus. De qualquer forma, tendo sido estabelecidos os titulares dos Comitês de Gestão setoriais, ficavam estes igualmente com alguma responsabilidade no processo decisório. Coubem-me essa incumbência para os Comitês do Vinho e das Bebidas Espirituosas, por isso durante aquele período mantive a possibilidade de seguir esses processos de decisão, embora tenha passado por quatro organismos do Ministério.

3. Principais discussões técnicas

Como se verá a seguir, as alterações provocadas por este processo de adesão tiveram enorme impacto interno na estrutura do setor vitivinícola, começando

pela sua organização de cúpula, a Junta Nacional do Vinho (JNV).

O artigo 333.º dos Atos de Adesão, contendo os objetivos específicos para o setor vitivinícola, depois transposto para o direito interno por decreto, tinha na sua primeira alínea o seguinte: *“Extinção da Junta Nacional do Vinho (JNV), enquanto organismo do Estado, no final da primeira etapa e adaptação dos outros organismos públicos do sector do vinho durante a primeira etapa, bem como liberalização do comércio interno, das importações e das exportações e transferência das actividades controladas pelo Estado em matéria de armazenagem e de destilação em favor dos produtores e das associações de produtores”*.

O edifício de base corporativa que tinha como base a JNV teria assim de ser desmantelado, passando o Estado a ser não um executor de medidas de equilíbrio do mercado, como até então, quando tratava ele próprio de armazenar e destilar vinhos, com uma estrutura de mais de mil funcionários. Estas funções passavam para a esfera privada, tornando-se o Estado, através de novo figurino institucional centrado no Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), o garante do respeito pelo cumprimento das normas europeias, nomeadamente pela aplicação da Organização Comum de Mercado (OCM) do Vinho, fixando o normativo nacional complementar ao europeu e controlando os operadores deste setor.

Esta transição foi na realidade sendo feita ao longo do tempo, com as sucessivas alterações operadas na JNV, que a levaram de um quadro com a dimensão já referida, excessiva para as novas funções que o IVV viria a desempenhar, para um quadro bastante reduzido de coordenação global deste setor. A assimilação das novas formas de assegurar as suas competências foi-se fazendo ao longo das duas etapas da adesão, não se colocando qualquer problema de vulto quando se decidiu antecipar o calendário inicialmente previsto, reduzindo o período de transição.

A título de curiosidade, lembrarei aqui que a primeira campanha institucional a favor do consumo mode-

rado de vinho, sob o lema “Saber beber, saber viver”, foi lançada pelo IVV no começo da década de 1990, revelando já então preocupações com temas novos e muito atuais ainda nos dias de hoje.

Não irei abordar todos os artigos ou objetivos destes Atos de Adesão relativos à vinha e ao vinho, mas somente fazer algumas considerações sobre alguns deles, pela sua importância na altura ou pelo que significaram ou significam ainda hoje sobre as mudanças na forma como se olha para os problemas do setor.

A realização do objetivo seguinte, a *“Instauração progressiva do regime e da fiscalização das plantações, semelhante aos da Comunidade, que permita uma efectiva disciplina de plantação”*, não foi complicada, já que Portugal tinha um condicionamento da cultura da vinha desde os anos 30 do século XX. Além disso, tinha sido publicado, ainda antes da data da adesão, um novo diploma estabelecendo a possibilidade de se comunicarem as respetivas parcelas de vinha, de forma a recensear todo o potencial vitícola para além das licenças de plantação existentes, através da chamada Ficha de Viticultor.

Um outro objetivo, a *“Realização de um projeto de ampelografia (classificação das castas de videira) e de sinonímia (equivalência entre os nomes de castas de videira em Portugal, por um lado, e, por outro, equivalência entre nomes portugueses e nomes utilizados na Comunidade, na sua composição actual), antecedendo a organização de um sistema de inquéritos estatísticos sobre as superfícies vitícolas, na aceção da regulamentação comunitária, e a realização de trabalhos específicos de cadastro vitícola”* foi bastante trabalhado e desenvolvido, servindo de suporte a diversas iniciativas e trabalhos de ampelografia. Foi feito na ocasião um levantamento de todas as castas existentes no país e respetivos sinónimos, listagem essa comunicada à CEE e objeto de inclusão em regulamento próprio, mais tarde por diversas vezes ajustado. Neste processo, a listagem de castas foi reduzida de forma significativa, de perto de quinhentas castas para pouco mais de metade atualmente.

Um dos objetivos seguintes, a *“Criação de um serviço de informação dos mercados agrícolas, implicando, nomeadamente, o levantamento dos preços e uma análise estatística regular”* era fundamental para o bom funcionamento da OCM do vinho. Com a sua integração posterior numa OCM única, tal objetivo perderia importância, embora permanecendo útil para acompanhamento do mercado e das relações ao longo da cadeia, uma grande preocupação dos dias de hoje.

Já o objetivo relativo à *“Proibição da irrigação dos vinhedos de uva de vinho, bem como de qualquer nova plantação em superfícies irrigadas”* demonstra bem o que referi anteriormente sobre os grandes cuidados que foram tidos, a nível europeu, relativamente ao aumento das produtividades em Portugal, por arrastamento desta preocupação no que dizia respeito a Espanha. Os dois países Ibéricos tinham na altura da adesão produtividades muito baixas, da ordem dos 30 hl/ha e aumentos significativos poderiam pôr em causa o orçamento europeu no que dizia respeito à OCM do vinho, contribuindo para os excedentes então existentes.

Hoje, creio que esta condicionante poderá ser vista com alguma estranheza, uma vez que o contrário é que faria talvez sentido, por motivos tanto qualitativos como de sustentabilidade económica das explorações: em situações normais, deveria ser autorizada a instalação de vinha com suporte de rega, o que ainda é reforçado pelas preocupações decorrentes das alterações climáticas. Verdade seja dita, este objetivo seria posteriormente substituído por uma necessidade de autorização caso a caso de todas as vinhas com recurso a rega, o que poderá ter mitigado um pouco o seu impacto negativo.

Portugal tinha ainda como objetivo específico a *“Execução, no âmbito do regime das plantações, do plano de reestruturação e de reconversão dos vinhedos portugueses que corresponda aos objectivos da política comum em matéria vitivinícola”*. Tal objetivo materializou-se no Regulamento 2239/86, que instituiu duas componentes distintas: a da reestruturação da vinha, e a do abandono definitivo.

Por motivos de política agrícola global, era esta última a mais aguardada na sua fase inicial, embora tenha sido a componente da reestruturação a primeira medida deste género a ser aplicada com grande sucesso. Acabou por ser a ajuda que, com sucessivas adaptações e ajustamentos, teve maior longevidade, vigorando ainda hoje sob um regime bem distinto. Ficou claramente demonstrada a sua enorme importância para a nossa viticultura que, na ocasião, tinha uma percentagem maioritária de vinhas envelhecidas bastante para lá do limiar da plena produção.

Referirei ainda brevemente algumas medidas que não tiveram consequências práticas, mas que deixam seguramente a quem as ler hoje algumas interrogações sobre o que as poderá ter motivado. Por exemplo, Portugal teria de tomar medidas para *“evitar, durante a primeira etapa, a extensão da superfície de vinha que produza vinho com um teor alcoólico natural inferior ou igual a 7% vol”* (artigo 334.^o), o que é certamente curioso nos dias de hoje.

Por outro lado, tivemos de *“tomar as medidas adequadas para que durante a primeira etapa o teor em anidrido sulfuroso baixe progressivamente para os níveis comunitários, a fim de estes serem integralmente respeitados a partir do início da segunda etapa”* (artigo 335.^o). Na verdade, os nossos níveis anteriores à adesão eram mais elevados, o que significava eventualmente algum atraso tecnológico.

A este propósito, convirá lembrar o primeiro programa a que Portugal teve acesso para melhoria das estruturas de transformação (Regulamento 355/77), que permitiu uma melhoria muito significativa das condições de funcionamento de grande número das adegas nacionais.

O encurtamento do período de adesão que já referi acabou por ser pacífico, não tendo havido perturbações de maior daí decorrentes. Todas as regras ligadas a preços foram antecipadas sem qualquer problema de maior conhecido, e as dificuldades potenciais nos mercados que levaram a prever, nestes objetivos específicos, alguns mecanismos de proteção através de preços nunca se fizeram sentir,

pelo que esses mecanismos não precisaram de ser ativados.

4. Conclusões

Parece evidente que este período, no final dos anos 80 e começo dos anos 90 do século passado foi de uma enorme mudança no setor, motivada pela adesão à CEE. As estruturas institucionais alteraram-se, e as mentalidades tiveram de se virar para formas de funcionamento mais modernas. Portugal aproveitou para estruturar de forma distinta e mais dinâmica o setor do vinho, subsistindo até hoje o modelo desenhado nessa altura.

Desde o aparecimento de muitas novas Denominações de Origem à regulamentação dos vinhos regionais e transferência de competências para a sua certificação, com o resultado estruturante para o país trazido pelas Comissões Vitivinícolas Regionais (CVR) que então se formaram, tudo foi objeto de discussão e definição nesse período. Como em qualquer outro projeto, o financiamento desta operação era uma peça fundamental e foi encontrado, na altura, com base num sistema de três taxas, cada uma das quais assegurando uma função distinta. Este sistema foi mais tarde objeto de algumas revisões pontuais, num dos casos motivada por um processo de contencioso europeu.

A primeira transferência de taxas de certificação de vinhos regionais, com protocolo assinado entre o IVV e a Comissão Vitivinícola Regional Alentejana, homologado pela tutela posteriormente, foi objeto de grandes discussões e até clivagens internas, sendo hoje este modelo de certificação de vinhos pelas CVR o que subsiste, embora ao abrigo de quadro legal distinto e com alterações relativamente ao inicial.

Assim, a primeira conclusão que tiraria, olhando para o que era o setor vitivinícola na altura e o que existe nos tempos que correm, é que a adesão à CEE permitiu uma modernização muito acelerada.

Hoje em dia, os vinhos de Portugal concorrem em mercado aberto em todo o mundo, com as suas características próprias, especificidades e também

dificuldades. Prova disto será a distribuição apresentada em Separata a esta revista no que se refere aos principais destinos de exportação, entre os quais encontraremos os mais exigentes mercados, e não já meramente o mercado da saudade como na ocasião se temia. Os profissionais do setor e as suas organizações foram determinantes, e o seu papel deve ser salientado, porque conseguiram, apesar das dificuldades que sabemos existirem em Portugal em matéria de associativismo, organizar-se de forma abrangente, embora muitas empresas tenham ficado pelo caminho.

Em segundo lugar, mas não menos importante, refira-se que esta foi a primeira vez em que Portugal deixou de definir a sua política vitivinícola, ficando com uma margem de atuação limitada.

A política vitivinícola passou a ser a constante da OCM do vinho: as regras europeias eram claras e de aplicação direta, mas durante bastante tempo obrigaram a muita pedagogia na sua divulgação. No entanto, Portugal acabou por se adaptar bem a uma OCM que definia com clareza a política vitivinícola, permitindo contudo estratégias de atuação complementares na aplicação interna.

Por outro lado, demonstrámos nas instâncias europeias que não contribuíamos para os elevados excedentes de forma significativa e continuada, tendo de facto excedentes pontuais, mas não conjunturais como outros Estados-Membros.

Assim, fomos conseguindo, mesmo no âmbito da Comissão Europeia, alguns aliados importantes que nos apoiaram em muitas das nossas pretensões. Tivemos mesmo, por vezes, um papel de charneira entre os EM que defendiam cada vez mais orçamento para o setor, destinado a destilações sistemáticas numa altura em que era já evidente não fazerem sentido, e outros EM que queriam pura e simplesmente reduzir o orçamento da OCM.

Numa altura em que a União Europeia se afasta cada vez mais deste modelo existente na altura, caracterizado por uma OCM própria para o vinho que não deixava espaço para verdadeiras políticas setoriais nacionais, natural se torna que este espaço para definição de políticas ou de estratégias nacionais vá aumentando.

Sendo um europeísta convicto, mantenho a visão de necessitar a UE de uma verdadeira Política Agrícola Comum, pelo que receio que paulatinamente venhamos a testemunhar um fenómeno inverso ao que me foi dado assistir e participar de forma ativa, no decorrer da década de 80 com a aplicação de uma OCM do vinho clara, mas tal conduzirá a interessantes futuras discussões, mais abrangentes, sobre os modelos a seguir neste setor. Portugal empenhou-se de tal forma na altura da adesão à CEE que ainda hoje penso que faltam objetivos mobilizadores de toda a sociedade como na ocasião aconteceu.

Aliás, no vinho como no resto, olhar para a história passada e compreendê-la serve sobretudo para equacionar de forma mais alicerçada o futuro.

LEITURAS

CULTIVAR

S.m. Botânica. *QUALQUER VARIEDADE VEGETAL CULTIVADA, SEJA QUAL FOR SUA NATUREZA GENÉTICA.*

A sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo

JOÃO LUÍS BARROSO

Coordenador do Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo

Referência

TÍTULO: Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo (PSVA)

AUTORES: Comissão Vitivinícola Regional Alentejana (CVRA) e Universidade de Évora

WEBSITE: [http://sustentabilidade.vinhosdoalentejo.pt/;](http://sustentabilidade.vinhosdoalentejo.pt/)

<http://sustentabilidade.vinhosdoalentejo.pt/pt/programa-de-sustentabilidade-dos-vinhos-do-alentejo>

ANO DE INÍCIO: 2015

Palavras-chave: produção sustentável, gestão de recursos naturais, boas práticas, viabilidade económica, biodiversidade, qualidade, certificação

O Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo (PSVA) é uma iniciativa da Comissão Vitivinícola Regional Alentejana (CVRA) e foi criado em 2015, depois de muitos anos de estudo e de análise a outros mercados, sendo uma iniciativa pioneira em Portugal e revolucionária do setor.



O PSVA foi criado com o objetivo de trazer a produção sustentável, como um todo, à produção vitivinícola da região do Alentejo, ao trabalhar de forma transversal e integrada a atividade económica, o tecido laboral e social, e a envolvente ambiental. Mais do que benefícios ecológicos,

traz à produção vitivinícola uma visão concertada, que pretende que tanto os mais pequenos como os maiores produtores possam, durante muitos anos, continuar a produzir vinhos de excelente qualidade sem pôr em causa os recursos naturais e a sua viabilidade económica, e influenciando, ainda, a mudança de hábitos de cada um dos colaboradores e respetivas famílias. É, por isso, uma iniciativa transversal e inclusiva que analisa, reflete, promove e implementa as melhores práticas disponíveis, desde o campo às adegas, passando naturalmente por toda a comunidade.

Este programa é vasto e complexo e é constituído por 18 capítulos temáticos distribuídos por 171 critérios de avaliação. No entanto, todos os esforços são acompanhados diariamente por uma equipa da CVRA, que trabalha em colaboração direta com os produtores para os auxiliar na mudança efetiva de processos, hábitos e inclusive crenças.

No campo, promove-se a boa gestão dos solos, a redução no uso de fitofármacos, a utilização de organismos auxiliares, a preservação dos ecossistemas e da biodiversidade, a conservação e restauro das linhas de água, o recurso aos modos de produção integrada e biológica. Na adegas, a eficiência energética e o uso racional de água são prioritários, mas também o é a redução dos resíduos produzidos. Promove-se, igualmente, a desmaterialização de processos e o uso de produtos mais verdes, como rolhas de cortiça, barricas e outros materiais de florestas certificadas.

É, ainda, encorajada a formação dos colaboradores para que eles percebam que a sustentabilidade vai muito além da vinha ou da adega, acompanhando-os quando voltam para junto das suas famílias. Ao



Fonte: CVRA

nível social trabalhamos, igualmente, questões sinérgicas entre as adegas e as comunidades envolvidas, e o papel preponderante desta agroindústria na socio-economia regional.

Assim, são diversos os benefícios impulsionados pelo PSVA. Desde logo, a implementação de planos de monitorização de água e luz que permitem, em média, uma redução dos consumos de cerca de 20% de água e de 30% de luz, facto que significa, para além de uma poupança de recursos, poupanças financeiras consideráveis para os produtores. De ressaltar que 43% dos nossos membros já implementaram planos de gestão de rega, o que lhes permite um uso de água muito mais eficiente, e 62% monitorizam o consumo de água. Estamos, também,

a aumentar as taxas de reciclagem e a promover a economia circular, com 38% dos nossos membros a converterem os resíduos orgânicos em adubo para aplicação como fertilizante no campo. Ao nível dos colaboradores, 33% dos nossos membros criaram um grupo dedicado à implementação de práticas mais sustentáveis nas suas empresas. Já no que diz respeito à relação entre o litro de água e o litro de vinho, temos produtores que já atingiram valores de poupança impressionantes, estando nos 1,2l de água por 1l de vinho, enquanto outros, que quando iniciaram o seu envolvimento com o PSVA estavam nos 14l, aproximadamente, hoje, seis anos depois, já conseguiram reduzir para 5l por 1l de vinho.

O uso de ovelhas, gansos e galinhas na vinha para combater pragas de plantas e animais, respetiva-



Fonte: CVRA

mente, também ajuda a combater as alterações climáticas e a diminuir a pegada ecológica da produção, uma vez que reduz o uso de herbicidas e pesticidas, que são frequentemente produtos à base de hidrocarbonetos.

Esta iniciativa da CVRA é de adesão gratuita, sendo igualmente gratuito todo o material providenciado. Todo o auxílio na implementação no terreno, consultoria, formação, visitas de estudo entre membros do programa (para observação de boas práticas) são também gratuitas. Começamos a organizar sessões de trabalho sobre temas específicos (por exemplo: gestão de água de rega, eficiência energética na adega, etc.), para as quais convidamos alguns dos nossos produtores membros a partilharem na pri-

meira pessoa as suas experiências, os benefícios, as barreiras, os investimentos, os retornos de investimento, etc. Até 2021, já tivemos mais de 600 participantes nestas sessões. Estas e outras iniciativas, tais como visitas de estudo (mais de 300 participantes) a membros convidados, sessões de formação em sala sobre sustentabilidade (mais de 400 formandos), gestão de água, energia e resíduos, têm progressivamente conquistado novos membros para o PSVA. Igualmente, foram estabelecidas parcerias com várias instituições de I&D e outras partes interessadas, e temos uma ponte construída entre a investigação e a indústria.

Já em 2020, cinco anos após o lançamento do programa, iniciámos a atribuição de certificados de produção sustentável, um selo inédito no setor, que é atribuído aos produtores que cumpram com um conjunto de requisitos mínimos para a elegibilidade à certificação.

Este selo é atribuído juntamente com quatro Organismos Certificadores (Bureau Veritas, Certis, Kiwa Sativa e SGS) e deu início a uma nova era no setor vitivinícola nacional. A atribuição deste selo aos produtores elegíveis foi um passo histórico para o Alentejo e para o país, não só porque contribuimos para o reconhecimento de que é possível ser mais sustentável, mas também porque projeta a imagem dos nossos vinhos nos mercados internacionais



tejo e para o país, não só porque contribuimos para o reconhecimento de que é possível ser mais sustentável, mas também porque projeta a imagem dos nossos vinhos nos mercados internacionais

estratégicos que valorizam, e muito, as boas práticas de sustentabilidade.

Salienta-se, no entanto, que encontrar este selo numa garrafa de Vinhos do Alentejo não indica que o vinho enquanto produto é “sustentável”, mas sim que o processo de produção desse vinho é o mais sustentável possível.

Num contexto nacional, este programa é, de facto, único, inovador e pioneiro, sendo talvez o seu fator mais distintivo o facto de, ao contrário do Modo de Produção Integrada ou Biológico, não se circunscre-

ver à atribuição de uma certificação de um produto, mas antes se tratar de um percurso longo e moroso que avalia, pensa, conhece todas as fases e processos de produção, repensando-as e reinventando-as para promover práticas diferentes, mais adaptadas à realidade dos produtores e do Alentejo, de modo a revolucionar a produção de vinho desde a plantação da videira à venda das garrafas. Acresce que o PSVA tem a pretensão e o propósito de unir toda a região, dando ferramentas a todos e cada um dos seus produtores para que possam dizer orgulhosamente que produzem de um modo que respeita mais a natureza, as pessoas e que é mais viável economicamente.

Esta é uma iniciativa complexa, cujo trabalho dura há já seis anos e que tem vindo a fazer mudanças profundas na forma de produzir vinho no Alentejo. Salientamos também que a certificação não é o objetivo principal, surgindo antes como um passo que é natural, no fim da linha, como uma forma de dar aos produtores a possibilidade de ostentarem uma garantia credível, perante os consumidores e os mercados estratégicos, de uma produção que é, com toda a certeza, mais sustentável.

A sustentabilidade assenta que nem uma luva na adaptação a uma nova realidade como a que vivemos por estes dias, contribuindo para a melhoria do desempenho, a otimização de processos, o aumento da eficiência e a redução de custos operacionais, tão importantes neste período difícil que atravessamos.

Nunca é demais recordar que as melhores práticas para o campo afetam diretamente a qualidade da



Fonte: CVRA

uva produzida. Efetivamente, ao promover a redução do uso de pesticidas ou herbicidas, a recuperação do solo, os enrelvamentos, a gestão de serviços dos ecossistemas, a retenção de água, a qualidade do ar, estamos a ter um impacto direto na qualidade da uva produzida, o que, por sua vez, irá promover um vinho de melhor qualidade. Além disso, aumentando as eficiências em relação aos processos da adega, estamos a contribuir para poupanças económicas

que podem ser usadas para investir em melhores equipamentos, em mais tecnologia e em maior qualidade de produção para oferecer o melhor produto possível aos consumidores.

Por isso, acreditamos que a maior oportunidade que os produtores vitivinícolas encontram é mesmo a sustentabilidade!

Prevenção do consumo nocivo de álcool: políticas públicas e possíveis impactos na indústria

FRANCISCA MARÇAL SANTOS

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Referência

TÍTULO: *Preventing Harmful Alcohol Use*, OECD Health Policy Studies

AUTOR: OECD

EDITOR: OECD Publishing, Paris

TIPO DE DOCUMENTO: Estudo

LOCALIZAÇÃO DO DOCUMENTO: https://read.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/preventing-harmful-alcohol-use_6e4b4ffb-en#page1

IDIOMA: Inglês

NÚMERO DE PÁGINAS: 340

ANO DA EDIÇÃO: 2021

Palavras-chave: álcool; consumo nocivo; saúde pública; políticas públicas; impactos na indústria

a Saúde (GISAH) da Organização Mundial de Saúde (OMS).

1. Síntese do estudo

Entre 2018 e 2020, o Comité de Saúde da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) desenvolveu um estudo, ora publicado, sobre o consumo nocivo de álcool. Este estudo cobre 52 países¹, tomando por base os dados fornecidos pelo Sistema Global de Informação sobre o Álcool e

O relatório resultante do estudo destaca o antagonismo que caracteriza o álcool: se, por um lado, a sua produção e comércio têm um papel de relevo na economia de vários países, podendo igualmente ser uma fonte de prazer individual e de diversão social, por outro lado, o seu consumo excessivo tem consequências dramáticas na nossa sociedade, sendo causa de graves problemas na esfera familiar, de

¹ Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Bulgária, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Croácia, Chipre, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Índia, Indonésia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Coreia, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Peru, Polónia, Portugal, Romênia, Federação Russa, Arábia Saudita, Eslováquia, República Eslovênia, África do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos.

mortalidade prematura, bem como de muitas outras doenças não transmissíveis (DNT) tais como lesões, cancro ou cirrose hepática.

Pelos motivos supra expostos, o combate ao consumo excessivo de álcool deve continuar a ser uma preocupação dos governos, sendo necessário a implementação e/ou reforço das políticas públicas existentes, o que requer, necessariamente, contrapartidas (*trade-offs*).

2. Caracterização do consumo de álcool nos países abrangidos pelo estudo

2.1. Tipos de bebidas

Conforme se demonstra no gráfico 1, a maior percentagem de álcool puro consumido nos países da OCDE é ingerida na forma de cerveja (42%), seguindo-se o vinho (29%), as bebidas espirituosas (23%) e, finalmente, outras bebidas alcoólicas (6%). Esta média não diverge muito da UE e do Grupo dos 20 (G20).

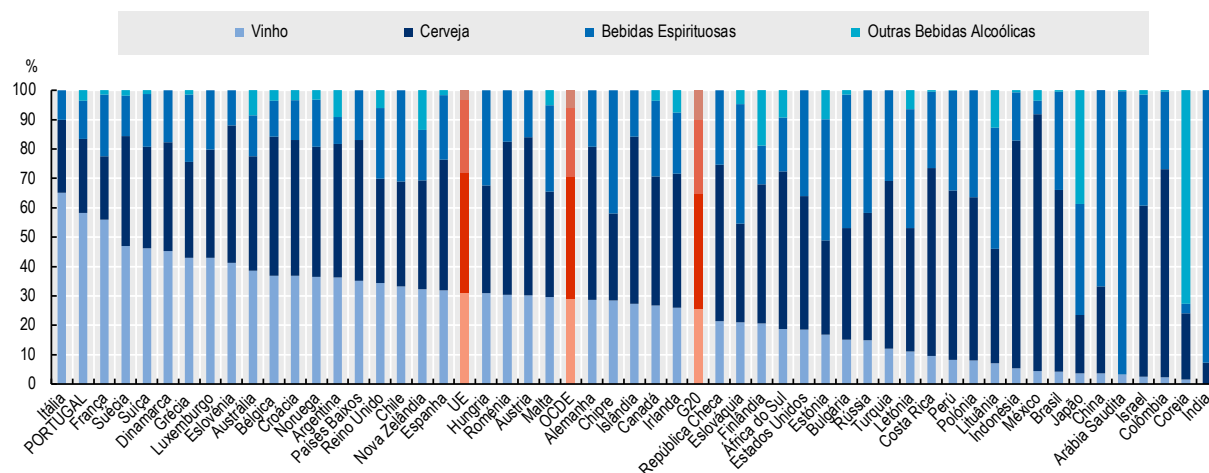
-se uma relação entre estes resultados e o facto de estes três países serem grandes produtores de vinho.

O gráfico mostra ainda que, em Portugal, 25% do álcool puro ingerido é consumido através de cerveja, 13% através de bebidas espirituosas e 4% através de outras bebidas alcoólicas. Assim, o consumo de álcool puro através de vinho em Portugal é significativamente superior à média da UE, da OCDE e do G20.

2.2. Variações na quantidade de álcool consumida

Entre 2010 e 2018, o consumo de álcool *per capita*, em média, diminuiu ligeiramente nos países da OCDE, tendo decrescido 0,17 litros, entre 2010 e 2018 (de 10,18 litros para 10,01 litros). Já nos países da UE verificou-se uma diminuição de 0,2 litros e nos países do G20, a diminuição foi de 0,37 litros. Apesar de esta tendência de diminuição não se ter verificado em todos os países, conforme se comprova mediante a análise do gráfico 2, durante o período entre 2010 e 2018, Portugal acompanhou o movimento de des-

Gráfico 1 – Consumo de álcool puro por tipo de bebida (%), 2018

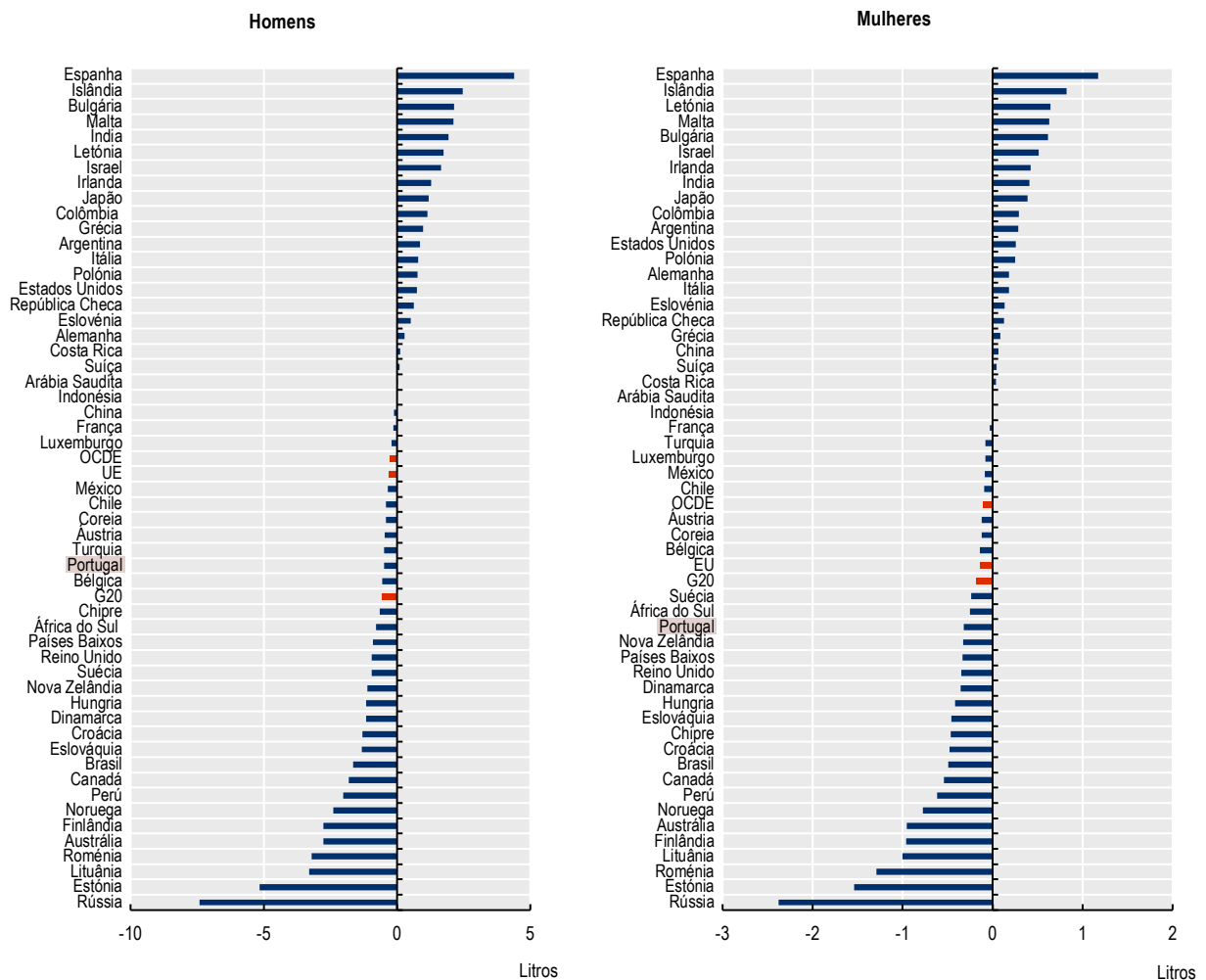


Há, no entanto, um conjunto de países onde se verifica que o consumo de álcool puro em forma de vinho é superior ao de cerveja (Itália, Portugal, França, Suécia, Suíça, Dinamarca, Grécia, Luxemburgo). Itália encontra-se na dianteira, representando o consumo de vinho 65% do total de álcool ingerido. Segue-se Portugal (58%) e França (56%), podendo estabelecer-

se no consumo de álcool, tendo-se constatado uma diminuição de 0,49 litros no que respeita ao sexo masculino e um decréscimo de 0,32 no que respeita às mulheres.

Todavia, a pandemia da COVID-19 fez vacilar esta propensão para a redução da ingestão de álcool,

Gráfico 2 – Alterações no consumo de álcool ao longo do tempo – Variação no consumo total per capita (15+) entre 2010 e 2018 (em litros de álcool puro)



tendo provocado um aumento do número de pessoas a consumir mais álcool e com mais frequência, comparativamente com aquelas para as quais houve uma redução. Em países como a Alemanha, o Reino Unido ou os Estados Unidos a venda de álcool aumentou 3,5% entre 2019 e 2020. Naturalmente, os locais habituais de consumo de álcool também sofreram alterações: verificou-se uma descida muito acentuada do consumo de álcool nos bares e restaurantes, devido aos confinamentos a que se assistiu um pouco por todo o mundo, e um aumento exponencial da venda de álcool *online* e no comércio a retalho. Apesar de ainda ser demasiado cedo para compreender os efeitos que a COVID-19 terá provocado no consumo de álcool a longo prazo, certo é que as alterações na forma de consumo de álcool

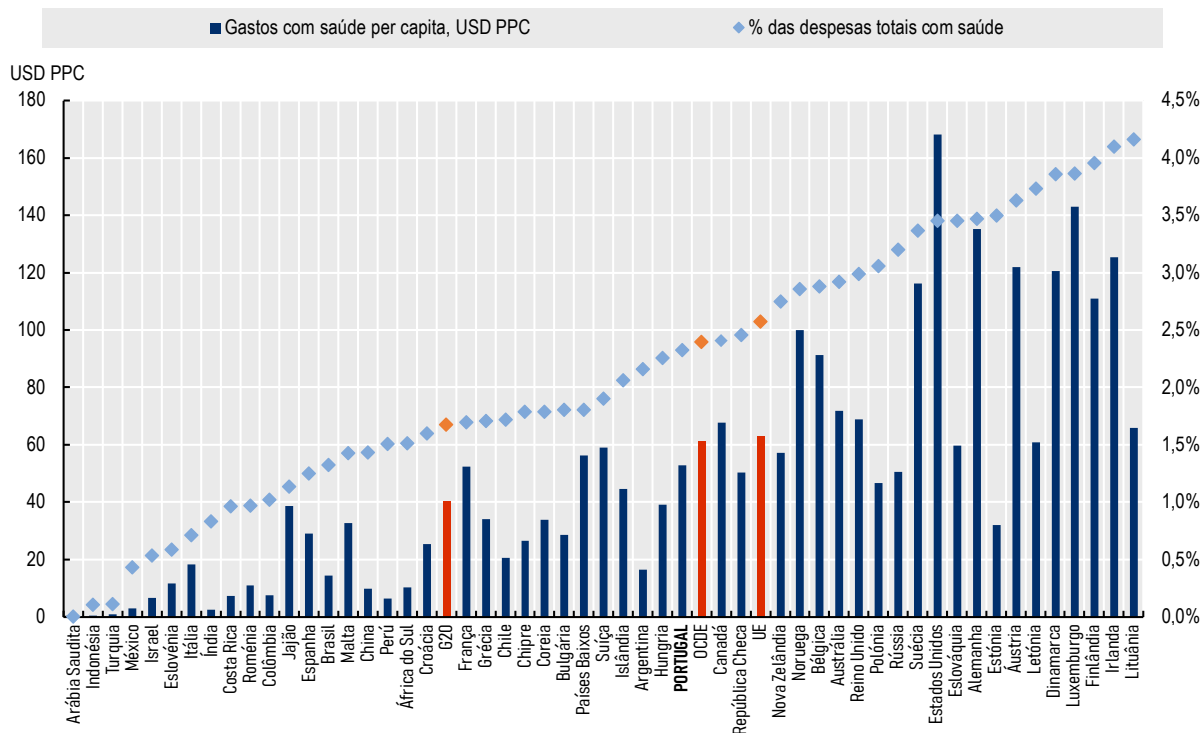
evidenciaram os problemas que o consumo excessivo de álcool trazem à esfera familiar.

3. Porque é o consumo excessivo de álcool um problema de saúde pública?

O consumo excessivo de álcool traz inúmeras consequências nefastas à sociedade, sendo uma clara ameaça à saúde pública por variados motivos.

Em primeiro lugar, o consumo de álcool em excesso é a causa de mais de 200 de lesões ou DNT como alguns tipos de cancro, doenças cardiovasculares, cirroses hepáticas, depressões ou dependência do álcool, o que reduz a qualidade de vida dos indivíduos afetados bem como a sua esperança de vida.

Gráfico 3 – Impacto de doenças relacionadas com o álcool nos gastos com saúde - Gastos anuais com saúde devido a doenças causadas pelo consumo de álcool acima do limite de 1 / 1,5 bebidas por dia, em USD PPC per capita e percentagem desses gastos comparativamente com as despesas totais com saúde anualmente, média 2020-50



Este estudo demonstra também que o consumo excessivo de álcool representa uma série de ameaças às economias dos países, sobrecarregando fortemente os seus sistemas de saúde. No conjunto dos 52 países avaliados neste estudo são gastos, por ano, 138 mil milhões de dólares (USD) em paridade de poder de compra (PPC) em cuidados de saúde associados ao consumo de, no caso das mulheres, uma bebida (equivalente a 12 gramas de álcool puro) por dia e, no caso dos homens, de uma bebida e meia (equivalente a 18 gramas de álcool puro) por dia. Em termos percentuais, nos países da OCDE, estima-se que 2,4% dos gastos totais com a saúde sejam dedicados ao tratamento de doenças causadas pelo álcool, conforme se poderá aferir mediante a análise do gráfico 3.

A estas circunstâncias acresce o facto de as doenças provocadas pelo consumo excessivo de álcool afetarem negativamente a produtividade da força de trabalho uma vez que, não só os indivíduos com

doenças crónicas têm uma menor probabilidade de conseguir emprego, como também, caso estejam empregados, têm maior probabilidade de faltar ao trabalho ou de ser menos produtivos.

Adicionalmente, o consumo de álcool poderá afetar negativamente terceiros ao ser, por exemplo, causa de acidentes de viação, ao contribuir para lesões decorrentes de violência ou, no caso do consumo de álcool durante a gravidez, ao poder provocar distúrbios do espectro da síndrome fetal alcoólica no bebé.

Por outro lado, está igualmente comprovado que crianças que já se embriagaram e que começaram a consumir bebidas alcoólicas desde muito cedo, têm menor probabilidade de apresentar bons resultados na escola o que, por seu turno, reduz o nível de capital humano no futuro. Todos os fatores supra expostos contribuem para a redução do bem-estar social, afetando negativamente a economia dos Estados e, consequentemente, a economia global.

4. Políticas públicas para reduzir o consumo excessivo de álcool

Em 2010, os Estados-Membros da OMS, reconhecendo que o consumo excessivo de álcool é uma das principais prioridades de saúde pública, acordaram uma estratégia global para reduzir o uso nocivo de álcool. Nesse âmbito, foram delineadas dez áreas de intervenção de forma a auxiliar os legisladores de cada um dos Estados a desenvolver uma resposta holística e eficaz ao problema em apreço: (1) Liderança, Consciencialização e Compromisso; (2) Resposta dos Serviços de Saúde; (3) Ação Comunitária; (4) Políticas contra a Condução sob o Efeito de Álcool; (5) Disponibilidade de Álcool; (6) Marketing de Bebidas Alcoólicas; (7) Políticas de Preços; (8) Redução das Consequências Negativas do Consumo e da Intoxicação com Álcool; (9) Redução do Impacto na Saúde Pública do Álcool Ilícito e do Produzido Informalmente; (10) Monitorização e Vigilância. Estas áreas de intervenção serviram para identificar posteriormente recomendações específicas inseridas no Plano de Ação Global da OMS para a Prevenção e Controlo de DNT 2013-2020, onde se incluiu o objetivo de reduzir o uso nocivo de álcool em 10%.

Atualmente, as políticas públicas para a redução do consumo nocivo de álcool podem ser agrupadas em seis categorias: (1) *Preços do álcool*, o que poderá incluir a cobrança de impostos ou a exigência de um preço mínimo unitário; (2) *Disponibilidade de álcool*, que engloba a imposição de restrições de horários de venda e de pontos de venda, bem como a exigência de uma idade mínima legal para a compra de bebidas alcoólicas; (3) *Marketing de álcool*, abrangendo restrições à publicidade e ao patrocínio desportivo; (4) *Restrições à condução sob efeito do álcool*, mediante a aplicação de limites de alcoolemia, pontos de controlo de sobriedade, aplicação de coimas a quem desrespeite os limites legalmente estabelecidos e/ou instalação de bloqueios de ignição; (5) *Despistagem e breves intervenções*, o que poderá ajudar a prevenir doenças associadas ao consumo de álcool, abarcando apoio psicossocial e farmacoterapia; (6) *Informação ao consumidor*, que poderá compreender rótulos de advertência, cam-

panhas de sensibilização nos meios de comunicação ou programas escolares preventivos.

A aplicação de impostos tem sido a política mais comumente utilizada, sendo que 84% dos países da OCDE tributam todas as bebidas alcoólicas (vinho, cerveja e bebidas espirituosas). Apenas 16% dos países, onde se inclui Portugal, tributa exclusivamente cerveja e bebidas espirituosas. Todavia, somente 27% dos países da OCDE faz um ajuste periódico dos impostos de acordo com a inflação (não é o caso de Portugal), o que se identifica como sendo um fator que contribui para o aumento da acessibilidade do álcool. Por outro lado, apesar de ser considerada uma política eficaz no controlo do consumo nocivo de álcool, a aplicação de restrições à disponibilidade de álcool como, por exemplo, a proibição de venda em determinados horários é aplicada em apenas 43% dos países da OCDE. Já a restrição dos dias de venda e a limitação da densidade dos pontos de venda são ainda mais incomuns. No que toca às restrições publicitárias, os países da OCDE, no geral, aplicam restrições aos meios de comunicação tradicionais como a televisão, a imprensa e a rádio. No entanto, outras formas de comunicação digitais tais como redes sociais representam, nos dias de hoje, um grande desafio para os legisladores, uma vez que se encontram em evolução contínua.

Finalmente, o estudo alerta para a necessidade de uma abordagem multissetorial para o combate ao consumo nocivo de álcool, não devendo esta responsabilidade recair somente nos governos. Um claro exemplo de sucesso neste tipo de abordagem é a campanha *Portugal 100% Cool* iniciada em 2002, uma parceria público-privada encabeçada pela Associação Nacional de Empresas de Bebidas Espirituosas (ANEBE) que tem como objetivo encorajar os grupos de amigos a designar um condutor que não consuma álcool. Esta campanha tem sido divulgada nos meios comunicação tradicionais, redes sociais, para além de serem também feitas campanhas de sensibilização em variados eventos como, por exemplo, festivais de música. Em 2015, a ANEBE constatou que 85% da população-alvo tinha conhecimento da campanha.

5. Impacto na indústria do álcool das políticas públicas para a redução do consumo nocivo de álcool

Calcular os custos das políticas públicas para a indústria do álcool é uma tarefa árdua, considerando os poucos dados publicamente disponíveis.

No entanto, existem, de facto, algumas dificuldades que a indústria poderá encontrar com a introdução de políticas públicas mais restritivas. Quer os produtores quer os fornecedores poderão enfrentar custos de implementação de novas exigências legais, de que são exemplo a necessidade de redefinir a sua estratégia de marketing ou o desenvolvimento e uso de técnicas para reduzir o teor de álcool dos seus produtos. Por força da crescente consciencialização da

população para os malefícios do consumo excessivo de álcool, o setor poderá também sofrer uma diminuição do volume de vendas e, consequentemente, dos lucros, afetando o emprego nesta indústria.

Por outro lado, se as políticas públicas passarem pela imposição de preços mínimos, tal poderá aumentar os lucros do setor. Acresce que, se a indústria se adaptar ao aumento da procura de bebidas alcoólicas com um menor teor de álcool, poderá também experienciar um aumento dos seus proveitos. Para finalizar, na eventualidade das políticas públicas evoluírem a diferentes ritmos, poderá criar-se uma margem de oportunidade para a indústria aumentar o comércio transfronteiriço com países vizinhos que pratiquem políticas públicas mais liberais.

A verdade do vinho

ANA SOFIA SAMPAIO

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Referência

TÍTULO: In vino veritas?

AUTOR: Ricardo Dias Felner

EDITOR: Jornal Expresso, Revista

TIPO DE DOCUMENTO: Artigo de jornal

LOCALIZAÇÃO DO DOCUMENTO: <https://expresso.pt/sociedade/2021-12-19-In-vino-veritas--Uma-investigacao-sobre-o-que-distingue-os-vinhos-naturais-dos-outros-59597795> (exclusivo para assinantes*)

IDIOMA: Português

NÚMERO DE PÁGINAS: 8

DATA DA EDIÇÃO: 18 de dezembro de 2021

Palavras-chave: vinho natural, sustentabilidade, aditivos químicos, enologia, inovação

À semelhança do que tem vindo a ocorrer noutros setores, e na agricultura em geral, também em matéria de vinha e de vinho as posições parecem por vezes extremar-se entre os que defendem uma visão considerada economicista e os que pugnam pela visão dita ambientalista.

Não será este, porém, o exemplo mais acabado de uma falsa dicotomia? Não serão os agricultores, e os viticultores neste caso particular, os principais interessados em garantir uma visão total da sua exploração? Total, no sentido de englobar todas as susten-

tabilidades que lhes permitirão manter o negócio? Haverá sustentabilidade económica sem sustentabilidade ambiental ou social, ou vice-versa? Que futuro pode ter uma exploração agrícola que não tem preocupações de sustentabilidade ambiental, numa época em que as alterações climáticas e outras já não são a previsão de alguns, mas uma evidência científica e prática? Não é esta a mais económica das questões? Como referido por diversos autores nesta edição da CULTIVAR, estes três pilares de sustentabilidade são na verdade três pés de sustentação: sem um deles, qualquer um, o banco cai.

Neste artigo de Ricardo Dias Felner, “*jornalista especializado em gastronomia, autor do livro O homem*

* Infelizmente, não foi possível obter em tempo útil permissão do Expresso para a disponibilização integral do artigo aos nossos leitores. Acresce que o link para o artigo poderá estar também inativo devido ao ataque informático que o jornal Expresso sofreu recentemente, e em relação ao qual manifestamos toda a nossa solidariedade.

que comia tudo”, também é de extremos que se fala. O autor transporta o essencial destas questões para o setor vitivinícola, a propósito do confronto mais restrito entre os vinhos tradicionais/convencionais e os chamados vinhos naturais. E de confronto parece realmente tratar-se; ou até mais do que confronto, de uma guerra mais ou menos surda em que os protagonistas permanecem mais ou menos surdos aos argumentos dos “opponentes”, uma guerra que neste setor costuma ser talvez mais discreta.

Para escrever o artigo, o autor contactou diversos destes protagonistas de ambos os lados da “barricada”: uns mais aguerridos do que outros, mas todos certos da sua razão. E como dizia Jean Renoir: “O que é terrível neste mundo é que todos têm as suas razões.” Terrível não será (sempre): dá (sempre) mais trabalho, mas muitas vezes é também bem mais interessante.

E não sendo esta uma batalha de anjos, também não é seguramente uma batalha de demónios. Melhor será que deixe também de ser batalha e se consigam restabelecer pontes, que as há e sólidas, entre os “oficiantes”.

Ao todo, o movimento dos ditos naturais não passa de uma vintena de produtores, com um volume de vendas irrisório tendo em conta o bolo de €2,5 mil milhões que o sector dos vinhos representa, em volume de vendas, no mercado nacional. Há quem lhes chame tendência, mas também quem veja neles uma nova ética, mais saudável para o ambiente e para a saúde. Na génese dos vinhos naturais está uma abordagem à cultura da vinha e do vinho de mínima intervenção — por oposição à indústria que domina o mercado, dita convencional.

Luís Lopes acha que é tudo marketing, mentiras e vídeos — a começar no nome “natural”: “Não há vinho natural. O vinho tem de ter mão humana, de outra forma vira vinagre”, há de repetir. Os naturais contra-atacam, apontando ao vinho convencional: é tudo sulfitos, aditivos e negócio. De um lado e do outro, há excessos de linguagem. Mas uma coisa é certa: ainda que partindo de uma base quase irrisória, as vendas de vinhos ditos naturais e biológicos cresceram expo-

nencialmente nos últimos cinco anos, enquanto os ditos convencionais estagnaram ou baixaram vendas. Hoje, são os produtores de vinhos “naturais” que ditam a moda entre os bebedores mais jovens e urbanos.

O que se passa então no setor dos vinhos ditos convencionais, tradicionais?

Tudo começa com leveduras, afinal. Sem leveduras para transformar o açúcar em álcool não há vinho. Por regra, nos grandes vinhos, a fermentação ocorre naturalmente, com as leveduras presentes nas uvas e na adega. No caso, elas são inoculadas, mas dentro das inoculadas “há uma panóplia de possibilidades”, explica Filipa Tomaz da Costa. “Os catálogos das empresas enológicas são uma loucura. Só de leveduras, os comerciais apresentam-nos umas 40 ou 50. Eu não compro todas”, diz, admitindo todavia que “gosta de ter alguma variedade e que cada casta leva uma ou duas”. (...)

“Nem imagina, ontem até me apresentaram uma levedura que dá cabo do resto da flora selvagem e trava a fermentação logo no início, para que se possa trabalhar o mosto. (...)” [Trata-se de] uma levedura antileveduras e que existe para substituir um velho aliado dos vinhos: os sulfitos. A prescrição está indicada para controlar a contaminação microbiológica, a oxidação e o início da fermentação alcoólica. (...). “A solução tradicional para evitar estas armadilhas é a adição de SO₂ [sulfitos]. Contudo, com a mudança nas exigências do consumidor em direção a vinhos com poucos ou nenhuns sulfitos, os produtores de vinho têm procurado alternativas mais naturais” (...).

Além das leveduras e dos sulfitos, há as enzimas. (...) Por vezes, é preciso recorrer a um xarope de glicose e frutose, também conhecido como mosto concentrado retificado (MCR) [para aumentar o teor alcoólico] O álcool dá maior dimensão ao vinho (...) [mas] vinhos para ganhar concursos, vinhos para provar, vinhos com muito álcool, as chamadas “bombas”, não são necessariamente vinhos bons para beber ou para comer.

E a lista de aditivos, mais ou menos “naturais”, para dar ou acentuar esta ou aquela característica, con-

tinua: sorbato de potássio, ácido tartárico, dimetil dicarbonato (DMDC). Pode parecer um filme de queda suicida no vórtice das drogas, em que cada uma abre o apetite para mais, mas também não é bem assim. Quase todas, embora não todas, estas substâncias estão regulamentadas pela União Europeia. Naturalmente, os “naturais” afirmam que o lóbi dos “tradicionais” é tradicionalmente muito forte nos corredores de Bruxelas. E é. No entanto, lóbis há muitos, como os chapéus. E, parafraseando Nuno Maulide¹, nós não somos senão compostos químicos, rodeados de compostos químicos, a consumir compostos químicos.

Entretanto,

Na festa dos “naturais” (...) começamos por não ver enólogos. O movimento pretende ser um regresso às origens, personificado no espírito dos vigneron franceses. “Como antecipado, no dia 1 de maio de 2021, o dia do viticultor trabalhador bebedor será profissionalmente celebrado”, anunciava-se no convite. Os enólogos são vistos como oportunistas da consultadoria, “pseudocientistas de balcão”, pessoas que “visitam as vinhas três a quatro vezes por ano” e dão sempre a mesma receita de químicos sintetizados. (...)

Para refrescar a boca, ali mesmo degola-se uma garrafa de pet nat (abreviatura de pétillant naturel, em referência ao método de gaseificação natural). Metade do líquido escorre para o chão. Alguma coisa não terá corrido como esperado na fermentação (demasiado açúcar residual?), mas ninguém se estranha. Antes pelo contrário. Há gargalhadas e maldizer e troça. “Devias ter posto mais sulfitos nisso”, goza um conviva.

Uma festa sem dores de cabeça?

“Com isto, não tenho dores de cabeça. No outro dia estou impecável. Posso beber três litros de vinho com pouco sulfuroso e amanhã estou bem. Não me dá prazer beber um vinho com 100 g de sulfuroso por litro. Mal começa a digestão do sulfuroso começa-me a doer a cabeça”, atira.

Alguns entendidos acham a diabolização dos sulfitos uma patetice — até porque a molécula mais tóxica do vinho é o álcool, afirmação incontestável. O dióxido de enxofre ou sulfuroso — que na forma líquida se transforma em sulfitos — é considerado, por muitos, a maior invenção da história dos vinhos. Os sulfitos, aliás, estão presentes na uva naturalmente, podendo chegar aos 10 mg/litro. Ainda que se dispute a afirmação de que já os “romanos” usavam este bactericida e antioxidante — sempre repetida pelos apoiantes —, os sulfitos são usados no vinho em todo o mundo e facilitam a vida dos produtores há vários séculos. Mesmo os produtores ditos naturais acrescentam quase todos um pouco de sulfuroso no mosto ou antes de engarrafar o vinho. Onde as opiniões conflituam é na dose.

Mas se é uma questão de dose, há quem argumente que bastaria então haver uma rotulagem para os vinhos, como já há para todos os produtos alimentares.

Quem tem medo dos rótulos? (...) A desconfiança existe, em grande medida, porque os governos e o sector das bebidas alcoólicas têm perpetuado uma situação de exceção quanto à obrigação de informar o consumidor. Desde a reforma da lei comunitária da Informação Alimentar aos Consumidores, em 2011, é obrigatório que uma lata de grão tenha no rótulo a lista de ingredientes e de valores nutricionais, um chouriço idem, um sumo de fruta embalado o mesmo. Mas as bebidas com mais de 1,2° de volume de álcool não. Porquê? Fiz a pergunta a dezenas de pessoas, do lado da indústria e da regulação. Em on, ninguém sabe ou ninguém diz. Em off, a resposta é unânime: o lóbi das bebidas alcoólicas tem conseguido levar a avante; os interesses da indústria têm prevalecido sobre os dos consumidores; o interesse da indústria tem sido esconder.

Neste momento, a revisão da regulamentação está em cima da mesa. No seguimento do Plano Europeu contra o Cancro, em 2017, a Comissão Europeia propôs a revisão da sua “política de promoção de bebidas alcoólicas”, “a indicação obrigatória da lista de ingredientes e a declaração nutricional nos rótulos

¹ Como se transforma ar em pão? Estas e outras questões a que só a química sabe responder, Planeta, 2021

das bebidas alcoólicas antes do final de 2022”, bem como um aviso de “risco para a saúde” até ao final de 2023.

A indústria respondeu com diversas iniciativas, entre as quais o U-Label, mas este precisa de um leitor de QR Code e aparentemente não conterà toda a informação: é mais difícil de ler para o consumidor, é mais fácil de alterar para os pequenos produtores. A lista de ingredientes a incluir num eventual rótulo também não está fechada a nível europeu. Entretanto, alguns estão já a pensar no futuro:

“Em vez de usarmos ácido tartárico e ácido málico, podemos trabalhar com membranas bipolares, que nos permitem filtrar componentes que implicam com a acidez”, exemplificou.

No campo da atual tecnologia enológica, uma das inquiridas, em transição de uma viticultura tradicional para uma outra mais próxima da natureza, afirma:

“Nunca vi nada como cá, nos últimos 20 anos. No Alentejo, no Douro, há um produto para tudo, do sulfuroso ao ácido ascórbico, de taninos em pó a enzimas, de leveduras comerciais a nutrientes para leveduras, de chips a pó de madeira”, explica. “Também já usámos muita química, aqui, no passado”, admite, apontando logo de seguida para uma vinha que está a ser arrancada, ao fundo. “Tem 30 anos, mas raízes pequenas, como se tivesse cinco.” “Porquê?”, pergunto. “Porque nunca teve de ir buscar água e outros nutrientes mais fundo.” A papinha, à base de rega e fertilizantes químicos sintetizados, tornou as plantas frágeis e preguiçosas. (...)

Anna [Jorgensen] dá a provar três vinhos. Têm exatamente as mesmas castas, Touriga Nacional e Syrah, da mesma vindima, dos mesmos mostos. A diferença é que um levou 50 mg/litro de sulfitos, o outro 25 mg/litro e ao terceiro vinho não foi adicionado sulfuroso, tendo apenas 6 mg/litro, presente naturalmente nas uvas. Os vinhos estão assim há oito meses. “Qual foi o que gostaram mais?”, pergunta Anna. Duarte hesita, mas acaba por escolher o segundo, com 25 mg/litro de sulfitos. “Acho que já não estou habituado a beber

Touriga sem sulfitos.” Anna prefere o terceiro. Sem sulfitos.

São os três vinhos saborosos, com a acidez volátil igual, mas as diferenças na boca entre o sem sulfitos e o com 50 g/litro de sulfitos revelam-se evidentes, mesmo para um provador sem experiência, como é o meu caso. No primeiro, com mais sulfitos, temos a fruta mais direta e nítida. No segundo e no terceiro temos outras coisas. Que coisas? Ninguém sabe bem. Mas os “naturais” chamam-lhe energia.

Em todo o caso, é preciso ter em conta que, sendo possível obter excelentes vinhos sem sulfitos, eles viajam e resistem pior. Exportar vinhos sem sulfitos para o Brasil, por exemplo, é arriscado. Ou mesmo para Portugal, se não houver transporte com frio e armazenamento com controlo de temperatura. Os sulfitos podem ser um mal menor.

Quanto à ciência, ainda não se decidiu no que se refere ao risco. E nós, humanos, se gostamos muito de arriscar, por um lado, também queremos ter impossíveis atividades de risco nulo, por outro. A virtude é difícil saber onde está.

Sulfitos, essa dor de cabeça (...) Há, contudo, quem pense que o vinho com uma dose razoável de sulfitos é mais seguro. Em causa está o aparecimento de aminas biogénicas, em particular de histamina, em vinhos pouco sulfitados. Em alguns países, como a Alemanha e a Áustria, as histaminas no vinho estão regulamentadas. Os limites máximos não podem ultrapassar os 10 mg/litro. A Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar, num estudo com voluntários saudáveis, não identificou sintomas após o consumo de 15-50 mg/litro de histamina em produtos à base de peixe ou em bebidas não-alcoólicas. Sintomas de dores de cabeça apareceram, apenas, depois de serem consumidos entre 75 a 300 mg de histamina.

Ainda assim, o tema fez correr muita tinta em maio deste ano, quando um estudo de uma Master of Wine inglesa, Sophie Parker-Thomson, indicou uma maior quantidade de aminas em vinhos naturais, comparativamente com as presentes nos vinhos convencionais. O resultado faz sentido. A existência de poucos

sulfitos nos vinhos naturais torna-os mais atreitos a gerarem micro-organismos, que por sua vez geram aminas. (...)

Os receios com as aminas no vinho são comuns a outros produtos artesanais. A indústria e os reguladores sempre tiveram pavor a micro-organismos, ainda que eles estejam por todo o lado, incluindo no nosso corpo. Ouvimos o mesmo discurso, por exemplo, relativamente aos pães artesanais e suas massas-mãe, cheios de bichinhos que dão aromas azedos. Mas também relativamente aos queijos não pasteurizados e a outros produtos que passam por algum tipo de fermentação lenta. Técnicos, industriais e cientistas desconfiam da imprevisibilidade da matéria viva e preferem a segurança da esterilização, da pasteurização, dos bactericidas. Mas os críticos e gastrónomos, os apreciadores do lado do consumo, costumam gostar do artesanal e do rústico, mesmo que isso implique aromas fortes e umas quantas bactérias e leveduras. No vinho, todavia, não é bem assim.

Também há outras dificuldades do lado dos “naturais”.

“Duas das técnicas muito usadas nos vinhos naturais, a maceração carbónica e a curtimenta, podem fazer parecer os vinhos mais iguais, para quem não esteja habituado”, admitiu [Rodrigo Filipe]. Mas deixou outra nota. “Da mesma maneira que os vinhos convencionais usam outras técnicas que, a mim, que os bebo raramente, fazem com que pareçam também todos semelhantes.” (...)

João Paulo Martins, contudo, acha que aquilo que identifica os naturais são sobretudo os seus defeitos. E são muitos. Os mais comuns? Acidez volátil, animal, redução e oxidação. Há quem os aprecie. Os chamados naturais radicais podem até preferir beber vinhos com defeitos. (...)

Em regra, todavia, os naturais gostam de evitar defeitos. Da dezena de produtores que o Expresso entre-

vistou e visitou, todos mostraram preocupação com “desvios”. A diferença entre convencionais e naturais está na medida do problema.

A concluir esta análise a uma “querela” aparentemente sem medida, o autor interroga-se e afirma:

A questão subsiste: serão os vinhos naturais uma moda? Será a tendência para vinhos menos alcoólicos, com menos intervenção química, menos manipulação, menos madeira, passageira? Será isso desejável? Ninguém pode dizer com certeza. Certo, certo, é que a maioria do vinho de supermercado tem mais coisas dentro do que o que vem nos rótulos. A ideia — muito difundida — de que o vinho é apenas sumo de uva engarrafado pode ter várias nuances e várias exceções, que alteram radicalmente o resultado.

Verdade ou lenda, conta-se que o produtor e empresário de vinho Abel Pereira da Fonseca, no leito de morte, terá dito aos filhos: “Não se esqueçam que até de uvas se faz vinho!” A frase desapareceu do anedotário à medida que o sector se tornou mais sofisticado. Já não haverá carne crua atirada para dentro das cubas, nem outros truques primitivos usados há umas décadas. Mas o conhecimento sobre o que se passa nas adegas mantém-se difuso para o grande público.

A versão integral da expressão latina que dá título a este artigo, atribuída ao naturalista romano Caio Plínio (ou talvez ao poeta grego Alceu de Mitilene), é *in vino veritas, in aqua sanitas*, ou seja, “no vinho, a verdade, na água, a saúde”. Mas até a água, se tomada em excesso, pode tornar-se veneno. Talvez, em lugar de Plínio, devêssemos citar como Maulide “o médico suíço Teofrasto Bombasto von Hohenheim, mais conhecido por Paracelso (...): «Todas as coisas são veneno, não há nada sem veneno. Só a dose faz com que uma coisa não seja veneno.»”² Talvez aquilo de que estamos, verdadeiramente, a precisar seja apenas a dose certa.

² Idem, p.29

Plano estratégico da Wine Australia para o setor vitivinícola

PEDRO CASTRO REGO

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Referência

TÍTULO: Strategic Plan 2020-25

AUTOR E EDITOR: Wine Australia (<https://www.wineaustralia.com/>)

TIPO DE DOCUMENTO: documento estratégico

LOCALIZAÇÃO DO DOCUMENTO: <https://www.wineaustralia.com/about-us/strategy-and-planning>

IDIOMA: Inglês

NÚMERO DE PÁGINAS: 36

Palavras-chave: estratégia, comercialização, exportação, vinho, preço, sustentabilidade

Este interessante documento, o Plano Estratégico 2020-25, elaborado pela Wine Australia, uma autoridade do governo australiano que trabalha em associação com entidades privadas da produção e da indústria¹, vem de um dos mais prestigiados países do chamado Novo Mundo vitivinícola (já não o será verdadeiramente), dentro da melhor tradição anglo-saxónica de produzir documentos bem apoiados e com aplicação prática na vida das organizações, apontando direções a trilhar no médio e longo prazo.

O Plano Estratégico contém, entre outros, os seguintes capítulos, os primeiros mais enquadramentos e os seguintes mais indicativos de ações a desenvolver: Resumo executivo; Visão, objetivo e estratégias (estas seguidamente descritas); Contribuição para a Visão

2050; Monitorização e avaliação; Alinhamento com as prioridades do governo australiano; Orçamentos previsionais e Gestão do risco.

As cinco estratégias apontadas (para cada uma das quais destacarei um tópico específico) são as seguintes:

1. Mercado do vinho australiano – valorização do produto. O objetivo é apoiar o setor na expansão da atividade em mercados específicos. Pretende-se valorizar os vinhos nos mercados-alvo, obtendo os seguintes valores unitários mínimos por garrafa: China: 200 renminbi; Canadá: 15 dólares canadenses; Reino Unido: 8 libras e EUA: 11 dólares;
2. Proteger a reputação do vinho australiano. O objetivo é continuar a colaboração com o governo

¹ <https://www.wineaustralia.com/about-us>

australiano para melhorar o acesso ao mercado, identificando barreiras técnicas ao comércio, e apoiando as negociações existentes. As relações com os reguladores prosseguirão também para desenvolver uma compreensão abrangente dos requisitos regulatórios nos mercados importadores, auxiliando os exportadores a resolver problemas específicos de acesso ao mercado,

3. Melhorar a excelência da uva e do vinho. Na viticultura, pretende-se continuar a investir numa lógica de longo prazo em investigação e desenvolvimento para identificar e desenvolver castas e seus clones adaptados às condições edafoclimáticas do país e ao gosto dos consumidores.
4. Desenvolver ambientes sustentáveis. As mudanças climáticas já afetam a produção de uvas e vinhos, como evidenciado pelas mudanças fenológicas na vinha, e na alteração das datas de colheita que levaram a prazos mais curtos para as vindimas, com maior pressão sobre as infraestruturas de produção e vinificação. Serão identificadas estratégias de gestão para lidar com

os desafios dos ciclos climáticos de curto prazo e das mudanças climáticas de longo prazo que os produtores e viticultores enfrentam.

5. Reforçar a sustentabilidade, excelência e liderança das empresas. Acelerar a adoção dos resultados da investigação permitirá ao setor melhorar a sua sustentabilidade – ambiental, económica, cultural e social – e demonstrar que faz um uso responsável de recursos naturais valiosos. Já estão disponíveis novos conhecimentos e novas tecnologias para melhorar a produção, a vinificação, a exportação e a comercialização.

É assim um plano bastante abrangente, que percorre toda a fileira, procurando a afirmação e a valorização sustentadas do setor. As estratégias são claras e contêm indicadores específicos para cada uma delas, em número razoável. De igual forma, os capítulos seguintes, de integração numa visão para 2050 e nas prioridades governamentais, e centrando-se na sustentabilidade de todo o processo de tomada de decisão, são fundamentais para a concretização deste Plano Estratégico 2020-25.

The Wine Show

GABINETE DE PLANEAMENTO, POLÍTICAS E ADMINISTRAÇÃO GERAL (GPP)

Referência

TÍTULO: The Wine Show – for wine lovers, by wine lovers (temporada 3 filmada em parte em Portugal)*

AUTORES: Joe Fattorini e Amelia Singer, acompanhados por diversos especialistas e os atores Dominic West, James Purefoy, Matthew Rhys e Matthew Goode – Reino Unido

TIPO DE DOCUMENTO: programa de televisão divulgado em mais de 100 países

LOCALIZAÇÃO DO DOCUMENTO: <https://thewineshow.com/season-3> – visionamento integral dos episódios apenas nas plataformas referidas no *site*, embora alguns excertos sobre Portugal estejam disponíveis em acesso livre no YouTube

IDIOMA: Inglês

DATA: Início em abril de 2016

Palavras-chave: vídeo, vinho, divulgação, promoção, comunicação de massas, *opinion maker*

«“O vinho é clima, uvas, solo e pessoas”. Nós gostamos de contar as histórias dessas pessoas: a vinicultora que se lançou por conta própria; o viticultor que enfrentou dificuldades durante a guerra; as pessoas que ao longo dos séculos influenciaram o que está no seu copo. E gostamos de falar consigo e com a extraordinária comunidade global de amantes do vinho que seguem o nosso programa.»

“A história do vinho é, de certo modo, a história da humanidade” ou, pelo menos, da civilização, com muitas histórias de tragédia, desilusão e renasci-

mento, diz a certa altura o ator-apresentador Dominic West, acrescentando que esta é uma história que irá certamente continuar, porque os humanos vão sempre gostar de beber vinho. Joe Fattorini situa a origem do vinho mais precisamente há cerca de oito mil anos na região do Cáucaso, onde hoje ficam a Geórgia, a Arménia e o Azerbaijão (que disputam entre si o berço da viticultura).

Apesar de um dos objetivos do programa ser a divulgação das várias regiões vitivinícolas do mundo, o ator, em resposta a uma pergunta de Fattorini sobre o que tem bebido desde o seu trabalho no The Wine Show, reconhece que voltou aos habituais vinhos franceses, porque “onde é que eu posso encontrar

* Tratando-se de um programa comercial, há que ter em conta que as informações nele fornecidas têm igualmente esse carácter.

estes vinhos portugueses?” O anfitrião explica que essa informação é fornecida nos comentários do programa e na *newsletter* que os espetadores podem subscrever no *site*.

A série começou com uma temporada dedicada a Itália, seguindo-se França e agora esta temporada 3 com diversos segmentos sobre Portugal. Os autores

conhecem bem o setor e as personalidades convidadas seguem as suas indicações, aprendendo e esclarecendo simultaneamente os espetadores. No entanto, é preciso sublinhar que, devido a diferentes condicionantes, as mensagens transmitidas nem sempre são inteiramente corretas do ponto de vista técnico ou da isenção face a interesses comerciais diversos.

O Portugal vinícola, levantamento das castas nacionais

GABINETE DE PLANEAMENTO, POLÍTICAS E ADMINISTRAÇÃO GERAL (GPP)

Referência

TÍTULO: O Portugal vinícola: estudos sobre a ampelografia e o valor enológico das principais castas de videiras de Portugal

AUTOR: Bernardino Cincinnato da Costa, com ilustrações de Alfredo Roque Gameiro

EDITOR: Imprensa Nacional

TIPO DE DOCUMENTO: monografia (volume de grande formato: 54 cm)

LOCALIZAÇÃO DO DOCUMENTO: BNP – <https://purl.pt/30202/1/index.html#/1/html>; ob ra exposta na exposição permanente do Ministério da Agricultura

IDIOMA: Português e francês

NÚMERO DE PÁGINAS: 686

ANO DA EDIÇÃO: 1900

Palavras-chave: vinha, vinho, casta, autóctone, viticultura, vitivinicultura, região vitivinícola

Bernardino Camillo Cincinnato da Costa (1867-1930) foi agrónomo, veterinário e professor catedrático no Instituto de Agronomia e Veterinária, antecessor do atual Instituto Superior de Agronomia. Na sua qualidade de inspetor-geral da agricultura, fez parte da comissão instaladora do Ministério da Agricultura, em 1918. Exerceu ainda diversos cargos de direção, foi membro da Academia das Ciências e chegou a ser deputado.

Cincinnato da Costa escreveu vários livros, dos quais sobressai este *Portugal vinícola*, obra encomendada pela comissão organizadora da representação portuguesa na Exposição universal de Paris (abril a novembro de 1900), que lhe granjeou um prémio nesta exposição.

“Portugal participou activamente neste evento, dedicando especial atenção à secção de Agricultura, por todos considerada o sector mais importante da nossa representação.”¹

¹ A Vinha e o Vinho em Portugal: <https://www.ivv.gov.pt/np4/47/>; Pavilhão das Matas, Caça e Pesca, p.4: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1899/N753/N753_master/N753.pdf

O livro constitui um marco no estudo da vitivinicultura em Portugal, descrevendo as diversas castas de uvas portuguesas e apresentando o estudo físico e químico de cada uma: *“Em todas as industrias, o conhecimento perfeito da materia prima empregada constitui base fundamental para o bom fabrico e a consequente obtenção do mais aprimorado produto.”*

Embora esta seja uma obra técnica e científica, *“ilustrada com 2 cartas coloridas [mapas vitícola e vinícola de Portugal], 10 chromos e 74 autotypias”* (como refere o frontispício), tem uma componente artística de grande qualidade nas aguarelas do pintor Alfredo Roque Gameiro (1864-1935) que ilustram as diversas castas.



Confrarias Báquicas

PEDRO CASTRO REGO

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Referência

MAIS INFORMAÇÃO: <https://federacaodasconfrariasbaquicas.pt/>

Palavras-chave: associação, promoção, região, país, vinho, enoturismo, gastronomia

Uma das características distintivas do setor vinícola é a enorme quantidade de Confrarias, Colegiadas e outras tertúlias dedicadas a divulgar e a valorizar o mundo do vinho. Existem Confrarias nacionais, regionais e locais, dedicadas a uma casta ou a um tipo de produto, estritamente dedicadas ao vinho ou também à gastronomia, constituindo uma riqueza enorme pela sua diversidade e capacidade de atuação, seja nas próprias regiões ou fora delas, nomeadamente no estrangeiro. A origem deste tipo de associações é remota, mas as Confrarias Báquicas, em particular (que vão naturalmente buscar o seu nome ao deus greco-romano do vinho, Baco), terão começado a tomar a sua forma atual há muito tempo, tendo no entanto tido grande incremento a partir de meados do século passado.

Cada uma destas Confrarias reúne de forma distinta, umas com carácter mais formal e outras menos, umas envolvendo verdadeiras palestras sobre a matéria, outras organizando concursos e sessões de apresentação e degustação, associadas cada vez

mais à gastronomia específica de cada região. Muitas das suas reuniões são reputadas nacional e internacionalmente, sendo prestigiante para quem é convidado integrar estas associações.

Muitas destas Confrarias e Colegiadas de todo o país, incluindo naturalmente os Açores e a Madeira, estão associadas na Federação das Confrarias Báquicas de Portugal, que por sua vez é associada da Federação Internacional de Confrarias Báquicas¹, com sede em Paris. Quando se juntam as Confrarias em desfile, cada uma com os seus trajes, e cada um destes com um significado próprio, forma-se um espetáculo inesquecível para todos os que a ele assistem.

Neste momento, está em preparação o Congresso Mundial de Confrarias Báquicas, que decorrerá em Portugal em 2023, e o Livro das Confrarias Báquicas; ambos serão marcos para os anos vindouros.



FICB
FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS CONFRARIAS BÁQUICAS

**CONGRESSO MUNDIAL
PORTUGAL
2023**

WINE BROTHERHOODS BOOK
LIVRE DES CONFRERIES BACHIQUES
LIVRO DAS CONFRARIAS BAQUICAS



¹ <http://www.winebrotherhoods.org/fr/>

Edições publicadas:

- CULTIVAR N.º 1 – Volatilidade dos mercados agrícolas
- CULTIVAR N.º 2 – Solo
- CULTIVAR N.º 3 – Alimentação sustentável e saudável
- CULTIVAR N.º 4 – Tecnologia
- CULTIVAR N.º 5 – Economia da água
- CULTIVAR N.º 6 – Comércio internacional
- CULTIVAR N.º 7 – O risco na atividade económica
- CULTIVAR N.º 8 – Biodiversidade
- CULTIVAR N.º 9 – Gastronomia
- CULTIVAR N.º 10 – Trabalho na agricultura e as novas tendências laborais
- CULTIVAR N.º 11 – População e território rural
- CULTIVAR N.º 12 – Alterações climáticas
- CULTIVAR N.º 13 – Cadeia de valor do setor agroalimentar
- CULTIVAR N.º 14 – O eucalipto
- CULTIVAR N.º 15 – Bioeconomia
- CULTIVAR N.º 16 – Digitalização
- CULTIVAR N.º 17 – Ensino agrícola
- CULTIVAR N.º 18 – Energia na agricultura
- CULTIVAR N.º 19 – Macroeconomia e agricultura
- CULTIVAR N.º 20 – Abastecimento alimentar – que fronteiras?
- CULTIVAR N.º 21 – Sistemas agroflorestais
- CULTIVAR N.º 22 – Edição Especial
- CULTIVAR N.º 23 – Impactos agroambientais: metodologias de quantificação e valorização económica
- CULTIVAR N.º 24 – A vinha e o vinho

NOTA DE APRESENTAÇÃO

A *CULTIVAR* é uma publicação de cadernos de análise e prospetiva, sob a responsabilidade editorial do GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, dos Ministérios da Agricultura e do Mar. A publicação pretende contribuir, de forma continuada, para a constituição de um repositório de informação sistematizada relacionada com áreas nucleares suscetíveis de apoiar a definição de futuras estratégias de desenvolvimento e a preparação de instrumentos de política pública.

A *CULTIVAR* desenvolve-se a partir de três linhas de conteúdos:

- «**Grandes Tendências**» integra artigos de análise de fundo realizados por especialistas, atores relevantes ou parceiros sociais.
- «**Observatório**» pretende reunir, tratar e disponibilizar um acervo de informação e dados estatísticos de reconhecido interesse e que poderão não estar diretamente acessíveis ao grande público.
- «**Leituras**» destina-se à divulgação de documentos de organizações, nomeadamente aqueles a que o GPP tem acesso nos diversos *fora* nacionais e internacionais, ou ainda outros textos, livros, etc. considerados relevantes.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

AGRICULTURA
MAR